

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Leonardo Santos da Silva

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO
PARA O DESENVOLVIMENTO NO PROEJA DO PIAUÍ**

Taubaté – SP

2016

LEONARDO SANTOS DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO
PARA O DESENVOLVIMENTO NO PROEJA DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Economia, Contabilidade e Administração da Universidade de Taubaté – SP.

Área de concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional

Orientador: Prof. Dr. Edson Trajano Vieira

Taubaté – SP

2016

LEONARDO SANTOS DA SILVA

**ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO INSTRUMENTO PARA O
DESENVOLVIMENTO NO PROEJA DO PIAUÍ**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Economia, Contabilidade e administração da Universidade de Taubaté.

Área de concentração: Avaliação e Políticas de Desenvolvimento Regional

Data: 30 de maio de 2016

Resultado:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Trajano Vieira – Universidade de Taubaté – SP

Assinatura _____

Profa Prof. (a) Dr. (a) Quésia Postigo Kamimura – Universidade de Taubaté – SP

Assinatura _____

Prof. (a): Dr. Aldo Botana Menezes – Centro Universitário Modulo

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

A ação de agradecer nos dá a primeira lição da cooperação que sempre foi necessário na caminhada de nossas vidas em sociedade.

Nessa caminhada do Mestrado, tive a oportunidade de contar com a cooperação de muitas pessoas importantes que foram essenciais para que esse tão sonhado objetivo se concretizasse.

Agradeço a meus pais, Maria Santos e Antonio Nunes por ter me concedido a vida.

Agradeço ao Professor Edson Trajano Vieira, meu orientador, por me orientar de forma paciente e cuidadosa neste trabalho e contribuir de forma significativa para minha formação crítica como pesquisador. Agradecer também, pela sua luta e dedicação no ambiente acadêmico e extra acadêmico para construção de um País melhor, e que me enche de orgulho e esperança que existe pessoas como você Professor Trajano, que se dedica a uma causa tão nobre que é a educação e o desenvolvimento do nosso Brasil, valeu! Você é um dos meus.

Ao Professor Moacir, meu Professor de avaliação do desenvolvimento regional, pela forma magistral como foram suas aulas e que foi essencial para minha formação e que são elementos importantíssimos para o estímulo e entusiasmo na docência, e por suas orientações que foram valiosas para que meu trabalho de dissertação atingisse outro nível.

Ao Professor Fabio Ricci, pelas contribuições nesse caminho árduo e com observações pertinentes no processo de construção da dissertação que transcorreram nos seminários, obrigado professor Fabio.

A professora Quésia Kamimura, pela pelas orientações, dicas, aconselhamento e condução do meu processo de construção do trabalho nos seminários e pelas contribuições e sugestões valiosas em minha qualificação.

Ao Professor Aldo, pela importante contribuição no fechamento do trabalho que foram esclarecedores e pertinentes sobre sua visão do direito e que não poderiam está fora do meu trabalho, Valeu Professor Aldo Obrigado!

Agradeço a todos os professores do programa do Mestrado, pela contribuição nessa jornada de formação, que foram necessários, debates, discussões, atividades entre outros, estes para que fossem necessárias a construção do conhecimento e melhor elaboração do pensamento, obrigado professores, abraços.

Ao Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté por possibilitar esse projeto tão importante para contribuição ao desenvolvimento do País.

A toda equipe do programa que em vários momentos permitiram esse processo acontecer e chegar ao seu objetivo institucional.

Aos colegas de Mestrado, pela companhia agradável, companheira e solidária que tivemos uns com os outros.

A minha querida esposa Rayssa, pela força, apoio e orientação principalmente nos momentos mais difíceis dessa missão, pois, foram determinantes nessa minha trajetória de vida, valeu amor, te amo muito!

A minha cadela Lady, pela sua companhia nos momentos da escrita da dissertação e pelos passeios que fizemos na praça para relaxar e diminuir um pouco o stress, valeu balaio! Cheiro.

Agradecer a colega Diretora do Campus IFPI Teresina Zona Sul Francisca Assunção e aos colegas de trabalho que direta e indiretamente contribuíram para que esse trabalho acontecesse.

Por fim, quero dizer que, a grandeza do universo e da natureza complexa das coisas, leva o homem muitas das vezes, pensar em forças responsáveis por tudo isso e que estas mesmas estão a nos proteger e cuidar, mas, a reflexão que faço é que não estamos sozinhos, temos uns aos outros para cooperar e sermos solidários, assim, percebo a realidade e a superação que povos tiveram para trabalhar em prol de um mundo melhor.

RESUMO

Este estudo discorre sobre a contribuição da Economia Solidária, na Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha, do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul. Foi estabelecido como objetivo analisar a utilização da Economia Solidária como prática educativa para propiciar melhorias de inserção dos alunos no mercado de trabalho e objetivos específicos: verificar como os princípios da economia solidária são contemplados nas práticas de ensino da Educação de Jovens e Adultos e discutir as potencialidades da Economia Solidária como prática educativa e melhoria da inserção do aluno do PROEJA no mercado de trabalho. A pesquisa bibliográfica e documental realizada em fontes como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e o Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) e registros escolares, corroboraram para análise do objeto em questão, e, dessa forma, evidenciar as diretrizes, metodologias e ações que possibilitarão a inserção do aluno no mercado de trabalho. Os resultados revelam a ausência de práticas e abordagens em sala de aula que contextualize o mercado de trabalho e a contemplação da motivação dos alunos por empreender a própria atividade, os resultados mostram que a maioria dos alunos permanece em situação de desemprego depois de formados, este cenário, demonstram a necessidade de planejamento educacional que favoreça a capacidade do aluno de conseguir trabalho e/ou gerar sua própria atividade. Para essa realidade, permite sustentar que as contribuições da Economia Solidária possibilitariam a inserção dos alunos no mercado de trabalho pelo intermédio da organização de atividades coletivas e oportunidade de uma prática educativa contextualizada. Espera-se que este estudo, venha contribuir para melhores ações nas práticas da Educação de Jovens e Adultos para melhoria da inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Gestão e Desenvolvimento Regional. Economia Solidária. Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

SOLIDARITY ECONOMY AS A TOOL FOR DEVELOPMENT IN PIAUÍ PROEJA

This study discusses the contribution of the Solidarity Economy in Education Youth and Adult Course Technician Kitchen, Federal do Piauí Campus Teresina South Zone Institute. It was established to analyze the use of the Solidarity Economy as an educational practice to provide integration improvements of students in the labor and specific objectives market: check how the principles of solidarity economy are included in the teaching practices of the Youth and Adult Education and discuss the potential of solidarity economy as an educational practice and improving PROEJA the student's insertion into the market job. The bibliographic and documentary survey of sources such as the Pedagogic Political Project (PPP) and the Institutional Development Project (IDP) and school records, corroborated for analysis of the object in question, and thus highlight the guidelines, methodologies and actions will enable the inclusion of students in the labor market. The results reveal the absence of practices and approaches in the classroom that contextualize the labor market and the contemplation of student motivation for undertaking the activity itself, the results show that most students remains unemployed after graduation, this scenario, demonstrate the need for educational planning that favors the student's ability to get work and / or generate their own activity. For this fact, allows to maintain that the contributions of Solidarity Economy would make possible the integration of students into the labor market by means of the organization of collective activities and opportunity to a contextualized educational practice.

Key words: Management and Regional Development. Solidarity economy. Education of youth and adults.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Esquema de Economia Mista | 26 |
| Figura 2 – Economia Solidária e economia mista..... | 27 |
| Figura 3 – Processo das ações e resultados da Economia Solidária..... | 96 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 01 – Critérios de sustentabilidade social, ambiental e viabilidade econômica..... | 36 |
|--|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 01 – Motivação para criação dos EES..... | 37 |
| Tabela 02 – Matriz curricular do PROEJA Curso Técnico em Cozinha | 66 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Área de atuação dos EES – Brasil..... | 33 |
| Gráfico 2 – Área de atuação dos EES (Piauí) | 34 |
| Gráfico 3 – Percentual de empregados e desempregados do Município de Teresina-PI..... | 35 |
| Gráfico 4 – Área de atuação do empreendimento (Região) | 36 |
| Gráfico 5 – Principais conquistas dos EES (Brasil) | 38 |
| Gráfico 6 – Distribuição percentual das empresas prestadoras de serviços e pessoal ocupado..... | 63 |
| Gráfico 7 – Motivação para estudar no PROEJA Técnico em Cozinha..... | 67 |
| Gráfico 8 – Escolaridade do pai (alunos do PROEJA) | 68 |
| Gráfico 9 – Escolaridade da Mãe (alunos do PROEJA) | 68 |
| Gráfico 10 – Renda mensal familiar do aluno do PROEJA..... | 69 |
| Gráfico 11 – Participação na vida econômica familiar..... | 70 |
| Gráfico 12 – Faixa etária dos alunos do PROEJA..... | 80 |
| Gráfico 13 – Ocupação atual dos alunos do PROEJA..... | 81 |
| Gráfico 14 – Pessoas desocupadas, por faixa etária IBGE 11/2015..... | 82 |
| Gráfico 15 – Outros tipos de ocupação IBGE, nov/2015..... | 83 |
| Gráfico 16 – Motivação do aluno para o curso..... | 87 |
| Gráfico 17 – Preferência de estudo em sala de aula..... | 90 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTEAG – Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e de Participação Acionária

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNES – Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES - Conselho Nacional de Economia Solidária

CONFINTEA - Conferência Internacional de Jovens e Adultos

COPPE – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia

CRUTAC – Centros Universitários de Treinamento e Ação Comunitária

CUT – Central Única dos Trabalhadores

EES - Empreendimento Econômico Solidário

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

FPH - Fundação para o Progresso da Humanidade

FSM - Fórum Social Mundial

GTB – Grupo de Trabalho Brasileiro

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFPI – Instituto Federal do Piauí

ITCP – Incubadora de Cooperativas Populares

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PACS - Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul

PDI – Programa de Desenvolvimento Institucional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos

PRONINC – Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1.INTRODUÇÃO | 14 |
| 1.1 Problema..... | 16 |
| 1.2 Objetivos..... | 17 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 17 |
| 1.2.2 Objetivos Específicos..... | 17 |
| 1.3 Delimitação do Estudo..... | 17 |
| 1.4 Relevâncias do Estudo..... | 18 |
| 1.5 Organização do Trabalho..... | 19 |
| 2. REVISÃO DA LITERATURA | 21 |
| 2.1 Economia Solidária: aspectos conceituais e teóricos..... | 22 |
| 2.2 Economia Solidária no Brasil..... | 31 |
| 2.3 Políticas públicas em Economia Solidária..... | 40 |
| 2.4 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil..... | 43 |
| 2.5 Educação Profissional e Tecnológica..... | 47 |
| 2.5 O cenário dos jovens na educação profissional..... | 49 |
| 2.6 Educação para o Trabalho..... | 52 |
| 2.7 Educação para o Desenvolvimento..... | 55 |
| 3. MÉTODO | 59 |
| 3.RESULTADOS E DISCUSSÕES | 62 |
| 4.1 PROEJA Curso Técnico em Cozinha Campus Teresina Zona Sul..... | 62 |
| 4.1.1 Perfil profissional do Curso Técnico em Cozinha..... | 64 |
| 4.1.2 Perfil socioeconômico dos alunos do Curso Técnico em Cozinha/PROEJA.... | 66 |
| 4.2 Análise do Projeto Político Pedagógico e Projeto de Desenvolvimento Institucional..... | 70 |
| 4.3 Entrevistas com coordenação de curso e equipe pedagógica e aplicação de questionário com alunos do PROEJA..... | 78 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 104 |
| REFERÊNCIAS | 107 |
| ANEXOS | 115 |

1. INTRODUÇÃO

O histórico de privação de diversos elementos, como oportunidade de trabalho, renda e educação que contribuem para facilitar a ascensão social e apropriação dos bens que nossa sociedade produz, marca o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, configurados nos dias atuais nas políticas públicas da educação nacional.

Com esse olhar, é urgente atender uma parcela significativa de jovens que passam por cenários problemáticos no âmbito do mercado de trabalho e da educação. Assim, torna justificável pensar em uma alternativa de educação que fundamentasse a cooperação e a Economia Solidária para enfrentamento desses obstáculos.

A Economia Solidária se consubstancia em um tipo de organização que contempla princípios da cooperação, participação coletiva, autogestão, respeito ao meio ambiente e solidariedade, competências de suma importância para trabalhar como ato educativo (SINGER, 2001).

A estruturação da Economia Solidária, ao desenvolver os princípios desse tipo de economia, apresenta uma relação viável e adequada na formação dos alunos dessa modalidade de ensino por receber uma educação contextualizada, em sala de aula, a partir dos problemas e fragilidades que acontecem em suas vidas.

A perspectiva vislumbrada é desenvolver, em sala de aula, conteúdos relativos à Economia Solidária e à metodologia de aprendizagem, no sentido de desenvolver empreendimentos solidários, considerando a área de formação na qual está inserido o Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul, possibilitando as chances para conseguir trabalho.

A possibilidade de vincular a matriz curricular à Economia Solidária, como disciplina, torna-se interessante, em face de considerar as práticas educativas contextualizadas que para Freire (1997), a formação requer condicionar o educando a ser o construtor e o agente de mudança da sua própria realidade e fazer com que o sujeito aprenda pelo conhecimento de mundo na qual está inserido.

Ao apontar a Economia Solidária como parte integrante da formação no PROEJA Campus Teresina Zona Sul, torna razoável o norteamento do processo de

implantação de algo novo, modelo alternativo da busca pelo trabalho, mediante formação, na escola, como meio de otimizar a viabilidade de inserção dos alunos no mercado de trabalho.

Frente aos desafios das mudanças rápidas e constantes, provindas pela globalização das economias e das tecnologias, efeitos significativos para se agir e pensar, conseqüentemente no sistema capitalista, a fragilização e desvalorização do trabalhador, configuradas em flexibilização, terceirizações e as multifunções nas quais são acometidos os trabalhadores. Nesse contexto, é iminente a escassez dos postos de trabalho, levando muitas pessoas a não usufruírem da emancipação e da inserção social, comprometendo o desenvolvimento das regiões.

A relevância do presente trabalho compreende o atendimento ao problema real e recorrente do público da Educação de Jovens e Adultos, devido perfazerem um perfil de exclusão socioeconômica e, assim, contribuir para inserção dos alunos no mercado de trabalho.

O problema da escassez de trabalho, gerado pela crise no sistema e nas dificuldades do curso do PROEJA do Campus Teresina Zona Sul, à inserção dos alunos no mercado de trabalho, bem como alternativa de uma educação problematizadora que contextualize a realidade dos sujeitos, em sala de aula, pontua este trabalho.

Surge, por conseguinte, o questionamento: como a Economia Solidária poderá otimizar a inserção do aluno do PROEJA no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, contribuir para uma ação educativa mais eficiente, cidadã e crítica?

Para Freire (1987, p. 70)

O compromisso verdadeiro com os menos favorecidos implica na transformação da realidade em que se acham oprimidos, reclama uma teoria da ação transformadora, esta não pode deixar de reconhecer-lhes um papel fundamental no processo da transformação.

Olhando por esse prisma, a análise centrada no cenário de Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha investiga as diretrizes, metodologias e ações educativas que favoreçam a inserção do aluno no mundo trabalho e o quanto essas práticas se aproximam da sua vida, identificando a Economia Solidária como meio positivo para estabelecer no universo profissional, reconhecendo os

princípios e as práticas dos sujeitos pontuados. Faz-se necessário trilhar esse caminho, mesmo inacabado, mas com postura e atitude voltadas para o compromisso com a EJA.

1.1 Problema

As crises geradas pelo sistema capitalista colocam a situação do trabalho e do trabalhador cada vez mais crítica, provocada pela escassez e precarização do trabalhador. Por outro lado, existe a exigência de objetivos de instituições educacionais por uma educação solidária, cidadã, participativa e autônoma do indivíduo.

Para Pochmann (2008, p. 11) a constituição de um novo modelo econômico brasileiro a partir de 1990 repercutiu no produto nacional e no nível geral de emprego da mão de obra. Medidas estas que, como a revisão do papel do Estado na economia, cujos impactos se deram no processo interno de reestruturação produtiva.

As ações de Estado para reverter a situação econômica do País, não foram suficientes para barrar a crescente demanda da população por trabalho. Discorre ainda Pochmann (2008) sobre a escassez de trabalho,

Em 1994, o Brasil se inseriu na nova divisão internacional do trabalho, cada vez mais especializada na produção e na exportação de bens de menor valor agregado, reduzido conteúdo tecnológico e intensivo uso de mão de obra de baixo custo, assim, com o menor crescimento econômico comprometeu a geração de empregos, o que resultou na ampliação do desemprego e dos postos de trabalho informal (POCHMANN, 2008 p.11).

No cenário da Educação de Jovens e Adultos existe uma demanda crescente para essa modalidade de ensino com o imperativo institucional de educação voltada para uma visão crítica da realidade, entretanto, é necessária uma prática educativa que condicione o aluno a uma postura autônoma frente a seu pensar e agir em sociedade.

Segundo Freire (1996, p.37), é com a autonomia que a liberdade vai preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua dependência. Sua autonomia manifestada na responsabilidade que vai sendo assumida.

Diante dessa realidade, a recorrente de escassez de trabalho e das práticas educacionais para atingir objetivos por uma educação de qualidade que visa a postura autônoma do aluno, os cursos da Educação de Jovens e Adultos do IFPI Campus Teresina Zona Sul estarão preparados para inserir o aluno no mercado de trabalho cada vez mais escasso?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a utilização da Economia Solidária como prática educativa para propiciar melhorias de inserção dos alunos do Curso Técnico em Cozinha do PROEJA do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul no mercado de trabalho.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Verificar como os princípios da Economia Solidária são contemplados nas práticas de ensino da Educação de Jovens e Adultos;
- Discutir as potencialidades da Economia Solidária como prática educativa e melhoria da inserção do aluno do PROEJA no mercado de trabalho.

1.3 Delimitação do Estudo

Entender a Economia Solidária como espaço importante e essencial à formação de jovens e adultos no PROEJA, no qual o aluno terá a oportunidade de vivenciar as situações do mundo do trabalho, por meio da cooperação, trabalho coletivo, exercício da cidadania, criação e desenvolvimento de negócios. Assim, reunir o sentido da formação na aproximação da teoria e prática, em que pretendemos na presente pesquisa.

Este estudo busca delimitar a discussão sobre a Economia Solidária nas práticas de ensino na modalidade EJA do Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul. E, portanto, vislumbrar a Economia Solidária como componente curricular que favoreça melhorias da inserção do aluno

no mercado de trabalho e ampliação de suas capacidades para as competências da autonomia e cooperação.

1.4 Relevâncias do Estudo

A cooperação é elemento essencial para superação dos problemas advindos da crise do sistema capitalista. Assim, a Economia Solidária mostra-se viável, pois oportuniza as experiências dos princípios de autogestão, equidade, trabalho cooperativo. Nesta perspectiva, a existência dos proprietários dos meios de produção se exclui e passa a ser domínio dos cooperados envolvidos no sistema associativo. Dessa maneira, as relações de trabalho são primadas pela solidariedade, favorecendo assim, oportunidade de trabalho, renda e emancipação dos indivíduos.

Para Gadotti (1991), a ação transformadora só pode ser eficiente quando fundada nas relações entre teoria e prática, isto é, na vinculação dessa ideia com suas raízes sociais.

Contudo, o espaço para prática da Economia Solidária, tendo em vista os problemas concretos da sociedade como emprego, renda e capacidade de autonomia para enfrentar os problemas, no contexto da vida das pessoas, mostra prática viável e relevante na Educação de Jovens e Adultos, no processo que envolve teoria e prática, ensino e aprendizagem.

A cooperação e a solidariedade típicas, dos trabalhos da Economia Solidária, podem contribuir para uma ação transformadora por meio de um ato educativo na educação de jovens e adultos, inicialmente, compondo-o como projeto de práticas que vislumbrem oportunidades de desenvolver atividades nas quais os alunos do PROEJA já fazem parte de sua vida laboral, como trabalhadores autônomos da iniciativa privada, empregados e subempregados, sendo mais atenuantes nesta última citação, devido ao histórico de exclusão pelo qual perpassa os alunos da Educação de Jovens e Adultos.

O Curso Técnico em Cozinha (PROEJA) observa, em grande medida, as perspectivas de desenvolvimento, geração de trabalho e renda e de emancipação do sujeito? Como bem expressa Paulo Freire (1996), em sua obra Pedagogia da

Autonomia, ao se referir que a educação de qualidade precisa ser emancipatória, para que o sujeito consiga fazer uma leitura crítica do mundo e agir sobre o mesmo.

Assim, refletir a prática da vida dos educandos, as visões do mercado de trabalho e as possibilidades de enfrentamentos destes alunos em sala de aula, por meio dos princípios da Economia Solidária, é solidificar uma educação significativa e de qualidade.

Para tanto, ao desenvolver, em sala de aula, por meio de componente curricular, assuntos que são críticos e determinantes para a progressão social destes alunos, como o mundo do trabalho, possibilitando a observação de suas realidades de forma crítica e com perspectivas de estimulá-los a atuarem de forma a reconstruir, por meio da cooperação e solidariedade, suas possibilidades de inserção social, vê-se, por conseguinte, que o trabalho, em sala de aula, que favoreça a autonomia dos alunos por intermédio da Economia Solidária é possibilidade razoável, diante do contexto de desemprego e de precarização do trabalho, proporcionando melhoria na qualidade de vida e emancipação do sujeito.

1.5 Organização da Dissertação

A dissertação está organizada em cinco partes. A primeira contempla a introdução: o problema, os objetivos, a delimitação, a relevância do estudo e sua organização.

A segunda apresenta a revisão de literatura: Inicia-se com a discussão sobre a Economia Solidária, tecendo um debate teórico e conceitual do tema. Permeia sobre a realidade da Economia Solidária no Brasil; em seguida, sobre as públicas de Economia Solidária, trabalhando com as correntes de pensamento dessa economia, faz-se, portanto, um debate teórico sobre a utilização estratégica da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos relacionando-se os conceitos do desenvolvimento sustentável às práticas de Economia Solidária e de Educação de Jovens e Adultos.

No segundo momento da revisão da literatura, discorre-se sobre Educação de Jovens e Adultos no Brasil reconhecendo seus avanços e desafios. Em seguida, sobre a educação profissional e tecnológica abordando a importância da integração

da educação profissional do PROEJA. Enfim, realiza-se um debate teórico sobre a educação voltada para o trabalho e para o desenvolvimento.

A terceira seção compreende o método de pesquisa de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, considerando eficaz o método para subsidiar a pesquisa, por compreender as ciências sociais. Também, foram utilizadas pesquisas estatísticas sobre a Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária para compreensão dessas realidades.

A quarta seção apresenta os resultados e discussão da Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha do Campus Teresina Zona Sul. Insere-se, a análise bibliográfica e documental do Projeto Político Pedagógico, de Desenvolvimento Institucional, de manuais, além de registros de controles acadêmicos pertinentes ao PROEJA.

Na última seção estão apresentadas as considerações finais, neste estão descritas as evidências e objetivos deste trabalho e, em seguida, referências e anexos.

2. REVISÃO DA LITERATURA

As iniciativas empreendidas pelo espaço profissional que lograssem objetivos de trabalho e renda foram motivadas nos movimentos dos trabalhadores por incapacidades de absorção da mão de obra empregável e as condições precárias de trabalho.

Conforme Demoustier (2001) sobre a auto-organização econômica

A partir de 1830 alguns operários organizaram diretamente suas atividades econômicas: por um lado, a associação de consumo é um grupo de compra de artigos de primeira necessidade para melhorar o poder de compra ao permitir uma melhor negociação do preço das mercadorias; por outro, a associação de produção é uma forma de empresa possuída coletivamente por seus filiados operários, que querem assim melhorar a renda de seu trabalho. Nesses, dois casos, trata-se de apropriar-se coletivamente do papel e da renda do empreendedor ou do comerciante, considerados intermediários (DEMOUSTIER 2001, p.21).

A ideia da Economia Solidária nasce meio ao atendimento das necessidades básicas supridas pela apropriação do trabalho. Conforme Nunes (2009), seria um projeto real de construção de uma sociedade menos injusta que privilegiasse o social onde a igualdade, cooperação, liberdade e autonomia podem ser contempladas na economia solidária de modo que não exista contradição entre essas palavras.

Um novo projeto de desenvolvimento aponta a Economia Solidária, no interior do sistema capitalista, como paradigma atual por oferecer o desenvolvimento humano por meio da cooperação e solidariedade entre as pessoas (SINGER, 2002).

Essa revisão discorre sobre os princípios da Economia Solidária como elemento importante para a educação e desenvolvimento, para este, é realizado inicialmente a realidade da Economia Solidária no Brasil, seus retrocessos e avanços desde os primeiros trabalhos das cooperativas à criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES no Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Nesse percurso, discorre sobre as políticas públicas em Economia Solidária como ação estratégica de enfrentamento dos problemas socioeconômicos, bem

como a viabilidade de promoção do exercício da cidadania dos educandos, por meio de ato educativo.

Ademais, são elencados a realidade da educação de jovens e adultos no Brasil como sujeitos excluídos historicamente, que culmina com as medidas os primeiros trabalhos de educação profissional e tecnológica no Brasil.

Contudo, é abordado discussão de prática educativa que utilize os princípios típicos da Economia Solidária, que venha contribuir para uma educação que esteja voltada para o desenvolvimento e para trabalho.

2.1 Economia Solidária: aspectos conceituais e teóricos

A Economia Solidária teve sua motivação no advento do surgimento da revolução industrial, no final da segunda metade do século XVIII, por meio do desenvolvimento das máquinas no processo produtivo, pois neste período com os mercados baseados na competição e desigualdades surgiram problemas sociais de pobreza e miséria, que em tempos atuais exigem esforços do Estado para sua minimização (NUNES, 2009).

Assim, Robert Owen buscou criar um sistema cooperativo (Economia Solidária), em meio a revolução industrial na Inglaterra no século XIX, de alternativa a incapacidade do sistema de oferecer oportunidades de trabalhos para um significativo contingente de pessoas que se deslocavam do campo para o centro do desenvolvimento das indústrias nas cidades. (DEMOUSTIER, 2001)

Mais recentemente, a partir do final da década de 1970, o mundo passou por crescentes aumentos de desempregos e pobreza com atenuantes nos países de capitalismo de periferia (IASKIO, 2007).

Para Lechat (2002, p. 3) floresceu, a partir de 1977 até 1984, uma série de iniciativas para salvar ou criar empregos, por intermédio de empresas autogeridas pelos próprios trabalhadores e isto com o apoio de alguns sindicatos progressistas.

Outro período importante foi junho de 2003, o Congresso Nacional aprovou Projeto de Lei do Presidente Lula, criando no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). Reconheceu dessa forma no Estado brasileiro um processo de transformação social em curso,

provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980. (SINGER, 2004).

A sugerida Economia Solidária em momentos de crise, vem provocando discussões no meio acadêmico sobre seus possíveis conceitos e abrindo horizonte para um novo significado para palavra original economia (ARRUDA, 2003).

A cooperação é elemento essencial para desenvolvimento de empreendimentos solidários, essa característica foi por tempos elemento singular para avanço nas relações humanas e dentro das empresas é considerado parte integrante do sucesso, esta exigida como competência para trabalho em equipe, espírito coletivo, colaboração com membros e empresa, por outro lado, essa mesma postura é utilizada nos empreendimento de Economia Solidária com diferenciais de participação democrática, ausência de única pessoa auferindo os lucros da força de trabalho dos demais membros.

Assim, a Economia Solidária compreende o trabalho coletivo entre pessoas para fabricação de bens ou prestação de serviços, com livre associação e participação democrática nas decisões do empreendimento (SINGER, 2003).

Para Iaskio (2007) a Economia Solidária é iniciativa pautada em princípios de solidariedade, propriedade coletiva dos meios de produção e participação coletiva nas tomadas de decisão.

O termo Economia Solidária está relacionado a consumo, produção, comercialização e prestação de serviços, através de empreendimentos como participação democrática nas decisões, cooperação entre os membros e a valorização do desenvolvimento humano (MANCINI, 2000).

Para Icaza e Tiriba (2003) a Economia Solidária é o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos setores populares com vistas a garantir, através da sua própria força de trabalho e dos recursos disponíveis, a satisfação das necessidades básicas, tanto materiais como imateriais.

Para Razeto (1993, p. 40) são experiências econômicas que compartilham alguns traços constitutivos essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Para Iaskio (2007),

Por meio da utilização de diversos termos (economia popular, socioeconômica solidária, economia popular solidária etc.) E da história, afirmam que a Economia Solidária surge principalmente como resposta à incapacidade da economia de mercado de garantir provimento às necessidades básicas da população em especial a partir da implantação de modelos neoliberais no final da década de 1970 e início de 1980 (IASKIO 2007, p.53).

Para estes autores, a instituição de diversos empreendimentos tais como cooperativas, associações, empresas autogestionárias que vêm se configurando e buscando espaço para oportunizar a um crescente contingente de pessoas desempregadas, geradas pelas crises do sistema.

Alencastro e Fernandes (2007, p.94) “condiciona a prática da Economia Solidária em incubadoras, muitas vezes, como uma “fazeção” de atividades, sem priorizar a criticidade desse fazer”. Conforme situação, a importância da utilização da Economia Solidária, como ato educativo, poderá suprir parte essencial da formação crítica do sujeito.

O processo educativo precisa superar a concepção bancária de educação que dificulta o pensar crítico e não permite desenvolvimento na transformação social, sendo apenas repetidores de conteúdos programáticos. (FREIRE, 1987)

Figueira e Hamasaki (2007)

Considera a inter-relação quando se pensa o processo de organização do trabalho popular e solidário, que tem como princípio a não centralização de poder e cujo planejamento e tomada de decisões derivam de uma ação democrática e participativa. Devido a isso, os integrantes confrontam as percepções acerca do trabalho, é nesse processo cultural que residem as principais dificuldades no que se refere à sustentabilidade organizacional do empreendimento (HAMASAKI 2007, p. 119).

Com o exposto, o trabalho associado enfrenta desafios, devido à construção histórica, constituída por princípios capitalistas que têm influência nos desdobramentos do trabalho associado, corroborando, em certa medida, a sua adesão, bem como, como aos conflitos e permanência dos empreendimentos.

O processo histórico econômico é permeado por percepções de mundo, não se tratando de questões naturais, mas em constituições fundamentadas em ações históricas (CORAGGIO, 2002).

O que marca a característica humana é a diversidade que existem entre nós, entre os aspectos de crença, cor, hábitos, costumes e as variadas formas do homem se relacionar com ele e a natureza.

Para Corragio (2013)

O mercado não é exclusivo para a economia empresarial privado, por vezes, mal denominado setor de mercado. Na situação de exclusão em massa e dificuldade para a reprodução que se agravou os anos, ressurgiram as formas de organização comum de mercado, tais como feiras, por exemplo, que são uma forma de institucionalizar o intercâmbio como um centro de reunião solidariedade direta de produtores e consumidores (CORRAGIO, 2013 p.20).

Para Singer (2001, p.100) uma sociedade que levasse o individualismo e a competição como norma de sociabilidade às últimas consequências pereceria em pouco tempo.

Discorre Tiriba (2007)

Ao analisar a multiplicidade e complexidade das relações econômico-sociais, recorreremos ao conceito de economia popular – conceito que nos ajuda a compreender que, no interior do modo de produção capitalista, subsistem outras formas de produzir, distribuir e consumir, cuja racionalidade econômica distingue-se da racionalidade do capital (TIRIBA 2007, p. 87).

Vale ressaltar que a Economia Solidária é desenvolvida a nível nacional há doze anos um programa de Economia Solidária ininterrupto, gerida pelo professor Paul Singer pela SENAES, reforçando a ideia de uma prática consistente de atendimento as necessidades de trabalho e renda para pequenos produtores, desempregados e outros com motivação para tal associação.

Para tanto, em Corragio (2013)

Conforme esses espaços de multiplicidade no mercado são propostos por Corragio três correntes de pensamento e ação da economia social e solidária. A primeira corrente, que visa a (re) integração através do trabalho de pessoas no nível microeconômico é caracterizada por um conjunto de práticas que se concentram para alcançar a integração social e a redução da pobreza através de reinserção de grupos excluídos do mercado de trabalho. (CORRAGIO 2013, p.13)

Para o mesmo autor a economia não produz somente valores econômicos, produz modos de relações e valores que se alteram, gerando espaços para novos contextos históricos e configurações sociais (CORAGGIO, 2002).

Historicamente não se direcionou esforços para uma posição mais atuante da Economia Solidária, existem ações em momentos de crise do sistema com incentivo de constituições de cooperativas, no Brasil na década de 1980. (SINGER, 2002)

Valorizar e priorizar as relações diversas que existem na sociedade é importante atitude para evitar que grupos fiquem excluídos do desenvolvimento socioeconômico, contribuindo assim para evitar os efeitos indesejáveis de vulnerabilidades de tais grupos.

Para Coraggio (2013)

O movimento geral de uma economia mista pode ser visto pelas dinâmicas quantitativas e qualitativas que resultam da aplicação dos recursos organizada ou usado, combinando vários tipos de organização guiados pelos três sentidos ou sentidos grupos mencionados. Isso pode pesava quantitativamente, por exemplo com base nos pesos relativos de cada setor para diferentes variáveis (população empregada, valor da produção, a demanda efetiva, contribuição para os saldos externos, etc.), quer em qualidade, tais como as negociações com [conflitos no processo entre agentes-sujeitos em diferentes setores (CORAGGIO, 2013 p.18).

A formação econômica de um país não deve compor somente a questão conceitual, mas, fazer acontecer as relações que existem no que chama de economia mista. Veja esquema da economia mista conforme figura 1.

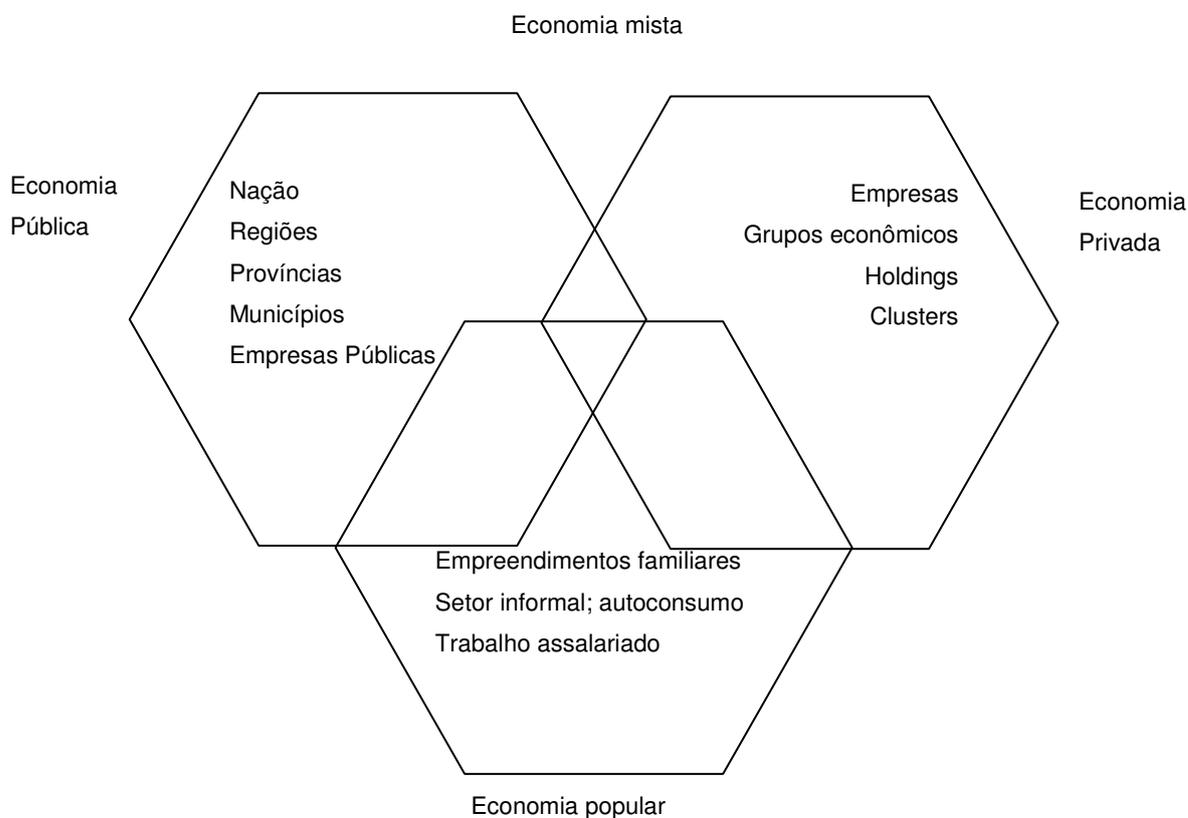


Figura 1 – Esquema de economia mista

Fonte: CORAGGIO, (2013) adaptado por SILVA, (2015).

O movimento de desenvolvimento das escalas do local para o global precisa ser interpretado pelos tomadores de decisões que empreendimentos têm velocidades e dinâmicas diferentes, para os pequenos e mais vulneráveis requerem velocidades diferentes, evitando generalizações e replicações de mais grupos à escala marginal (BRANDÃO, 2012).

Nesse ponto que a Economia Solidária se insere em ativar relações duradoras e com força de políticas públicas, evitando a dominância e preferência do Estado sobre a economia capitalista em detrimento de ações paliativas para Economia Solidária e o reconhecimento de uma economia mista de mercado, como ilustra o esquema na figura 2 (CORAGGIO, 2013).

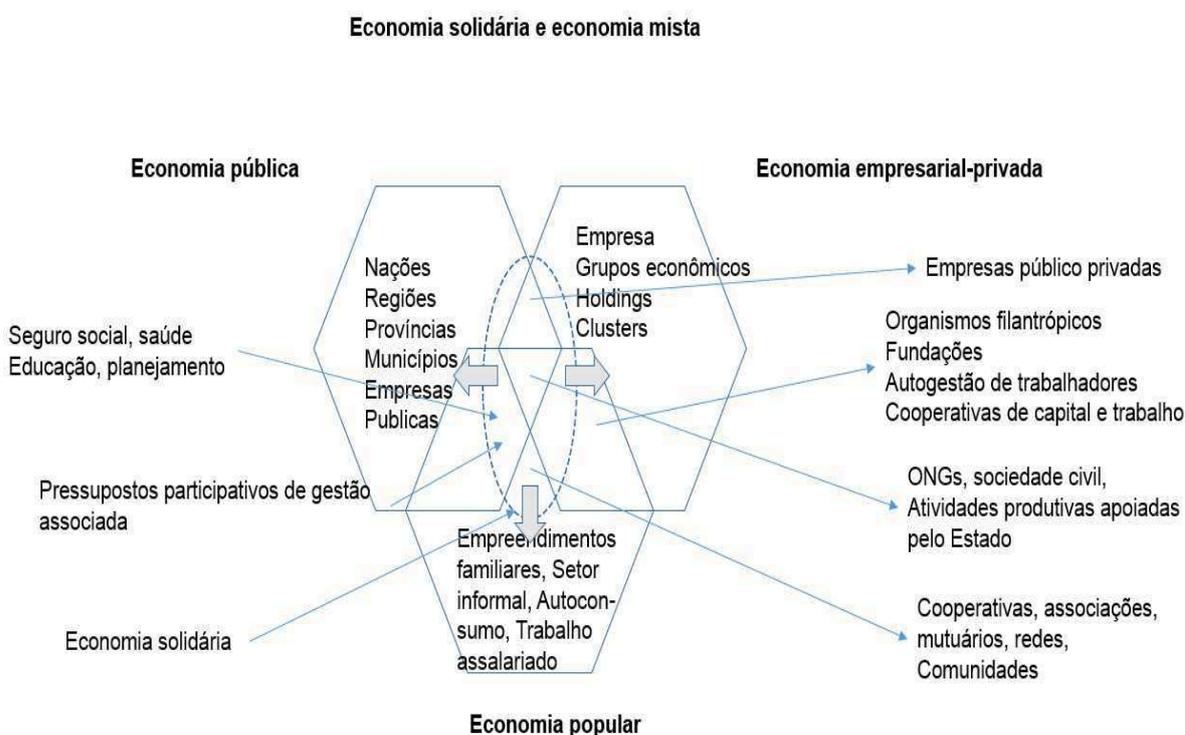


Figura 2 – Economia Solidária e economia mista
Fonte: CORAGGIO (2013) adaptado por SILVA, (2015)

Embora teoricamente a Economia Solidária esteja dentro de um sistema de economia mista proposto por Coraggio (2013), autor como por exemplo Singer (2003) afirma que a Economia Solidária ainda recebe o caráter de ação paliativa apesar de todo desenvolvimento realizado pela Secretaria de Economia Solidária - SENAES.

Segundo Nagem (2013), isto acontecerá,

enquanto a Economia Solidária for encarada meramente como uma alternativa paliativa ao problema do desemprego, voltada apenas para grupos excluídos e de difícil inserção no mercado de trabalho assalariado, mesmo com todo o esforço da SENAES em caracterizá-la como a afirmação de uma nova proposta de desenvolvimento, dificilmente conseguirá enfrentar os antagonismos e conflitos de interesse que impedem sua viabilização (NAGEM 2013, p.174).

O reconhecimento de que existem outras formas de apropriação e geração de trabalho e renda é pressuposto essencial para o desenvolvimento de esforços de cunho estrutural para melhor efeito das ações de Economia Solidária, assim, as formas de se relacionar, quer seja no campo econômico ou social, existem diversidades, e estas precisam de enfoque com o mesmo direcionamento de prioridades das ações tradicionais.

A carência de atendimento das necessidades, consideradas básicas na sociedade atual, marca o problema central no que tange à condição de exclusão socioeconômica, estas, associadas à ausência ou falta dos fatores condicionantes, de saída, desse cenário como: trabalho, renda, educação e condições estruturantes para ascensão social.

Os estigmas relacionados a pobreza como associado aos males sociais existentes e classificados como pessoas que precisam ser separadas do processo de construção da sociedade, ao invés de buscar meios, alternativas de trabalhar na perspectiva de pessoas com necessidades devido aos efeitos indesejados do sistema (CORRAGIO, 2002).

A produção e reprodução do paradigma do sistema capitalista requer há tempos novas concepções não somente de alternativas paralelas ao próprio sistema, mas, reinventar uma racionalidade que insira uma nova cultura nas organizações em geral que determine limites sociais ao sistema capitalista (CORRAGIO, 2002).

A ordem existente, os valores, as relações construídas dentro desse molde histórico das relações de produção do homem, demanda novos objetivos que não sejam os usuais, mas que privilegiem os aspectos sociais, garantidos nos objetivos centrais dos tomadores de decisão (POCHMANN, 2012).

Para Coraggio (2002) sobre o desenvolvimento social como condição estruturante no sistema capitalista

Por este ponto de vista, o desenvolvimento da vida de pessoas e comunidades é favorecida pela ação coletiva em nível local, onde os conflitos de interesse e a concorrência pode ser regulada de forma mais transparente dentro da sociedade onde as relações fraternas podem ser produtivas e reprodutivas de laços de cooperação, gerando associações livres trabalhadores, em vez de empresas onde o trabalho está subordinado ao capital autoritários a necessidade de um salário mínimo (Coraggio, 2002, p. 2).

A perspectiva de Coraggio (2002) sobre o desenvolvimento está fundamentada na Constituição Federal no art. 6º que trata dos direitos sociais que, para matéria em discussão dentre outros, corrobora a educação, trabalho como elemento principal para o desenvolvimento.

Com os teóricos, a construção necessária e realista de incorporação de valores, no sistema de cunho mais significativo na emancipação do homem, requer ações que sejam sólidas e estruturantes. Essa decisão vê o Estado como agente estratégico de tal pressuposto, pois esperar iniciativas de cunho qualitativo dos agentes de produção e reprodução do capital, ressoa um tanto ingênuo e de uma “esperança” inexecutável.

Entre os agentes econômicos formados pela economia mista, como economia pública, empresarial-privada e economia popular, o que perfaz sua característica é sua maior inclinação das relações entre ambos e suas características e objetivos (CORAGGIO, 2013).

Com este, a promoção de assuntos pertinentes a Economia Solidária, em sala de aula, com objetivo de estimular a criação de empresas coletivas, caracteriza uma forma de empreendedorismo social para suprir as necessidades de trabalho e renda. O fortalecimento de uma ação inovadora no âmbito social, necessariamente, requer o amparo de políticas públicas de Estado, tanto no contexto de execução, como no desenvolvimento de uma prática educativa que vislumbre uma cultura para economia social.

Embora não ocorra uma corrente econômica dentro de uma economia mista que oposta ao Estado, o que diferencia suas características é o grau de relação desta com o Estado, bem como suas ações prioritárias para com o desenvolvimento, para tanto, a criação de formas de participação a nível local, desenvolvimento da democracia participativa da sociedade, são recursos chaves para o alcance da economia social (CORAGGIO, 2002).

As políticas voltadas para Economia Solidária tiveram significativa conquista com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, porém, ainda não confere como estratégia, mas como ações paliativas de governo. (NAGEM,2013)

Conforme Coraggio (2002, p. 4) sobre o foco que considera importante na economia social enquanto enfrentamento dos problemas de países para o desenvolvimento,

Há outra diferenciação no âmbito da economia social atual parece importante: o âmbito social e foco nos pobres. Dada a enorme exclusão gerada pelo sistema socioeconômico dominante, indivíduos, famílias, grupos e comunidades tenham implantado múltiplas iniciativas sobrevivência, inovando ou retorno a velhas práticas. Em parte, eles foram ajudados por estas organizações têm canalizado recursos para a sobrevivência e promoveu a parceria, redes ou certos modelos de ação. Estas intervenções têm sido amplamente focadas nos setores mais atingidos, os sem-abrigo, os pobres, os excluídos (CORAGGIO, 2002 p. 4).

O pensamento de Coraggio (2002) sobre economia social compreende algo mais amplo do que a resolução ou minimização dos efeitos indesejados do sistema. Propõe em suas estruturas uma racionalidade voltada para os interesses sociais coletivos, cujo fundamento concerne ao conhecimento do modo como realmente configura o sistema econômico, uma economia mista e que as políticas de governo carecem desse reconhecimento.

A dissociação de como funciona e está organizada as diversas formas das pessoas se relacionar e manterem trocas constantes, produz inevitavelmente uma desregulação no sistema, pois as decisões tomadas, no âmbito estratégico da nação, devem considerar o sistema, no contexto de sua realidade, complexo, pois a sociedade assim demonstra.

A consideração sobre a Economia Solidária recai sobre a práxis que existe entre os menos favorecidos e as dificuldades do próprio sistema suprir oportunidades de trabalho para as pessoas; no entanto, o desafio, quer seja dos

ambientes de formação ou dos tomadores de decisões, é desenvolver a ampliação das capacidades das pessoas corroborando para ação mais autônoma e independente.

2.2 Economia Solidária no Brasil

Os desafios impostos pela crise do sistema capitalista levantam discussões sobre quais melhores rumos devem seguir, dentro de um modelo de desenvolvimento que se mostra com limitações aos problemas socioeconômicos.

Segundo Lechat e Barcelos (2008, p.04), “nos anos cinquenta, Paul Singer fazia parte do grupo reunido em torno do jornal Vanguarda Socialista, quando se propôs a defender a autogestão junto aos sindicatos”.

A Economia Solidária no Brasil surge como proposta às fragilidades e limitações do sistema em resolver os problemas socioeconômicos que estão na base de análise e avaliação para o desenvolvimento, ou seja, com exclusão social e econômica, não há desenvolvimento. (SINGER, 2002)

Conforme o CONAES (2010),

o processo de conquista de reconhecimento político e de políticas públicas para a Economia Solidária teve um salto de qualidade em 2003, com a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), no Ministério do Trabalho e Emprego. A partir de então, a interlocução avançou em várias políticas setoriais (trabalho e renda, cultura, desenvolvimento social, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento territorial etc.) e houve uma expansão de políticas públicas de Economia Solidária nos governos estaduais e municipais (CONAES 2010, p. 09).

O movimento de apoio à Economia Solidária cresce à medida que os efeitos da crise vêm se agravando, com intuito de, em certa medida, de atender fundamentalmente o básico para a dignidade humana e a diminuição dos níveis de desempregos.

Para o MTE (2015)

No Brasil, a Economia Solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, etc. Atualmente, a Economia Solidária tem se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 fóruns estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de Economia Solidária) em todo o território brasileiro (MTE, 2015 p. 01).

A reflexão política de um projeto é parte importante para sua eficiência e eficácia, pois, ao entrar na agenda de ações da gestão pública, confere o aporte da capacidade do Estado em realizar investimentos e mobilizar esforços.

De acordo com I CONAES (2006), nos momentos de crise econômica no Brasil,

aumenta o interesse pela Economia Solidária, suscitando o debate sobre o tema. No entanto, a Economia Solidária não deve ser considerada apenas como um conjunto de políticas sociais ou medidas compensatórias aos danos causados pelo capitalismo, nem como responsabilidade social empresarial (CONAES, 2006 p. 1).

O reconhecimento de uma política de Economia Solidária que vise a melhoria das camadas mais pobres e vulneráveis da sociedade, que vislumbre a cooperação e solidariedade entre os membros em detrimento do individualismo e competição como regra de sociabilidade que agrava ainda mais os efeitos da crise do sistema (SINGER, 2001).

A II CONAES configurou momento de mobilização e participação mais ativa dos membros envolvidos onde, preocupações, lacunas, oportunidades, demandas sobre Economia Solidária foram debatidos e amadurecidos para fortalecer o movimento de Economia Solidária (CONAES, 2010).

A construção de rumos a seguir de uma nação deve levar como premissa básica o que a história mostra como erros e acertos, pela qual muitos já superados e compreender que a repetição de certos erros produz na humanidade uma herança de desigualdade e de opressão (NUNES, 2009).

Segundo Manzano (1996),

frente às várias transformações que a nova ordem internacional tem imposto à produção capitalista deste último quarto de século, os conceitos de flexibilização e desregulamentação dos mercados emergem no debate econômico atual como grandes objetivos a serem perseguidos pelos formuladores de política econômica (MANZANO, 1996 p. 253).

As decisões políticas com melhores efeitos não deixam de considerar as composições menores para formação do todo, e que em sua maioria os problemas concretos encontram-se na escala de microrregiões estes posteriormente ocasionando efeitos maiores (BRANDÃO, 2012).

Conforme a II CONAES (2010)

a Economia Solidária tem origens remotas na história das sociedades humanas. Ela está intimamente relacionada à luta pela autodeterminação dos povos, ao reconhecimento do conceito de bem-viver e se expressa cotidianamente nas lutas dos povos e comunidades tradicionais contra a mercantilização da vida, em favor dos bens comuns, da gestão comunitária e da reciprocidade (CONAES, 2010 p. 13).

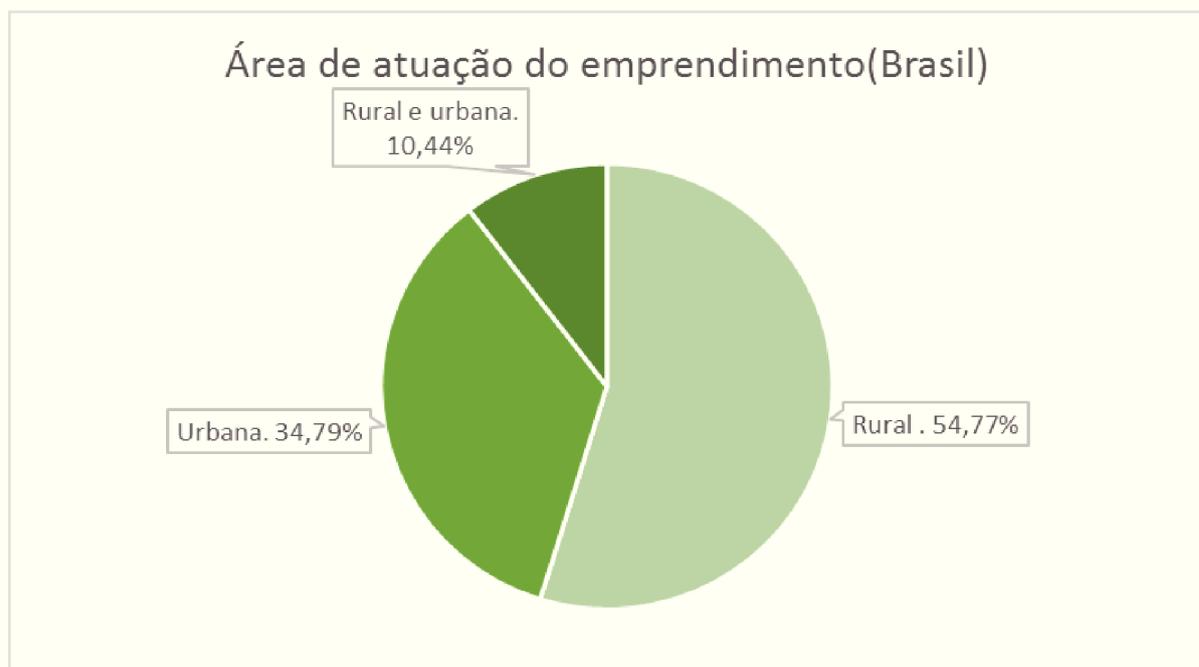
As sociedades em momentos de crises sempre buscaram a cooperação como alicerce de superação de problemas e condução da mobilização do comportamento humano em prol de determinados objetivos, o viés interessante é utilizar-los, antes do estabelecimento da crise (SINGER, 2001).

Segundo CONAES (2010)

no caso do Brasil, o enfrentamento à recente crise econômica está sendo fortemente caracterizada pela intervenção do Estado, com um volume significativo de investimentos em infraestrutura, com o Plano de Aceleração do Crescimento – PAC e com um conjunto de iniciativas para manter aquecido o mercado interno: redução das taxas de juros, ampliação do crédito e redução temporária de impostos sobre bens de consumo (CONAES, 2010 p.15).

A Economia Solidária é um mecanismo de promoção de trabalho e renda, especificamente para parcelas da sociedade com pouca estrutura de acesso a informação, crédito, educação e os aspectos estruturantes para se produzir, conforme o gráfico 1 e 2, essa realidade se evidencia na atuação do empreendimento.

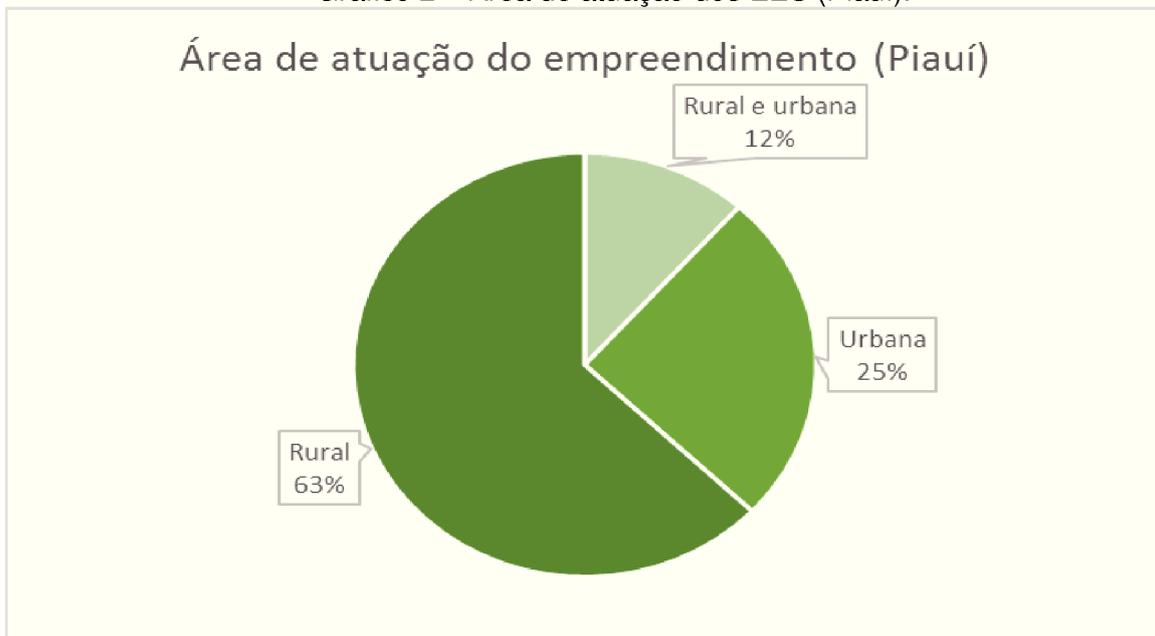
Gráfico 1 – Área de atuação dos EES (Brasil).



Fonte: SENAES, (2013)

A presença de empreendimentos solidários têm mais ocorrência na zona rural. Fortalecer a Economia Solidária nesse cenário é uma prática estratégica a ser mantida como forma de planejamento de fixação do homem no campo, bem como a agregação de valor local para as comunidades.

Gráfico 2 – Área de atuação dos EES (Piauí).



Fonte: SENAES, (2013)

A necessidade de planejamento das grandes cidades agravou ainda mais os problemas de deslocamento de excedente de mão de obra contribuindo formas marginais de trabalho, devido a “[...] a ausência das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como a agrária, possibilitou a transferência de grande parcela do excedente rural dos trabalhadores para as cidades [...]”. (POCHMANN, 2014, p.34).

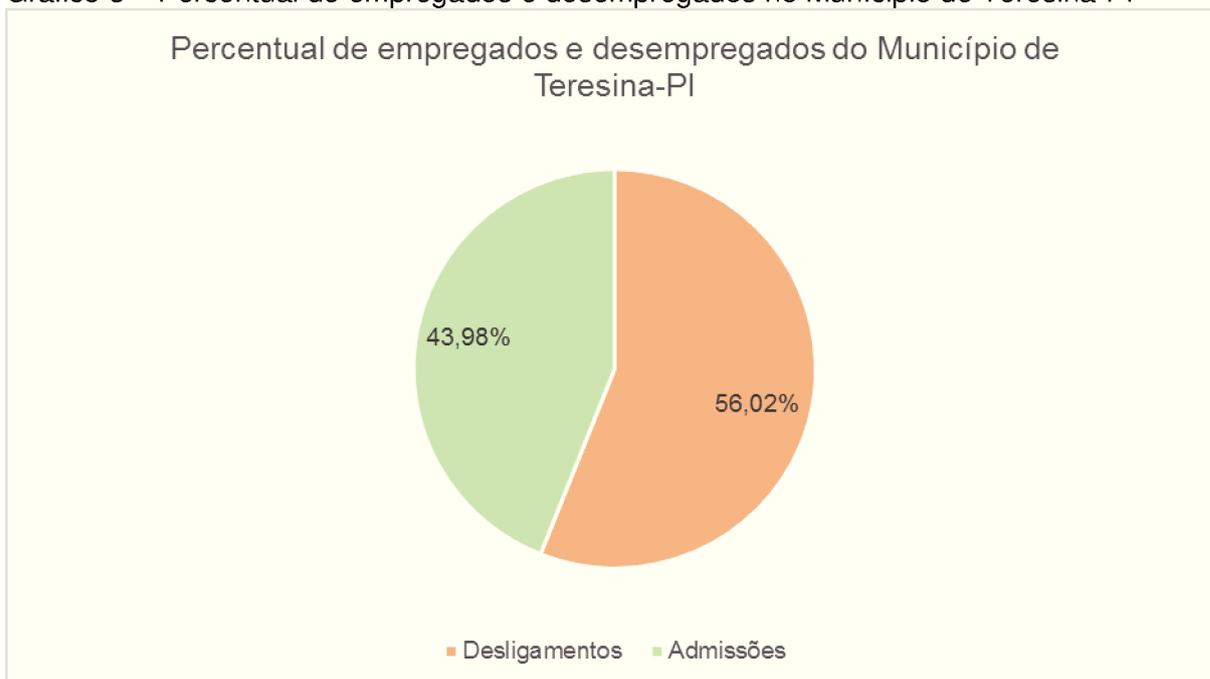
Um dos princípios da Economia Solidária é a valorização do homem e das práticas de sustentabilidade de produção, sendo razoável intensificar a organização de pequenos produtores nesse modo de organização e produção, bem como diminuir o contingente de mão de obra informal que existe nesse cenário.

Esses princípios da Economia Solidária estão fundamentados na Constituição Federal que trata sobre os princípios gerais da atividade econômica expressos no art. 170, que a ordem econômica deve estar fundada na valorização do trabalho humano e defesa do meio ambiente.

Considerável medida muito diferenciadas em termos do assalariamento e postos de trabalho associados aos setores econômicos de baixa produtividade. “No Brasil, por exemplo, pelo menos a metade dos trabalhadores por conta própria pertence ao setor rural da economia” (POCHMANN, 2014, p.34).

Conforme a capacidade de planejamento e percepção dessa realidade, comum aos Estados brasileiros, sendo mais atenuantes em áreas com pouca estrutura de oportunidade de trabalho, essa problemática tende a se agravar conforme a escassez contínua de postos de trabalho e a intensificação do número de desempregados nos centros urbanos, como representa o gráfico 3.

Gráfico 3 – Percentual de empregados e desempregados no Município de Teresina-PI



Fonte: CAGED, (2015)

Para Sachs, (2008, p.36) “o desenvolvimento sustentável obedece ao duplo imperativo ético da solidariedade com as gerações presentes e futuras, e exige a explicitação de critérios de sustentabilidade social e ambiental e de viabilidade econômica”, como segue esquema do Quadro 01 proposto por Sachs:

Quadro 01 – Critérios de sustentabilidade social, ambiental e viabilidade econômica

| | Impactos sociais | Impactos ambientais |
|------------------------|------------------|---------------------|
| Desenvolvimento | + | + |
| Selvagem | - | - |
| Socialmente benigno | + | - |
| Ambientalmente benigno | - | + |

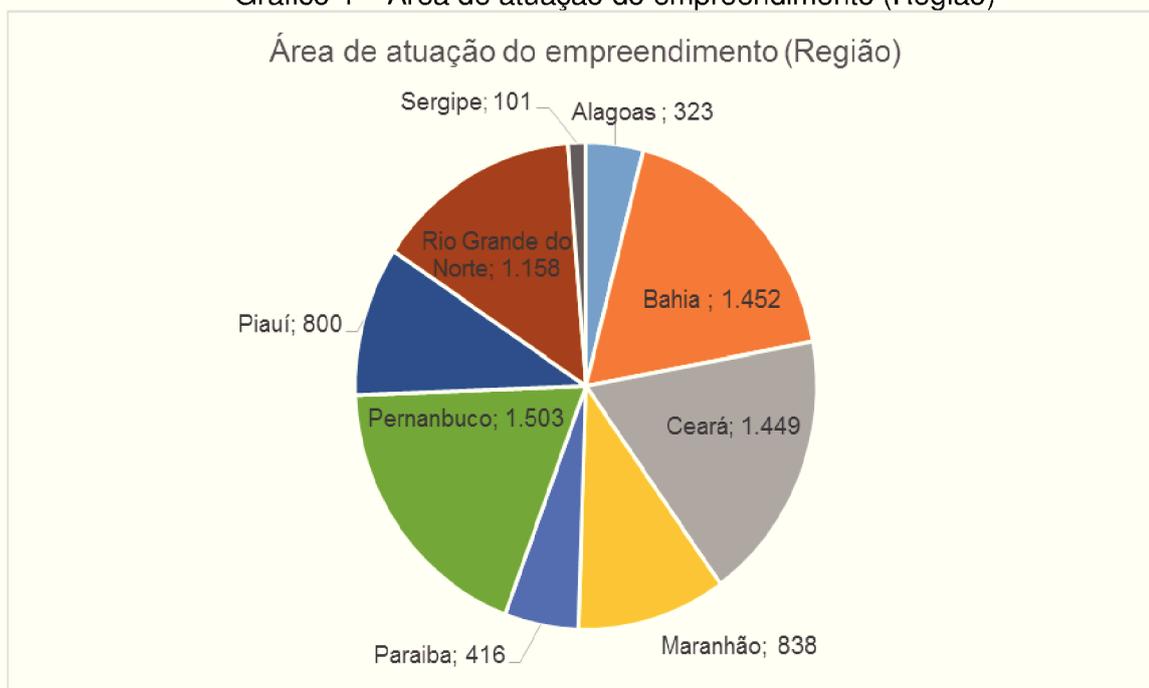
Fonte SACHS, (2008)

A ausência de estrutura e projetos para desenvolvimento das zonas rurais do espaço nacional e os planos de “desenvolvimento” do País são ações efêmeras por carecer de ações de longo prazo, justificando a atuação dos EES em regiões menos favorecidas, como mostra o gráfico 4.

Do quantitativo de 19.708 empreendimentos de Economia Solidária existentes no Brasil, 8.040 estão localizados no Nordeste, tendo sua grande concentração na zonal rural 5.804 e 682 rural e urbana.

Apesar de existir um número expressivo em relação à zona urbana, ainda é pouco significativo para o grande percentual de informalidade existente no meio rural, dos 4 milhões de trabalhadores assalariados rurais no país, 60% - cerca de 2,4 milhões – atuam na informalidade e com baixos salários menores (IBGE, 2012).

Gráfico 4 – Área de atuação do empreendimento (Região)



Fonte: SENAES, (2013)

A tabela 01 abaixo releva as principais motivações dos participantes de empreendimentos de Economia Solidária no Brasil.

As motivações são diversas com destaque para algumas com maior ponto de decisão uma alternativa ao desemprego e uma fonte complementar de renda, perfazendo respectivamente 9.106 e 9.624 de respostas a decisão de optar por empreendimentos de Economia Solidária. A decisão pela Economia Solidária Singer (2003) explica que não está no simples fato da escassez de oportunidade de trabalho, acesso ao crédito e outras formas de limitações, mas, a única possibilidade viável no contexto dos menos favorecidos é a cooperação.

Tabela 01– Motivação para criação de EES

| | Centro- oeste | Nordeste | Norte | Sudeste | Sul | Total |
|---|------------------|----------|-------|---------|------|-------|
| Uma alternativa ao desemprego | 892 | 3422 | 1757 | 1896 | 1139 | 9106 |
| Obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo | 1126 | 2556 | 1444 | 1629 | 1716 | 8471 |
| Uma fonte complementar de renda para os (as) associados (as) | 1282 | 3066 | 1680 | 1792 | 1804 | 9624 |
| Desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as) | 875 | 3123 | 1416 | 1340 | 1270 | 8024 |
| Possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica | 288 | 1058 | 579 | 492 | 411 | 2828 |
| Condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios | 490 | 2449 | 717 | 221 | 253 | 4130 |
| Recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar | 53 | 184 | 149 | 132 | 83 | 601 |
| Motivação social, filantrópica ou religiosa | 317 | 1560 | 633 | 762 | 529 | 3801 |
| Desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades | 560 | 2739 | 771 | 848 | 728 | 5646 |
| Alternativa organizativa e de qualificação | 332 | 1050 | 570 | 596 | 612 | 3160 |
| Incentivo de política pública (governo) | 245 | 1398 | 460 | 536 | 474 | 3113 |
| Organização econômica de beneficiários de políticas públicas | 157 | 632 | 336 | 192 | 193 | 1510 |
| Fortalecimento de grupo étnico | 362 | 592 | 523 | 236 | 199 | 1912 |
| Produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos | 146 | 547 | 318 | 203 | 393 | 1607 |
| Outro | 188 | 613 | 219 | 270 | 600 | 1890 |
| Total de EES | | | | | | 19708 |

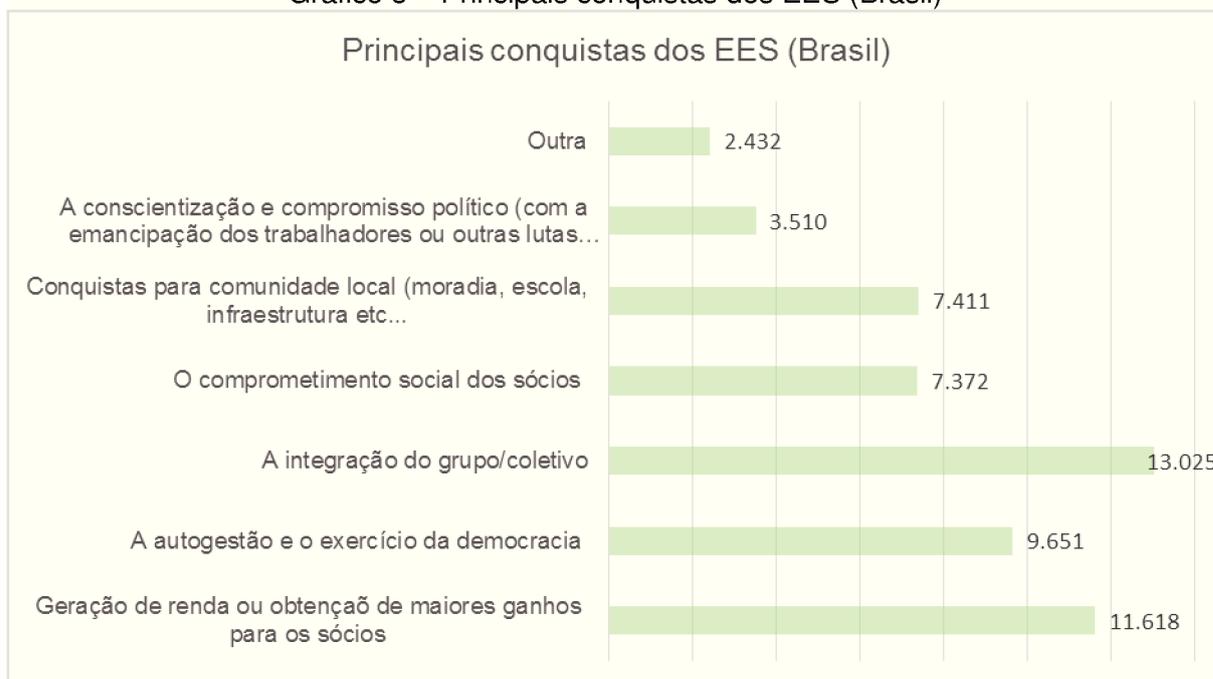
Fonte: SENAES, (2013)

Existe uma significativa motivação para os aspectos de autonomia, participação coletiva e liberdade dos indivíduos conferindo-se 8.024 desenvolvimentos de uma atividade onde todos (as) são donos (as). Uma motivação interessante, para modos de produção menos danosos ao meio ambiente e com produção de produtos mais saudáveis é a produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos sendo de 1.607, porém, ainda pouco expressivo a nível de Brasil.

Contexto razoável na tomada de decisão sobre o desenvolvimento de trabalhos, em sala de aula, por meio da Economia Solidária no público da Educação de Jovens e Adultos, especificamente na manipulação de produtos orgânicos nas práticas do Curso Técnico em Cozinha do IFPI, bem como a importância de desenvolver alimentação com matérias-primas que sejam sustentáveis e saudáveis.

O fortalecimento da Economia Solidária se intensificou desde a criação em 2003 da SENAES, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nesses doze anos ininterruptos de ações voltadas para Economia Solidária tiveram algumas conquistas como mostra o gráfico 5.

Gráfico 5 – Principais conquistas dos EES (Brasil)



Fonte: SENAES, (2013)

A geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os sócios(as) e a integração do grupo/coletivo conferem maiores conquistas dos associados em empreendimentos de Economia Solidária, porém, um ato educativo é a ferramenta com considerável eficiência para mobilização social de trabalhadores.

Com o exposto, desenvolver a vinculação das práticas educacionais do PROEJA, dentro da perspectiva da Economia Solidária, com conteúdo e disciplinas pertinentes aos princípios, cooperação e autogestão, espaço para desenvolvimentos criativos de negócios cooperativos, espaços para práticas interdisciplinares, possibilitam um fazer educativo significativo para formação e vida dos estudantes.

As incubadoras tecnológicas de empreendimentos solidários são muito utilizadas em universidades no Brasil como proposta à contribuição as necessidades socioeconômicas, porém, a perspectiva vislumbrada é a vinculação dessa prática na EJA, compondo parte de carga horária na sua formação.

Ao desenvolver os conceitos da Economia Solidária na educação de jovens e adultos considerados socialmente vulneráveis e desfavorecidos, dentro do contexto social do sistema capitalista predatório tem, como desafios, programar ações que contemplem outra possibilidade de trabalho, a saber o coletivo. Com essa nova perspectiva, favorecer a emancipação humana dos alunos envolvidos e, por conseguinte, o desenvolvimento regional.

Nesse sentido, possibilitar espaço e tempo para trabalhar questões pertinentes à viabilização econômica e social, geração de emprego e renda para os alunos do PROEJA, seria parte significativa da educação, uma vez que possibilitaria, a partir de desenvolvimento de produtos provindos da área de formação (Técnico em Cozinha), contemplar teoria e prática em empreendimentos cooperativos e a possível viabilização econômica desses empreendimentos.

Contudo, o ambiente escolar busca sempre direcionar seus esforços de educação para o contexto vigente nos problemas sociais e econômicos que afetam uma parte da sociedade, geralmente excluída e vulnerável.

Ao viabilizar a Economia Solidária, como estratégia de formação na Educação de Jovens e Adultos estará cumprindo sua função educacional ao disponibilizar por intermédio da ciência e tecnologia para o desenvolvimento em atendimento a seus objetivos econômicos, sociais, políticos, ambientais e culturais.

Nesse sentido, o processo considerado nas práticas, em sala de aula, será a formulação de projetos de desenvolvimento de produtos e serviços que possibilitem o aluno ser gerador de seu próprio trabalho e que reconheça e se aproprie de novas formas de trabalho solidário e sustentável.

2.3 Políticas públicas em Economia Solidária

Os empreendimentos de Economia Solidária, embora objetivem a inserção econômica e social dos indivíduos, através do trabalho coletivo, configura-se com significativa presença de singularidade política de desenvolvimento.

Conforme Nagem e Silva (2013)

As iniciativas autogestionárias dos trabalhadores, passou a ganhar visibilidade a partir da crise do trabalho na década de 1990, outras respostas a essa crise também emergiram, tais como a terceirização e a flexibilização do trabalho (NAGEM E SILVA, 2013 P. 02).

Outras iniciativas de cunho danoso, além da terceirização e a flexibilização do trabalho, surgiram como cooperativas que tinham como objetivos isentarem-se de encargos sociais (NAGEM E SILVA, 2013).

Segundo Nunes (2009)

Os primeiros passos para consolidação da Economia Solidária como política pública teve início em 2001 no primeiro Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre, depois em 2002 o II FSM organizadas por entidades do GTB como o PACS, a Anteag e a Fase, com mais de 1.500 participantes e representantes de várias partes do mundo, trazidos com apoio de uma entidade sediada na França – a Fundação para o Progresso da Humanidade - FPH (NUNES 2009, p. 69).

Esses primeiros eventos de debate sobre Economia Solidária subsidiaram as Plenárias Nacionais de Economia Solidária para constituição de uma política pública de governo.

Ainda conforme Nunes (2009)

No final de 2002 submetida carta ao atual governo sobre movimento de Economia Solidária brasileira, com intuito de entrar no programa de governo, onde foi aprovada a I Plenária Brasileira. Na II Plenária Brasileira aconteceu em janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial em Porto Alegre, participaram cerca de 800 delegados, vindo de plenárias estaduais realizadas em 17 estados (NUNES, 2009 p.69).

Em junho de 2003, realizou-se a III Plenária Brasileira de Economia Solidária com a representação de 18 Estados, momento de aprovação da carta de princípios e plataformas de ações e criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (NUNES, 2009).

Estes esforços tiveram o centro de debate a Economia Solidária como política pública no governo federal, sua implantação em 2003 com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), institucionalizada pela Lei n. 10 683 e o decreto 4 764, este vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (NAGEM e SILVA, 2013).

Acontece, então, a primeira intenção de adotar a Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda a nível de governo federal. Essas ações são provenientes dos efeitos a partir da crise do trabalho na década de 1990.

Para condução dos referidos planos, foi indicado o Professor Paul Singer pelos agentes de mobilização da Economia Solidária e para chefia da Secretaria Nacional de Economia Solidária (NUNES, 2009).

Para Lechat e Barcelos (2008)

Na década de 1950, Paul Singer fazia parte do grupo reunido em torno do jornal Vanguarda Socialista, quando se propôs a defender a autogestão junto aos sindicatos. Em 1995, o terceiro Congresso da CNM/CUT3 decidiu pela realização, no ano seguinte, de um seminário sobre o sistema de autogestão, a partir das experiências vividas pelos trabalhadores (LECHAT e BARCELOS 2008, p. 04).

A propositura das mobilizações em prol da Economia Solidária com Paul Singer em 1950, resultou na criação da SENAES e para obtenção de melhores resultados só poderia ser via políticas públicas de Estado (NAGEM e SILVA, 2013).

Nicoladeli (2007) ressalta os desafios e oportunidades,

A partir de um problema que cresce devido à crise no sistema, ocasionando milhões de pessoas excluídas do mercado formal, um estudo realizado pelo Instituto de Economia da universidade Federal do rio de Janeiro, com base no censo 2000, que foi encomendado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT): inferiu-se que 58% da população economicamente ativa encontra-se na informalidade (NICOLADELI 2007, p.138).

O conceito de políticas públicas perpassa a ideia de possibilidades de resoluções de problemas para os embates sobre os interesses e ideologias próprias dos governos. (SOUZA, 2006)

As políticas públicas configuram um aspecto mais amplo, com inter-relações de áreas de saberes como ciências exatas, sociais, educação, política, economia e das particularidades de cada lugar.

Embora em 1980 as mudanças sociopolíticas que resultaram na redemocratização e especificamente na transformação da estrutura organizacional onde os estados e municípios assumem a gestão de políticas públicas e na década de 1990 repassa também parte destas atribuições a entes privados sem fins lucrativos, porém, com entraves em muitos casos a descontinuidades devido a decisões políticas (NAGEM e SILVA, 2013).

O caráter de políticas públicas tem esse papel importante da não descontinuidade de suas ações, possibilitando assim que o processo de formulação, análise e estudo dessas políticas, através de diversas áreas, formule conclusões acerca de determinada ação, poupando recursos e esforços alocados.

Para tanto, o que deve ser verificado em políticas públicas são os objetivos pelos quais estão fundamentadas e a verificação compreende a análise daquilo que foi planejado em relação a suas metas, assim, a gestão das políticas públicas, necessariamente, deve seguir o processo administrativo de planejar, organizar, dirigir e controlar tais ações, para obter informação e conhecimento em subsidiar mudanças ou permanência desses esforços.

Portanto, o acompanhamento é parte essencial no projeto de construção e reconstrução ao atendimento do exercício da cidadania do sujeito e de uma sociedade livre e justa. Essa realidade de pessoas com necessidades para atuar como cidadãos e serem livres emergem, em certos momentos, pela negligência de oferta das condições que possibilitem tal objetivo e, em outros, por formas justas de tratamento do desigual.

Segundo Holston (2013) discorre crítica sobre as condições de liberdade

a constituição da independência do Brasil de 1824 em sua declaração propõe que “os homens nascem livres e permanecem livres e com direitos iguais”. Este, propõe que a condição natural da liberdade do povo (em virtude do nascimento) é suficiente para determinar uma igualdade universal entre todos. Significando que pessoas consideradas iguais (isto é, pela natureza, todos) devem ter a mesma distribuição de direitos, a despeito de outras diferenças (HOLSTON (2013, p.52).

Conforme pensamento de Holston (2013), os diferentes devem ser tratados na medida de suas diferenças, com este, proporcionar reaver este equívoco em tratamento do desigual como desigual, e assim, pensar e agir perante como a

realidade se manifesta, ou seja, com diferenças e necessidades específicas. Para tanto, um passo consideravelmente importante em consolidar as políticas públicas em Economia Solidária é desenvolver, por meio de ato educativo, que seja materializado em componente curricular especificamente na educação de jovens e adultos, os quais por si só já trazem o reflexo das desigualdades sociais.

O direito ao trabalho é elemento básico para a cidadania e as condições de dignidade humana. Segundo Arroyo (2010, p.95) “o direito à educação é central e inseparável das lutas pelo conjunto de direitos humanos”. Nesse contexto, a Economia Solidária está situada no centro dos objetivos e necessidades institucionais e do educando, em possibilidade de educação contextualizada, por inserir no ambiente da sala de aula particularidades do mundo do trabalho, que em único esforço, possibilite uma leitura crítica da realidade e, por outro lado, a possibilidade de criação do próprio trabalho por meio da economia solidaria.

A importância do entendimento das políticas públicas em Economia Solidária, como estratégia de enfrentamento da exclusão sócio econômica, e como expressa Singer (2004) a economia solidaria é direcionada como ação paliativa de governo, não como política pública real de enfrentamento das desigualdades. Dessa forma, os mecanismos dentre outros que aferem ampliação das capacidades para o sujeito exercer a cidadania são relegados a segundo plano, senão a nenhum, pois, em significativa medida a educação especificamente dos mais pobres está submetida a manutenção de mercado, sem perspectivas que os capacitem para a autonomia. Para Buffa (2010), ainda existem fortes marcas que caracterizaram a revolução industrial no que tange a educação de trabalhadores, utilizada apenas, como função para discipliná-los para a produção.

Uma considerável ação no meio educacional que coloque a Economia Solidária como componente formativo cumpre com eficácia as ações das políticas públicas, pois possibilita a ampliação das capacidades que serão necessárias para o exercício da cidadania e para construção de uma sociedade mais livre e mais justa.

2.4 A Educação de Jovens e Adultos no Brasil

A educação de adultos, no Brasil, configura-se o ingresso precoce das camadas mais pobres no mercado de trabalho e, posteriormente, o seu retorno às escolas, formando assim, uma lacuna e fragilização educacional.

Conforme estabelece art. 4º da LDB sobre o dever do Estado para a educação escolar pública será efetivado de modo que garanta a educação para jovens e adultos com modalidades para atendimento de acordo com as suas particularidades.

De acordo com a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional diz no art. 37, a Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

A crítica a Educação de Jovens e Adultos torna-se semelhante ao contexto educacional de outras modalidades e níveis, no que tange a mera manutenção do mercado de trabalho, porém, para estes com o atenuante de educar pessoas com determinada fragilidade educacional e sem significativo corpo docente especializado para a EJA (FREIRE, 1997).

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil caracteriza-se pela fragilidade socioeconômica, cuja escolha da vida laboral determina preponderantemente às condições para acesso e permanência na escola (MEC, 2007).

Conforme MEC (2007) sobre a Educação de Jovens e Adultos,

Originário do Decreto nº. 5.478, de 24/06/2005, e denominado inicialmente como Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, o PROEJA expôs a decisão governamental de atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual, em geral, são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio (MEC, 2007 p. 14).

Anterior a este Decreto é importante frisar que existiam ações experimentais em instituições de ensino que contemplavam essa parcela de excluídos da sociedade, porém com limitações de abrangência e aprofundamento epistemológico (MEC, 2007).

O art. 3º da Constituição Federal determina a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais, como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, estes direcionamentos demandam esforços que possibilitem sua materialização.

Segundo CONFINTEA (1997) expressa na Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos,

Reafirmamos que apenas o desenvolvimento centrado no ser humano e a existência de uma sociedade participativa baseada no respeito integral aos direitos humanos levarão a um desenvolvimento justo e sustentável. A efetiva participação de homens e mulheres em cada esfera da vida é requisito fundamental para humanidade sobreviver e enfrentar os desafios do futuro CONFINTEA (1997, p. 19).

Direcionar esforços para o desenvolvimento de uma nação é agir de forma estratégica para priorizar os elos mais frágeis componentes da sociedade, conforme art. 1º, II, III, da Constituição Federal, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, constituem-se um dos princípios fundamentais do Estado democrático de direito, elemento chave para auto sustentação do desenvolvimento.

O posicionamento tardio para a Educação de Jovens e Adultos como política pública impacta nos problemas de solucionar ou minimizar os efeitos nocivos de um país com fragilidade educacional, autores como Di Pierro; Joia; Ribeiro (2001) discorre sobre o processo que ocorreu a educação de jovens e adultos no Brasil,

que se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola (DI PIERRO; JOIA; RIBEIRO 2001, p. 2).

O documento do MEC (2007) fundamenta a necessidade inclusão do público da EJA no mercado de trabalho como instrumento de inclusão social e discorre que,

É fundamental que uma política pública estável voltada para a EJA contemple a elevação da escolaridade com profissionalização no sentido de contribuir para a integração sócio laboral desse grande contingente de cidadãos cerceados do direito de concluir a educação básica e de ter acesso a uma formação profissional de qualidade (MEC 2007, p.13).

O homem reflete o mundo a partir do trabalho, permeia pela atividade e reflexão, teoria e prática, nessa última, a práxis é condição necessária para transformação do sujeito pelo conhecimento do mundo imediato a sua volta (FREIRE, 1987).

O trabalho situa-se como principal elemento para ascensão econômica e social, com perspectivas de uma dinâmica educacional que contribua para o acesso ao mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, mecanismo de aprendizado.

Conforme LDB título I, artigo 1º, § 2º: A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, no artigo 2º, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A observação de Gadotti (1998) sobre as decisões no campo da educação de jovens e adultos requer um olhar para macro ambiente socioeconômico que é mantido pela sociedade que a compõem.

O entendimento sobre o conceito das novas práticas educativas na EJA, se deve aos “novos desafios às práticas existentes, devido à exigência de um maior relacionamento entre os sistemas formais e os não formais e de inovação, além de criatividade e flexibilidade” (CONFINTEA, 1997 p. 23).

Para além dos posicionamentos críticos dos autores, um importante problema na educação de jovens e adultos e que ocupação nas decisões estratégicas de governos tiveram um lugar marginal na reforma da educação brasileira, e que estas, em certa medida, devido aos ajustes de investimentos pela contingência da racionalização dos gastos (DI PIERRO, 2008).

A educação de adultos deve ultrapassar o contexto interessante e conquistado como política pública de educação, para uma nova conotação que a considere como parte essencial do desenvolvimento sustentável (GADOTTI, 2009).

Para Pinto (2007), o adulto é o homem na fase mais rica de sua existência, mais plena de possibilidades. Por isso, o trabalho é parte condicionante de formação do caráter do homem.

O caráter diverso do ser humano não pode se resumir a visão “bancária” da educação ou mesmo a meramente “econômica”, mas observar o mundo do trabalho como algo holístico, de múltiplas possibilidades de ser desenvolvido (FREIRE, 1987).

A educação de adultos requer medidas que possibilitem inserção no mundo do trabalho, porém com uma metodologia que tenha aproximação da vida laboral e que sirva de dinâmica significativa da educação, como visão crítica do mundo que os cerca e com a possibilidade para o ingresso no mundo do trabalho.

É perceptível que a educação, para atingir os aspectos de qualidade, precisa desenvolver competências na formação do aluno para compreensão do mundo do trabalho, as motivações e interesses que os envolve e sua condição

socioeconômica, dispondo este em atividades individuais e coletivas da realidade para que alcance o conhecimento.

Nesse ponto de vista, quando o aluno percebe sua realidade de forma mais crítica e abrangente é condicionado a um nível que poderá melhor intervir de forma qualitativa em sua realidade, tornando as suas experiências e o seu conhecimento de mundo do aluno como ponto de partida para educação de adultos, de forma que possibilite uma ação educativa valiosa e lhe ofereça, estrategicamente, a compreensão do mundo no socioeconômico.

Com efeito, entende-se que o ciclo vicioso de manutenção do mercado precisa ser superado pelas instituições educacionais, para não incorrer no reforço aos problemas socioeconômicos historicamente constituídos.

2.5 Educação Profissional e Tecnológica

A formação técnica no Brasil remonta aos tempos da colonização, denominadas aprendizes de ofícios e se direcionavam as camadas mais baixas da sociedade, como índios e escravos (FONSECA, 1961).

Garcia (2000) discorre que a necessidade de o ensino de ofícios para aprendizes remonta a

descoberta do ouro em Minas Gerais que apareceram as Casas de Fundação e de Moeda,. A aprendizagem feita nas Casas da Moeda diferenciava-se da realizada nos engenhos, pois só era destinada aos homens brancos, filhos dos empregados da própria Casa (GARCIA, 2000 p. 01).

Conforme MEC (2009) sobre o histórico da educação tecnológica,

em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas (MEC, 2009 p. 02).

O relacionamento entre educação e tecnologia está presente nos objetivos do desenvolvimento da nação, como caráter meramente técnico e mercadológico (GRINSPUN, 2002).

De acordo com LDB 9.394/96, a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

A educação tecnológica no Brasil estabelece suprir o mercado de trabalho de mão de obra qualificada para sua necessidade e desenvolvimento de estratégias educacionais que vise a recolocação do aluno no mercado de trabalho.

Para discutir o tipo de educação deve-se refletir, também, o tipo de desenvolvimento socioeconômico do país e o paradigma de desenvolvimento atual e quais causas foram necessárias para essa nova reestruturação das formas de produzir (MOURA, 2008).

Em Machado (2008)

A criação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Brás, em 1917, no antigo Distrito Federal constitui o início dessas iniciativas, já impregnado pelas dificuldades que vieram a seguir. Fechada pouco tempo depois, em 1937, essa escola, embora tenha chegado a ter 5.301 matriculados durante este período, habilitou apenas 381 professores (309 mulheres), em sua grande maioria para atividades de trabalhos manuais em escolas primárias. Em menor número, professores, mestres e contramestres para escolas profissionais (MACHADO, 2008 p.12).

A ausência de direcionamentos consistentes de políticas públicas tem marcado historicamente o atraso de educação profissional tecnológica no Brasil, visíveis nos dias atuais nos seus efeitos de atraso em desenvolvimento de regiões, tecnologia, inovação e níveis educacionais (GRINSPUN, 2002).

Esse atraso torna-se mais preocupante quando os jovens, em especial, são atingidos decisivamente, de um lado pelo desemprego, já que a cada duas pessoas sem trabalho no Brasil, uma possui menos de 25 anos de idade. De outro, sem a perspectiva de mobilidade social ascendente, cresce, sobretudo entre esses jovens, tanto a violência como a emigração da população com maior grau de escolaridade (POCHMANN, 2004, p.396).

Para Machado (2008)

É pressuposto básico que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa, comprometido com sua atualização permanente na área de formação específica e pedagógica, que tem plena compreensão do mundo do trabalho e das redes de relações que envolvem as modalidades, níveis e instâncias educacionais, conhecimento da sua profissão, de suas técnicas, bases tecnológicas e valores do trabalho (MACHADO, 2008 p.17).

Nesse cenário, a educação tecnológica necessariamente precisa construir formas criativas de ensino-aprendizagem, como a comunicação ativa com as

comunidades de forma a promover atividades práticas em sala de aula que contribua para possíveis soluções de suas realidades.

As capacidades criativas existentes no Brasil provenientes de um país com significativa diversidade cultural constituem-se elemento essencial e estratégico para enfrentamento das necessidades de inovação e de mercado (FURTADO, 1978).

A educação tecnológica precisa ser compreendida como instrumento para ampliação da autonomia do indivíduo como requisito para superação de problemas sociais (GRINSPUN, 2002).

A educação tecnológica nasce com o intuito de formar mão de obra qualificada e suficiente que atenda as atividades industriais que, por intermédio deste, seja necessária a ascensão social e econômica do indivíduo. No entanto, essa prática acaba por contribuir, em certa medida, para uma manutenção de “recursos humanos” aptos para adaptação.

Pensar em desenvolvimento é estar apto a contemplar uma formação autônoma e criativa para transformação de realidades, não somente para aprender certos comportamentos e práticas a serem executados nas empresas, mas, necessariamente, reconheça como se processa a estrutura social e econômica na qual está inserido.

Nesse sentido, as transformações necessárias na educação tecnológica ao paradigma atual do desenvolvimento sustentável requerem, inicialmente, que sejam consideradas antes como prioridade nos agentes de decisões.

Contudo, a escassez de trabalho, a necessidade recorrente por um tipo de desenvolvimento que considere a manutenção dos recursos, resguardando as condições necessárias para evitar sua escassez, exige um novo agir no ambiente educacional que privilegie a postura criativa nos currículos escolares de maneira a responder satisfatoriamente a essas demandas.

2.5 O cenário dos jovens na educação profissional

A nova demanda por educação profissional conforme Neri (2014),

teve um aumento significativo nas seis principais metrópoles brasileira São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre nos últimos anos passando de 13,44% em 2004 para 24,56 em 2010, um crescimento de 83% (NERI, 2014 p.28).

O aumento da oferta de educação profissional se deve ao expressivo investimento pelo governo federal estimados em R\$ 1 bilhão, com aumento de unidades de institutos federais, passando de 140 em 2002 para um acréscimo de 422 unidades até 2014 (NERI, 2014).

Assim, apesar de o estoque de oportunidades para quem frequentou algum curso de educação profissional aumentar naturalmente com a idade, esta proporção cai quase monotonamente depois dos 20 anos de idade, indicando expansão recente da educação profissional para as novas gerações (NERI, 2014, p.47).

Com este cenário, a oferta de cursos profissionalizantes surge significativamente, devido ao investimento do Governo Federal e a ampliação de campus de escolas técnicas pelo país. Essas ações favorecem a inserção qualitativa no mercado de trabalho, considerando sua crescente escassez que se acentua ao longo dos tempos.

Para Neri (2014) discorre sobre a frequência dos jovens na educação profissional e a consideração das políticas públicas

está na faixa etária (entre 15 e 29 anos de idade), estes com taxa de frequência na educação profissional era 6,56% de um contingente de 48,6 milhões de jovens. Já em relação ao grupo de maiores de 30 anos, o que se pode enxergar, diferentemente do grupo anterior, é uma taxa de frequência muito menor – 2,2% das 89 milhões de pessoas nesta faixa etária (NERI, 2014 p.50).

Segundo análise de o grupo caracterizado por pessoas de 15 a 29 anos é de especial interesse, pois, nesta fase do ciclo de vida, o indivíduo dedica mais ênfase à formação. O grupo complementar de indivíduos maiores de 30 anos, está em grande parte focado na vida profissional, enquanto a permanência dos mais jovens na educação profissional torna-se determinante, em decorrência da primeira oportunidade de trabalho, da inserção de forma qualitativa, o que os faz vislumbrar aspectos que contribuem para início da ascensão social (COSTA; OLIVEIRA, 2014).

A demanda pela educação profissional entre os mais jovens é recorrente e preocupante na medida do suprimento qualitativo de inserção no mercado de trabalho, uma vez que a escassez é acentuada à medida que passa o tempo.

Segundo Costa e Ulyssea (2014),

Essa realidade é acentuada pelo cenário de jovens que não estão na população economicamente ativa e também não frequenta o ensino fundamental os chamados nem-nem, entre 2009 e 2012 houve um expressivo aumento, com uma variação de 2 pontos percentuais, o que

deixou o percentual de jovens na situação nem-nem em 2012 (15,5%)". Em análise a este cenário, é razoável justificar uma parte do contexto da educação de jovens e adultos, que buscam essa modalidade de ensino pela necessidade de reparar o atraso educacional e inserção no mercado de trabalho (COSTA; ULYSSEA, 2014, p. 120).

Ainda conforme Neri (2014, p.56-57) um jovem com 15 anos tem 4,6 vezes mais chance de estar matriculado num curso profissionalizante do que outro aos 29 anos com as mesmas características. Os jovens das áreas urbanas são aqueles com mais chances de acesso a educação profissional (51% mais que na área rural).

O impacto da renda familiar na demanda é positivo, mas decrescente à medida que a renda sobe; ocorre mais em famílias menores que zelam melhor pela educação de seus filhos e mais em filhos do que em chefes do domicílio (NERI, 2014, p.62).

Entre os mais jovens, na educação profissional, existem fatores que contribuem para ampliação de tais oportunidades como o desinteresse das classes mais altas pelo ensino profissional (COSTA; OLIVEIRA, 2014).

O resultante dessa questão, em certa medida, contribui para o acesso a cursos de nível superior de maneira a possibilitar melhor formação e em consequência, angariar melhores postos de trabalho. Por outro lado, atingem aos mais pobres os fatores decisivos provocados pela ausência de trabalho e renda, ocasionados pela escassez de oportunidade de trabalho.

A difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho vem sendo tema frequente de vários estudos e documentos oficiais no Brasil e no mundo. A taxa mundial de desemprego em 2013 entre os jovens é estimada em 12,6%, correspondendo a cerca de 2,7 vezes a dos adultos (ILO, 2013). Mesmo nos Estados Unidos, em 2012, quando a taxa de desemprego geral ficou em 6,8%, a dos jovens se elevava a 16,2%. Na União Europeia, afetada por uma crise prolongada, os jovens desempregados eram 22,9% do total de ativos, contra 9,1% entre os maiores de 25 anos. Na América Latina e Caribe, mesmo havendo melhorado, a taxa de desemprego juvenil ainda estava em 12,9% (COSTA; OLIVEIRA, 2014, p.73).

Nesse sentido, a percepção geral mostra o cenário de muitos jovens que demanda cursos profissionalizantes, o que permitiu um expressivo investimento do governo federal na educação profissional.

No entanto, existem algumas preocupações no tocante aos tipos de cursos se estão voltados para essa nova geração alinhados aos objetivos de desenvolvimento do País ou a sua formação estaria condicionada a uma inserção qualitativa para o mercado de trabalho. Esses questionamentos emergem da visualização dos

cenários dinâmicos recorrentes de formação dos jovens e mudanças no mercado de trabalho.

Por outro lado, o adulto que retorna à escola, devido sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho, em sua maioria, na modalidade do PROEJA busca melhor recolocação em postos de trabalho conferindo uma metodologia para contemplação de suas particularidades. Dessa referência, pensar uma Educação de Jovens e Adultos que favoreça estimular a criatividade nos contextos de organização, sociabilidade, da técnica e, por fim, do fazer socioeconômico que contribua, significativamente, para os problemas de demanda crescente por cursos técnicos, por postos de trabalhos e para problemática de escassez de emprego.

Além do mais, os mais jovens estão mais propensos a questões do trabalho informal e de baixas remunerações que, de alguma forma, coloca-os em situações de vulnerabilidade social. Para tanto, o aumento da população economicamente ativa, deve coadunar com ações que possibilitem sua absorção no mercado de trabalho de forma qualitativa.

2.6 Educação para o Trabalho

A educação é um processo pelo qual possibilita ao homem as condições de desenvolvimento de suas múltiplas capacidades para a melhor forma de aplicação de conhecimento no trabalho e convivência em sociedade (SILVA, 2015).

Pochmann (2012, p.493) analisa que “as principais transformações históricas no processo de formação para o trabalho humano encontram-se associadas às formas com que as sociedades conseguiram se organizar para a geração e distribuição da riqueza”.

Gadotti (1998, p.131) considera o trabalho como “valioso instrumento de formação moral e física, além de servir de motivação para formação técnico-científica e cultural, desenvolvendo o sentido da responsabilidade social. Por meio do trabalho o jovem prepara-se para vida social”.

Assim, a formação para autonomia do indivíduo representa elemento importante para constituição de possibilidades do homem usufruir de suas habilidades para solucionar problemas, quebrar paradigmas, melhorar o convívio social. (GADOTTI, 2003).

Seguindo essa perspectiva, Adams (2010) afirma:

a prática educativa deve aproximar à vida concreta do ser-humano-ser-de-relações, isto é, um sujeito social e historicamente situado. Trata-se de buscar uma interação entre real e ideal, comprometida com a construção do futuro, mas ancorada no presente (ADAMS, 2010, p.24).

Uma educação para o trabalho precisa refletir o homem, não os processos de manutenção do trabalho em si e seus interesses isolados, mas a valorização do homem como centro de importância (FREIRE, 1997).

Discorre Pochmann (2014, p. 33) sobre o melhor entendimento do mundo do trabalho, “que esteja comprometido com a construção de uma sociedade superior. Não pode haver dúvidas de que o novo desenvolvimento pressupõe papel ainda maior à educação”.

Os avanços e entraves no campo do desenvolvimento da educação para o trabalho deu-se ao acesso das camadas mais pobres à educação, possibilitando assim, condições à vida laboral o que, historicamente, era restrito às elites da aristocracia.

Para Gadotti (1998, p. 130), “as faculdades do homem devem ser desenvolvidas em todos os domínios da vida social, isto é, no trabalho, na política, na economia, na cultura, etc”.

Nesse sentido, a educação para o mercado de trabalho necessita oferecer à sociedade instrumentos possíveis de um avanço no pensamento do homem a não se limitar ao discurso do exclusivismo de manutenção de mercado, mas, uma visão crítica pelas constituições de toda dimensão do próprio desenvolvimento do homem.

A crença no mito do “desenvolvimento” baseada no crescimento como base primeira e exclusiva para que uma sociedade avance, remete a limitação do próprio desenvolvimento de sociedades, como diversos aspectos que devem ser levados em consideração como expectativa de vida, acesso à educação formal, meio ambiente equilibrado, entre outros, o que hoje sabemos que ações de décadas passadas foram guiadas e perseguidas pelo crescimento econômico como segurança nacional (POCHMANN, 2014).

Faz sentido o redirecionamento das ações de governo a práxis de busca pelo trabalho e ideais clássicos de desenvolvimento que, conforme o ciclo do sistema, experimenta crises em ordens cada vez mais preocupantes, onde o educar tem a

missão de orientar e elevar a crítica às reais necessidades humanas (ANTUNES, 2010).

As formas de construção do saber e de melhoria dos aspectos econômicos e sociais deve refletir a condição do sujeito que pensa o trabalho e como o mesmo está inserido num mundo que o produziu (PINTO, 2007).

O trabalho contribui para desenvolvimento do homem, a partir do momento em que sua contemplação é realizada de forma crítica, rompendo com os paradigmas constituídos e essa reflexão contribui para o pensamento criativo e inovador (SILVA, 2015).

Para Freire (1987, p.46) “a leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência que vem do cultural e socialmente se constitui. Revela, também, o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo”.

O ambiente do trabalho é um espaço direto da produção dos valores e símbolos constitutivos dos guias de uma sociedade, emanados por objetivos, ideologias, caridades, cooperação e interesses conflitantes.

Conforme Pochmann (2012)

A transmissão da tecnologia e dos modos de trabalho pertencia à tradição de longo prazo de valorização dos mais velhos, que tinham como missão apoiar a continuidade das atividades laborais no longo prazo no interior das próprias famílias. As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento existente pela simples prática e cultura oral (POCHMANN, 2012 p.493).

Discorre Gadotti (1998) sobre o trabalho como princípio educativo,

Não se trata de aprender uma profissão, mas de compreender o processo de produção e organização do trabalho. Para isso não basta conhecer apenas algumas técnicas, saber manusear ou operar um instrumento, este tem por finalidade fazer compreender e viver a estrutura econômico-social, a partir de sua inserção na atividade de produção, e intensificar assim sua capacidade de agir (GADOTTI, 1998 p.132).

O papel da educação na humanização é refletir a prática do trabalho e da vida em sociedade, com isso, oferecer ao educando condições de pensar e agir de modo a transformar sua realidade por meio de novas abordagens (FREIRE, 1997).

Estes, tem fundamentação no art. 214, IV e V da Constituição Federal, quando discorre sobre o plano nacional da educação, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica do País.

Vale dizer que, a formação para o trabalho exige várias posturas, porém, dentre essa realça a proteção para o pensamento autônomo do sujeito que o permitirá agir com independência e criatividade sobre os problemas existentes na sociedade.

Nesse sentido, é importante considerar na formação do aluno, ações que seja favorável às práticas para criar, inventar, produzir, organizar, relacionar e resolver problemas.

2.7 Educação para o Desenvolvimento

A erradicação da pobreza é objetivo base para alcance do desenvolvimento, sendo este, disposto em objetivo constitucional expresso no art. 3º, III. É razoável pensar que os esforços empreendidos para alcance de tal meta possibilita os fins que são elencados como objetivos na construção de uma sociedade livre, justa e solidária e garantir o desenvolvimento nacional.

A ação de nações, para diminuição da pobreza, é considerada um dos desafios do século para o desenvolvimento, uma vez que se torna incoerente pensar em tal estágio como um contingente expressivo de pessoas em condições de pobreza.

A preocupação com os pobres tem forte orientação do Banco Mundial, no sentido de fornecer segurança às nações, pois o descaso para com os menos favorecidos acarreta cenários pouco desejáveis de propensão ao comunismo (LEHER, 1998).

Mergulhados nessas ideias de objetivar o desenvolvimento de um país, deve haver orientação como meta principal para diminuição da pobreza e entender que o crescimento econômico é parte dessa aceleração, mesmo não sendo objetivo único. Dessa forma, a partida inicial é realizar mecanismos de distribuição da riqueza e de um desenvolvimento que contemple a sustentabilidade.

Para Gadotti (1998) comenta sobre a relação do homem pelo desenvolvimento,

o homem faz a sua história intervindo em dois níveis: sobre a natureza e sobre a sociedade. O homem intervém na natureza, descobrindo e utilizando suas leis, para dominá-la e colocá-la a seu serviço, desejando viver bem com ela, isto é, em harmonia. Dessa forma ele transforma o meio natural em meio cultural, isto é, útil a seu bem-estar. Da mesma forma ele intervém sobre a sociedade de homens, na direção de um horizonte mais humano (GADOTTI, 1998, p.81).

Segundo Bueno e Figueiredo (2012),

a perspectiva na qual se deseja de desenvolvimento mais humano para a educação passou a ser concebida como condição de alívio da pobreza, de reduzir as desigualdades sociais e de impulsionar o desenvolvimento. Investir no capital humano dos pobres é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para elevar a economia do país. Com este, as diversas dimensões que se contempla como desenvolvimento humano se objetivo no meramente econômico (BUENO; FIGUEIREDO, 2012, p. 06).

O mito do desenvolvimento econômico a tempos já se mostrou ineficiente ao conferir uma escala do avanço que vislumbre dimensões negligenciadas historicamente, devido aos interesses geopolíticos, como o social, meio ambiente e um desenvolvimento equilibrado (FURTADO, 1996).

A educação para o desenvolvimento requer a crítica sobre o que se deseja ou que problema é mais atenuante para que não fique estagnado. Então, é necessário pensar uma forma mais sustentável que contemple aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos.

Para Vieira (2009, p.20) o desenvolvimento depende dos valores de cada sociedade, de certo modo pode até se opor à ideia de progresso econômico, pois seu objetivo é mais do que a oferta de bens e serviços resultante do aumento de produtividade.

Discorre Pochmann (2004),

A elevação do nível de escolaridade assegurou uma renda maior que nos estratos educacionais inferiores, não garantiu o acesso ao emprego e muito menos uma proteção contra a precarização e deterioração dos níveis de renda em cada estrato. Transformar este círculo vicioso numa relação virtuosa é o grande desafio da sociedade brasileira (POCHMANN, 2004, p. 389).

As relações sociais avançam à medida que a racionalidade desenvolve percepções eficientes no transcorrer das ações na história, podendo intervir na realidade, encontrando prioridades, observando lacunas, identificando causas etc.

Segundo CONFINTEA (1997)

Na declaração de Hamburgo sobre os aspectos econômicos da educação de adultos contribui para autossuficiência e autonomia pessoal das pessoas adultas, para o exercício dos direitos fundamentais e para melhoria da produtividade e da eficácia no trabalho. No entanto, no sentido que este é um investimento produtivo e favorável ao desenvolvimento humano, deveria ser protegida contra as pressões do ajuste estrutural (CONFINTEA,1997, p.53).

A Declaração de Hamburgo (1997) discorre sobre os princípios fundamentais que estão estabelecidos na Constituição Federal brasileira expressos no art. 1º compreende: a soberania; a cidadania, a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político. Para tanto, a defesa dos princípios deveria resguardar contra o ajuste estrutural, prioritariamente, a dignidade da pessoa humana que, por vezes, nesse cenário compreende número significativo da sociedade que sofre em detrimento de interesses e objetivos de uma minoria.

Uma educação, para desenvolver, deve ser vislumbrada primeiro nos elos mais fracos que compõem a estrutura de desenvolvimento, depois criar estruturas para manutenção desses ciclos de desenvolvimento, evitando decisões políticas de descontinuidade criando, assim, um círculo vicioso (POCHMANN, 2004).

A declaração de Hamburgo discorre proposta interessante sobre o atraso no desenvolvimento de determinados países, convertendo a dívida destes em investimentos no desenvolvimento humano. (CONFINTEA, 1997)

O espaço social deve ser percebido como ambiente em conflito para construção dentro de um cenário politizado, mas este é tratado de forma mercadológica e passiva, como depósito de coisas, sendo as relações sociais relações de objetos (BRANDÃO, 2007).

Embora o conceito de desenvolvimento e progresso seja múltiplo, diverso, não exclui o sujeito como parte mais importante desse pensar, onde as conexões e reflexões acerca de uma educação para o desenvolvimento devem passar primeiro pelos valores contemporâneos do homem, em detrimento de reproduções passadas (FREIRE, 1997).

Conforme CNES (2015) o 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015-2019) contempla em seus objetivos sobre educação, autogestão e fortalecimento da economia:

- incluir a Economia Solidária no sistema de ensino brasileiro nas suas diferentes modalidades (educação profissionalizante, Educação de Jovens e Adultos, educação infantil, educação básica);
- a Educação Popular como referência e prática concreta de processos educativos junto aos movimentos sociais e do diálogo com as políticas de educação (Educação de Jovens e Adultos, Educação no Campo, PRONATEC, Incubadoras de Economia Solidária nas instituições de ensino superior etc.) (CNES, 2015, p. 10; 29).

O Plano Nacional de Economia Solidária estabelecido pelo CNES está amparado nos objetivos fundamentais expresso no art. 3º I, da Constituição Federal que discorre sobre construir uma sociedade livre, justa e solidária.

As relações das pessoas, no mercado de trabalho e nas relações particulares, são envolvidas pelo princípio da cooperação e solidariedade, nas empresas tradicionais, trabalhadores cooperam entre si e a organização, para execução de tarefas e atividades, enquanto a atitude sobre o trabalho em grupo e ajuda mútua é esperado e cobrado por líderes e demais similares. Essa mesma parte atitudinal é utilizada na Economia Solidária com diferença nos princípios do trabalho associado.

Assim, a cooperação e solidariedade são posturas utilizadas pelas pessoas para superarem suas dificuldades, em momentos difíceis e de crises. A ideia inicial é refletir nesse comportamento, não somente como ação corretiva, mas como prática que venha configurar uma cultura que objetive a prevenção de problemas futuros.

Nesse sentido, o que pode ter efeito significativo na construção de uma educação para o desenvolvimento é repensar o termo desenvolvido e seus objetivos atuais, colocando em análise os favorecidos nesse processo, a finitude dos recursos e as reais necessidades humanas.

Contudo, a construção de um diálogo para uma transformação, no âmbito do desenvolvimento, não é possível sem tratamento em sala de aula onde esteja sustentado por conteúdos curriculares.

3. MÉTODO

A presente pesquisa, de abordagem qualitativa, de procedimento bibliográfico e documental, tem como unidade de análise a Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos, para analisar simultaneamente o Projeto Político Pedagógico, o Plano de Desenvolvimento Institucional, relacionando as ações educativas e suas articulações com a Economia Solidária como estratégia de desenvolvimento, frente ao desemprego estrutural gerado pela crise atual do sistema capitalista.

A metodologia utilizada neste estudo está fundamentada nos conceitos que versam sobre desenvolvimento, com enfoque para as críticas de Celso Furtado sobre as dimensões econômicas, sociais, políticas e ambientais.

Nesse mesmo diálogo, com análise dos princípios e aspectos de funcionamento da econômica solidária, como perspectiva ao enfrentamento das políticas voltadas para combate ao desemprego, para estes foram considerados o que discorrem os teóricos Paul Singer e Débora Nunes. Assim, foram relacionados esses entendimentos sobre desenvolvimento do país com o que dispõem a contribuição de Paulo Freire e Moacir Gadotti sobre a educação de jovens e adultos para as questões relacionadas ao mundo do trabalho.

Para essa discussão foi necessária pesquisa bibliográfica para relacionar os conceitos da Economia Solidária às práticas estabelecidas pela Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul e evidenciar como essas ações, em sala de aula, são planejados e materializados os conteúdos, na busca de revelar como é contextualizada a vida dos alunos de modo a favorecer a inserção no mercado de trabalho.

Foi realizada, ainda, pesquisa documental, muito utilizada em ciências sociais e na pesquisa histórica, com intuito de descrever/confrontar fatos sociais, constituindo suas qualidades ou convergências.

Para melhor entender esse estudo, utilizou-se como procedimento, a aplicação de questionário com questões fechadas e abertas com uma amostra de 33 ex-alunos de um total de 40 ingressantes no PROEJA técnico em cozinha e entrevista semiestruturada com 02 participantes da equipe pedagógica e 01 da coordenação de curso. Por meio destes, identificar as informações necessárias

sobre o acompanhamento, a metodologia e as ações utilizadas na Educação de Jovens e Adultos que facilitem o acesso ao mundo trabalho.

Os participantes da pesquisa foram identificados como P1 para coordenação de curso e equipe pedagógica como P2 e P3. Foi realizado um diálogo para informar sobre o tema da pesquisa e seus objetivos, a leitura do termo do Comitê de Ética em pesquisa e sobre o sigilo de sua identidade.

Em seguida foi requerido autorização da coordenação do curso para realização da pesquisa, assim, convidados a participar da pesquisa e após o aceite, as entrevistas com esses profissionais ocorreram na data agendada.

Para condução da entrevista foi considerado o aporte teórico sobre desenvolvimento e mercado de trabalho, elencados em análise teórica, com atenção ao posicionamento crítico de Furtado e Pochmann e do que bem expressa Freire (1981;1987;1996) sobre a educação de jovens e adultos, buscando o que revela na fala dos entrevistados sobre as estratégias de planejamento da educação para orientar e facilitar a inserção do aluno no mercado de trabalho. Por fim, foi assinado pelos participantes o termo de consentimento livre e esclarecido.

O processo para o desenvolvimento deste trabalho contemplou a submissão e cadastro na Plataforma Brasil para apreciação do Comitê de Ética em pesquisa com protocolo CAAE: 50456115.0.0000.5501 e número de comprovante: 109010/2015. O referido projeto obteve a condição para realização da pesquisa, segundo as normas definidas na Resolução CNS/MS 466/12 que considerou aprovado por meio do Parecer nº 1.366.598.

O processo de aplicação de questionário com os alunos ocorreu, na primeira etapa, contato com os alunos e o convite para participar da pesquisa, informando-os dos termos que compõem o trabalho e após aceite foram agendados a aplicação do questionário e a leitura de termo livre esclarecido e, no final, assinatura do mesmo pelos alunos.

O levantamento de pesquisa socioeconômico em arquivos da Instituição contribuiu para a análise da realidade dos alunos, sua motivação para o mercado de trabalho e Instituição.

Nessa etapa, desenvolve-se a busca de respostas frente às dificuldades do PROEJA de inserção do aluno da Educação de Jovens e Adultos no mercado de

trabalho e o modo como a Economia Solidária poderá contribuir para o desenvolvimento desses alunos.

A centralidade da discussão está nos objetivos e diretrizes da Instituição dispostos no Projeto Político Pedagógico e projeto de desenvolvimento institucional, bem como em outros registros acadêmicos como estão alinhados com a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

“Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”

Preâmbulo Constituição Federal do Brasil (1988).

O documento maior do País que disciplina e orienta a construção de uma sociedade socialmente desenvolvida para que assim ocorra liberdade e justiça, pois, a discussão deste trabalho vislumbra os caminhos e possibilidades para edificação de instrumentos que capacite os excluídos e menos favorecidos a viverem com dignidade.

Para tanto, foi necessário analisar o eixo tecnológico do Curso Técnico em Cozinha do Campus Teresina Zona Sul, sua periodicidade e as competências requeridas para formação do aluno do PROEJA. Ademais, foi realizada análise do perfil socioeconômico dos alunos, por meio de documentos internos da instituição.

Em seguida, a análise do PDI e PPP determinou ponto significativo de análise e discussão em relação ao revelado pelos participantes da pesquisa, por meio de entrevistas semiestruturada.

Esse caminho traça um panorama de como as práticas, em sala de aula podem ser mais direcionadas e contextualizadas no que diz respeito ao mundo do trabalho, que é parte crucial e determinante para o desenvolvimento do aluno e da comunidade.

4.1 PROEJA Curso Técnico em Cozinha Campus Teresina Zona Sul

O Curso Técnico em Cozinha Integrado ao Ensino Médio, na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA é oferecido pelo Instituto Federal do Piauí/ Campus Teresina Zona Sul Prof. Marcílio Rangel, localizado na Av. Pedro Freitas, nº 1020, Bairro São Pedro, Teresina – PI. (IFPI, 2009)

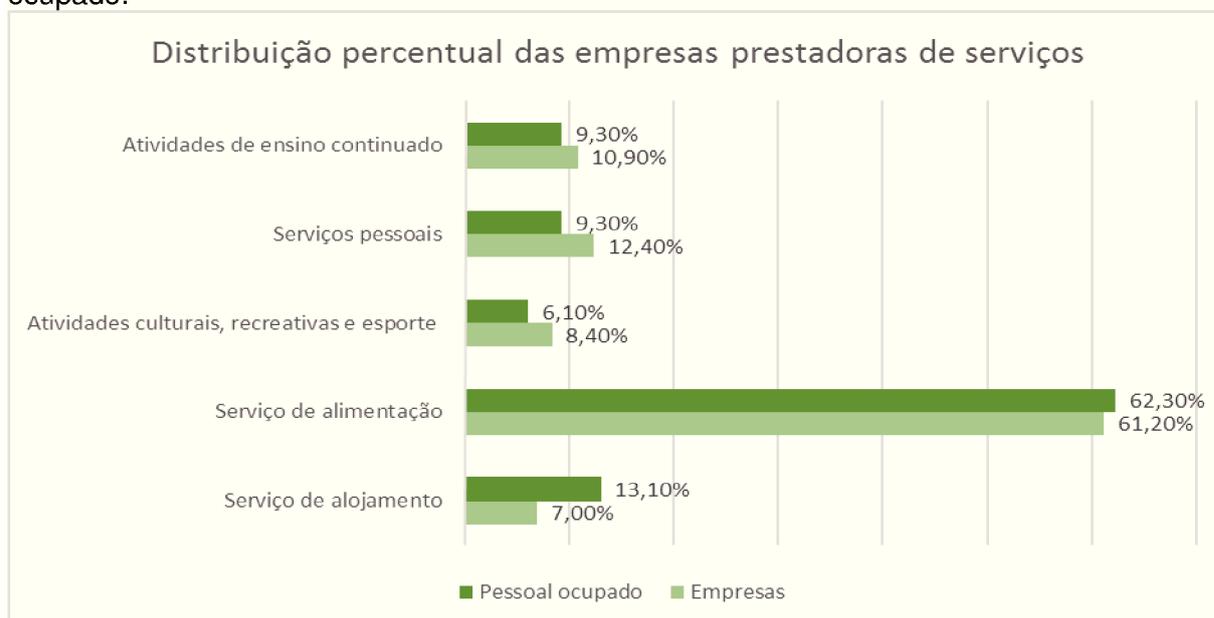
O referido curso compõe o eixo tecnológico do plano de curso: Hospitalidade e Lazer, tendo habilitação em Curso Técnico em Cozinha, com carga horária de 2.400 horas com periodicidade letiva semestral, funcionando no turno vespertino, com total de 40 alunos por turma (IFPI, 2009, p.04).

Conforme o PPP (2009, p. 05) do Curso Técnico em Cozinha, na modalidade PROEJA além da exigência de integração entre as modalidades de ensino

há também a necessidade de que a oferta de um novo curso esteja sintonizada com as atividades econômicas predominantes na Região e as demandas locais por mão de obra qualificada, para que essa oferta possa significar oportunidades reais de geração de trabalho e desenvolvimento social (Resolução CNE/CEB nº 04/99 *apud* IFPI, 2009, p.05).

Destaca-se significativa presença do setor de alimentação nas atividades turísticas, documentada pelo “[...] IBGE através da Pesquisa Anual de Serviços, que mostra uma predominância de 61,2% dos serviços de alimentação representam 62,3% da mão de obra ocupada nesse setor (IBGE, 2013).

Gráfico 6 – Distribuição percentual das empresas prestadoras de serviços e pessoal ocupado.



Fonte: Pesquisa Anual de Serviços - IBGE, 2013.

Esse potencial expressivo, na área de alimentação, demanda qualificação profissional e a necessidade de novos empreendedores com capacidade de atenderem as mudanças constantes do mercado e novas posturas que superem a práxis de manutenção dos recursos humanos no mercado de trabalho para uma

postura mais abrangente que contemple um número significativo de pessoas á inserção produtiva.

Para o Curso Técnico em Cozinha, na modalidade PROEJA, emerge oportunidade de contemplação da Economia Solidária, em sala de aula, uma vez que em seus princípios para o desenvolvimento, compreende a preferência e estímulo de produtos oriundos de produção agroecológico e de produtores familiares, de modo a desenvolver o aspecto social e econômico desses contextos fragilizados e promoção de uma alimentação saudável, isenta de produtos que degradam o meio ambiente, por meio de conteúdos desenvolvidos, em sala de aula, que no mesmo esforço educativo também estimulará a criação de empreendimentos solidários.

4.1.1 Perfil profissional do Curso Técnico em Cozinha

No PPP (IFPI, 2009) do Curso consta que o Técnico em Cozinha deverá ser um profissional capaz de desenvolver, com competência, as seguintes atividades:

- Atuar na organização da cozinha, na seleção e no preparo da matéria-prima;
- Participar da elaboração e organização dos pratos do cardápio;
- Executar cortes e métodos de cozimento, utilizando as práticas de manipulação de alimentos;
- Operar e manter os equipamentos e maquinários de cozinha;
- Armazenar diferentes tipos de gêneros alimentícios;
- Controlar estoque, consumo e custos;
- Realizar os serviços gastronômicos correlacionando-os ao planejamento de cardápios;
- Proceder à realização de pratos típicos de diversos países e regiões brasileiras;
- Identificar tendências gastronômicas preparando pratos inovadores;
- Realizar técnicas de escultura de alimentos e preparações pertinentes à cozinha fria;
- Dominar técnicas de panificação e confeitaria;
- Identificar e proceder à realização de banquetes, cerimoniais e eventos;
- Planejar e executar ações de marketing em gastronomia;

- Executar todas as operações de pré-preparo e preparo dos cardápios com o mais alto controle higiênico-sanitário;
- Planejar, executar e controlar cardápios para restaurantes institucionais e comerciais, de acordo com os hábitos alimentares da população, com o nível socioeconômico e do público alvo;
- Identificar os possíveis problemas no processo de produção de alimentos, aplicando medidas corretivas;
- Aplicar conceitos de nutrição e gastronomia na obtenção de alimentos, preparações e bebidas segundo os padrões de segurança alimentar e de qualidade higiênico-sanitária;
- Selecionar e operacionalizar equipamentos do setor gastronômico;
- Aplicar conhecimentos sobre higiene e segurança do trabalho e os aspectos legais.

O PPP (IFPI, 2009) apresenta como área de atuação do Técnico em Cozinha os seguintes estabelecimentos: restaurantes, bares, meios de hospedagem, refeitórios, catering, bufê, cruzeiros marítimos e embarcações.

Para atender o perfil do técnico em cozinha foi estruturado a matriz curricular do Curso do PROEJA do IFPI Campus Teresina Zona Sul, conforme Tabela 02. Observa-se a ausência de disciplina com direcionamento mais prático e teórico na organização e gestão de atividades produtivas, quer seja individual ou coletiva, deixando de atender a determinado perfil do aluno que busca empreender a própria atividade.

Tabela 02 - Matriz curricular do PROEJA Curso Técnico em Cozinha

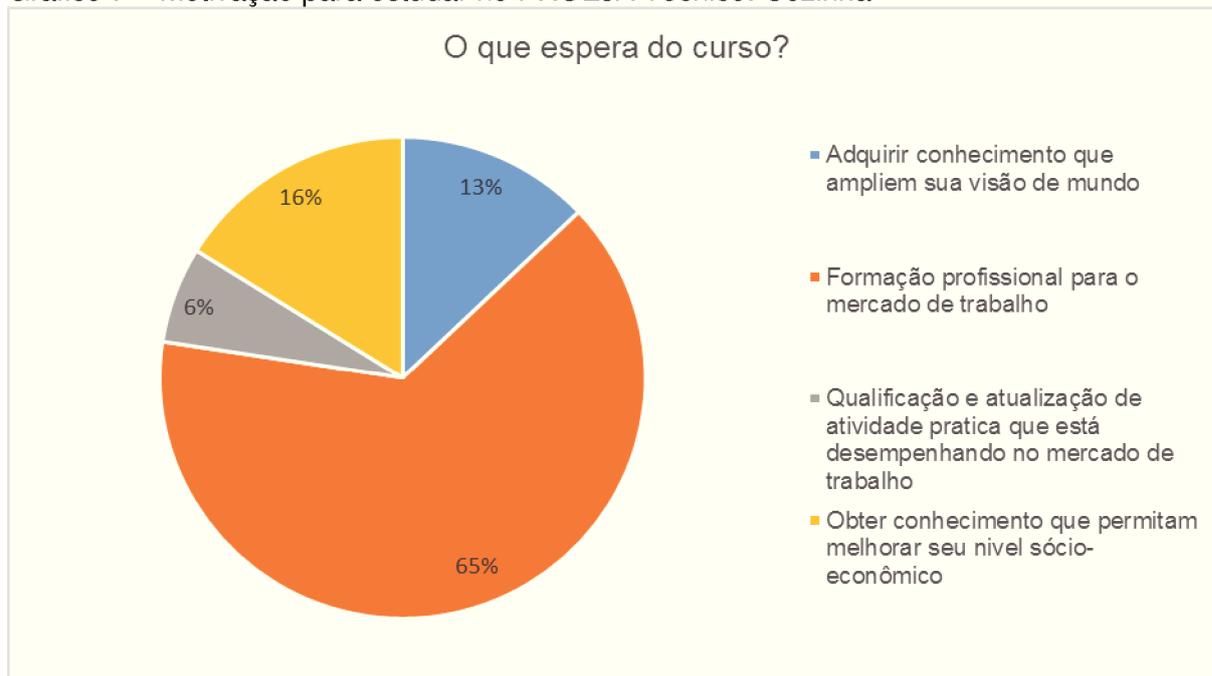
| DISCIPLINAS | Carga Horária / Semanal - Semestral | | | | | | | | | | | | CH Total |
|---|-------------------------------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|--------------|
| | 1º sem | | 2º sem | | 3º sem | | 4º sem | | 5º sem | | 6º sem | | CHD |
| | CHM | CHS | CHM | CHS | CHM | CHS | CHM | CHS | CHM | CHS | CHM | CHS | |
| Língua Portuguesa | 45 | 03 | 45 | 03 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 210 |
| Artes | | | | | | | | | | | 30 | 02 | 30 |
| Educação Física | 30 | 02 | | | | | | | | | | | 30 |
| Inglês | | | | | 30 | 02 | 30 | 02 | | | | | 60 |
| Matemática | 45 | 03 | 45 | 03 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 210 |
| Física | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | | | | | | | 90 |
| Química | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 180 |
| Biologia | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | | | | | 120 |
| História | | | | | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 120 |
| Geografia | | | | | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 30 | 02 | 120 |
| Filosofia | 30 | 02 | 15 | 01 | | | | | | | | | 45 |
| Sociologia | | | | | | | | | 15 | 01 | 15 | 01 | 30 |
| Espanhol | | | | | | | | | 30 | 02 | 30 | 02 | 60 |
| Total da Educação Básica | 240 | 16 | 195 | 13 | 240 | 16 | 210 | 14 | 195 | 13 | 225 | 15 | 1.305 |
| Informática Básica | 45 | 03 | | | | | | | | | | | 45 |
| Habilidades Básicas de Cozinha | 60 | 04 | | | | | | | | | | | 60 |
| Segurança no trabalho e primeiros socorros | 30 | 02 | | | | | | | | | | | 30 |
| Higiene e Manipulação de Alimentos | | | 60 | 04 | | | | | | | | | 60 |
| Nutrição Básica | | | 75 | 05 | | | | | | | | | 75 |
| Historia da Arte e Cultura da Gastronomia | | | 45 | 03 | | | | | | | | | 45 |
| Cozinha Brasileira | | | | | 60 | 04 | 60 | 04 | | | | | 120 |
| Cozinha Piauiense | | | | | 45 | 03 | | | | | | | 45 |
| Sociologia do Trabalho | | | | | 30 | 02 | | | | | | | 30 |
| Cozinha Internacional | | | | | | | 75 | 05 | | | | | 75 |
| Gestão da Produção de Refeições | | | | | | | 30 | 02 | | | | | 30 |
| Cozinha Contemporânea | | | | | | | | | 60 | 04 | | | 60 |
| Métodos de Conservação de Alimentos | | | | | | | | | 60 | 04 | | | 60 |
| Técnica Dietética Aplicada a Dietas Especiais | | | | | | | | | 60 | 04 | | | 60 |
| Confeitaria e Panificação | | | | | | | | | | | 45 | 03 | 45 |
| Planejamento de Cardápios | | | | | | | | | | | 45 | 03 | 45 |
| Serviços de Sala e Bar | | | | | | | | | | | 60 | 04 | 60 |
| Subtotal de Disciplinas Técnicas | 135 | 09 | 180 | 12 | 135 | 09 | 165 | 11 | 180 | 12 | 150 | 10 | 945 |
| TOTAL | 375 | 25 | 375 | 25 | 375 | 25 | 375 | 25 | 375 | 25 | 375 | 25 | 2.250 |
| Estágio Curricular | | | | | | | | | | | | | 150 |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO | | | | | | | | | | | | | 2.400 |

Fonte: (IFPI, 2009)

4.1.2 Perfil socioeconômico dos alunos do Curso Técnico em Cozinha/PROEJA

A amostra da turma de 40 alunos que compreende relatório socioeconômico dos alunos do período 2012-2015 do Curso Técnico em Cozinha, na Modalidade PROEJA, apresenta a motivação para estudar no PROEJA:

Gráfico 7 – Motivação para estudar no PROEJA Técnico. Cozinha



Fonte: IFPI, (2012)

Existe uma demanda crescente de jovens em busca de cursos técnicos para oportunizar a entrada no mercado de trabalho; por outro lado, a crise no sistema torna cada vez mais escassos os postos de trabalho. Diante disso, Pochmann (2012, p.492) argumenta que “a emergência das novas formas de trabalho; encontra-se conectada com a perspectiva geral de alteração na estrutura básica da formação educacional tanto para o ciclo da vida humana como para a inserção e trajetória laboral”(POCMANN, 2012, p.492).

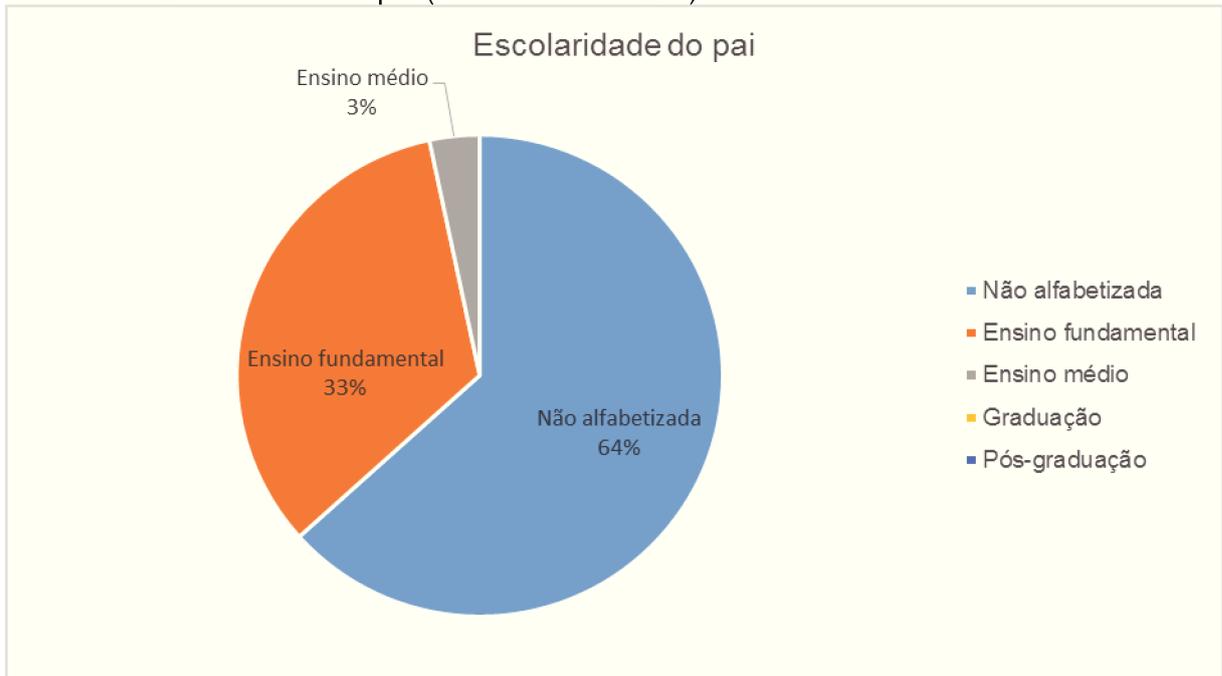
A formação profissional para o mercado de trabalho e busca por melhoria no nível socioeconômico expressa um percentual significativo de 81% com perspectiva de inserção no mundo laboral.

No entanto, conforme a escassez de trabalho pela qual passa a economia, vislumbrar formas que otimizem essa inserção do aluno no mercado de trabalho, confere a eficiência dos esforços institucionais para esse objetivo.

Formas distintas de organização do trabalho, a exemplo da Economia Solidária, torna-se uma possibilidade de enfrentar os contingenciamentos de escassez de trabalho em momentos de crise, estimulando uma prática coletiva a ser utilizada não somente em períodos de crise (SINGER, 2004).

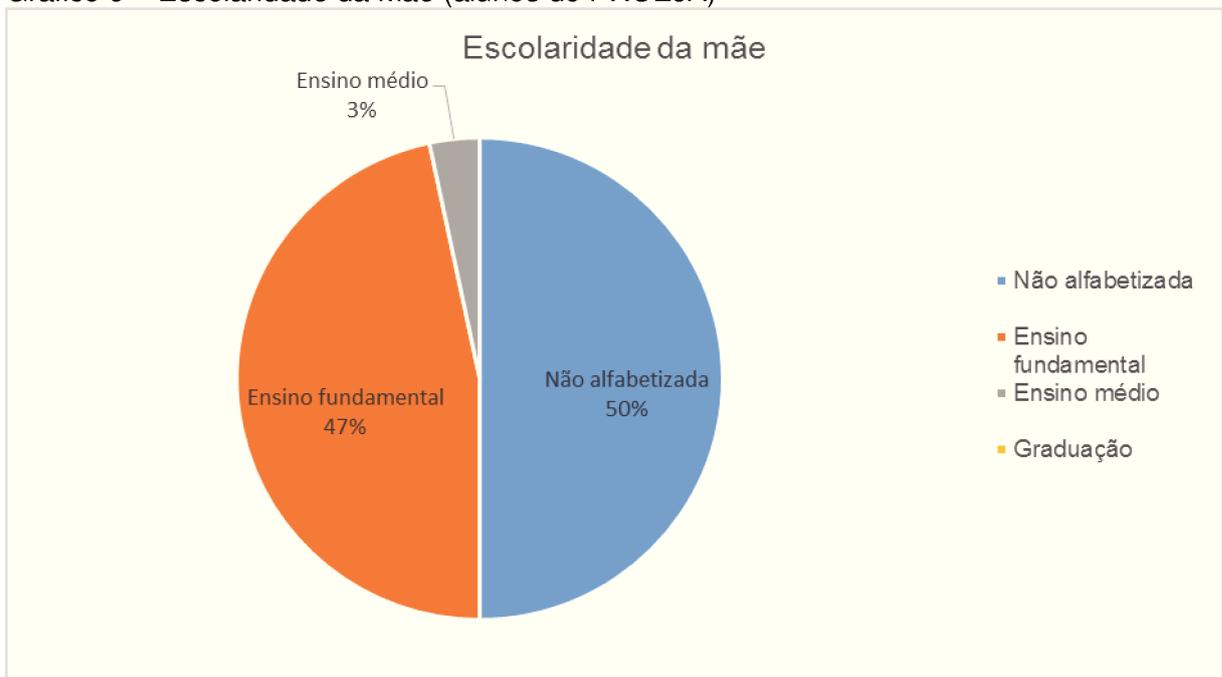
Abaixo segue os gráficos referentes a escolaridade dos pais dos alunos do PROEJA Campus Zona Sul:

Gráfico 8 – Escolaridade do pai (alunos do PROEJA)



Fonte: IFPI, (2012)

Gráfico 9 – Escolaridade da Mãe (alunos do PROEJA)



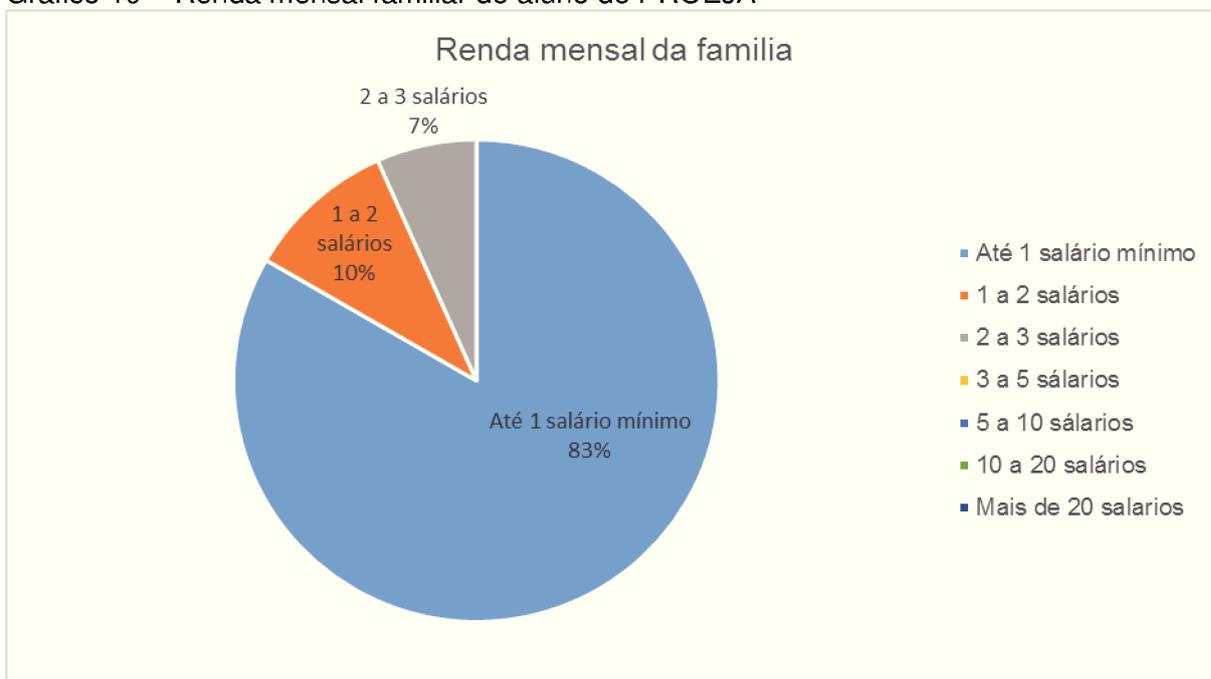
Fonte: IFPI, (2012)

O grau de escolaridade dos pais, conforme gráficos 8 e 9, sendo respectivamente, 64% e 33%, de pai não alfabetizado, e somente com ensino fundamental; para mãe 50% e 47% de não alfabetizado e com ensino fundamental, com reflexo na renda, sendo 83% ganham até um salário mínimo. Essa situação tende a estender para os filhos uma vez que se torna limitante ao atendimento das

condições socioeconômicas básicas. Para Di Pierro (2001, p.69), “deixar de lado a educação de adultos é ignorar mais uma vez o ponto de vista da demanda educativa, a importância da família, este a contribuir de forma negativa para um círculo vicioso de exclusão social”.

O nível de instrução, em certa medida, contribui, significativamente, para melhores condições salariais e, em consequência, o acesso aos elementos e mecanismos que possibilitam a ascensão social, estas informações, reveladas por meio do gráfico 10 e 11, 83% das famílias, têm renda familiar que compreende até um salário mínimo e com 60% que dependem de alguma forma da renda familiar ou de outros.

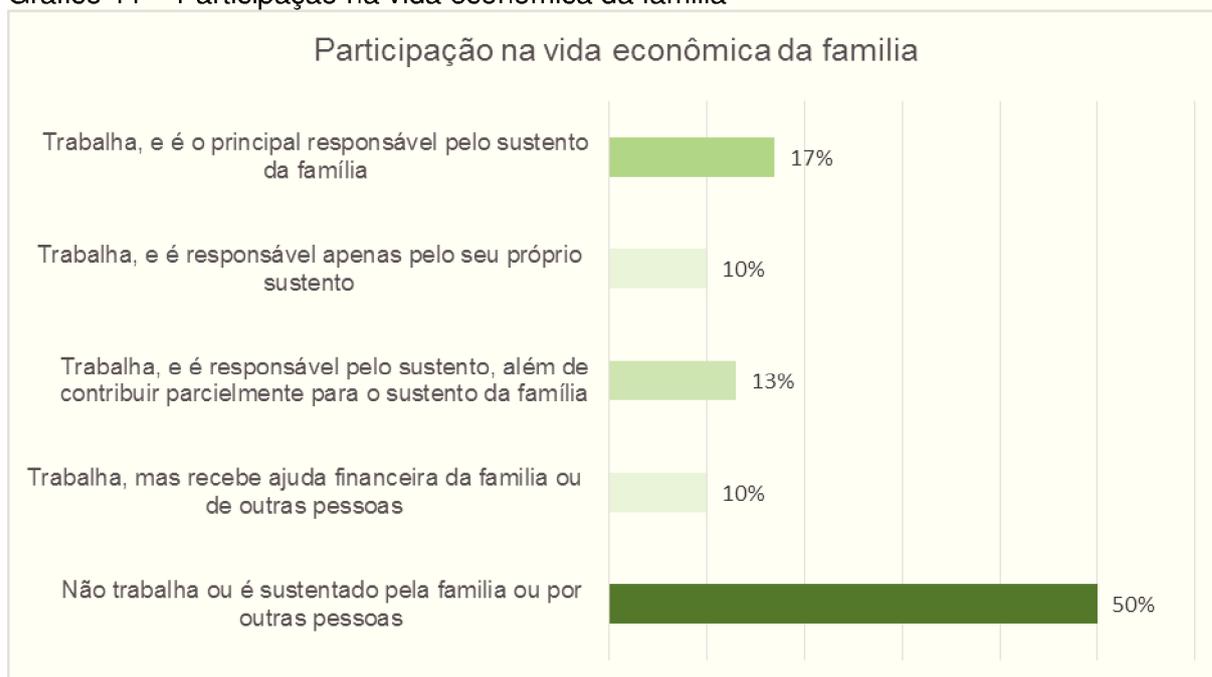
Gráfico 10 – Renda mensal familiar do aluno do PROEJA



Fonte: IFPI, (2012)

A participação do aluno adulto na renda familiar, conforme mostra o gráfico 11 abaixo é de 17%, comparada ao contingente maior de alunos que dependem da renda familiar ou de outras pessoas, perfazendo 50% do total, este sendo atenuante devido ao nível de renda familiar de 83% que não ultrapassa 1 salário mínimo, configurando pobreza.

Gráfico 11 – Participação na vida econômica da família



Fonte: IFPI, (2012)

As limitações que são impostas pelas condições socioeconômicas têm efeito multiplicador no transcorrer do tempo, a Economia Solidária precisa ser trabalhada como ato educativo, para que este rompa com a manutenção indesejada do exército de reserva (SINGER, 2003).

Para Antunes (2010, p.634) esse exército de reserva se configura em,

processo de precarização estrutural do trabalho compreende o desmonte da legislação trabalhista, que significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais, de modo a proliferar o trabalho terceirizado, subcontratado, de fato trabalho precarizado.

Nesse sentido, a crítica está no cerne dos objetivos percorridos e os resultados alcançados ou extrapolados, tanto dos tomadores de decisão quanto das instituições de ensino a eficiência e eficácia devem ser o ponto central dos esforços dispendidos sobre o desemprego.

4.2 Análise do Projeto Político Pedagógico e Projeto de Desenvolvimento Institucional

O Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Cozinha do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul elaborado por Comissão designada

pela Portaria nº 584, de 30 de setembro de 2008, é destacado a justificativa e objetivos do referido curso e modalidade de ensino como segue abaixo:

A importância da Educação Profissional para o desenvolvimento econômico e social tem sido evidenciada, nos últimos anos, pelo volume de recursos e pela quantidade de políticas públicas voltadas para o aumento da oferta de vagas e da qualidade da formação profissional oferecida aos estudantes. Com o Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, implementado a partir de 2005, o investimento passa a ser ainda mais agressivo na direção de uma ampliação do número de pessoas atendidas através de uma melhor distribuição geográfica das escolas e do atendimento a populações até então pouco beneficiadas com a formação profissional (IFPI, 2009, p. 6).

A percepção clara do investimento em cursos técnicos que suplante a necessidade de desenvolvimento socioeconômico é base de justificativa inicial da existência do Curso Técnico em Cozinha na modalidade EJA.

Assim, a escola necessita de uma pedagogia inovadora que contemple as perspectivas determinantes da vida dos alunos em espaços educacionais que vivencie na prática de sala de aula formação crítica a partir de seus contextos socioeconômicos (SINGER, 2002).

Outro fundamento importante é a necessidade da educação refletir de forma problematizadora a vida dos educandos, por meio dos seus conteúdos, debates e construção do conhecimento em sala de aula (FREIRE, 1997).

Em décadas de história, a EJA passou por diversas transformações em busca da consolidação como uma modalidade de ensino específica, que necessita de recursos humanos e materiais específicos para realizar uma educação capaz de resgatar a autoestima e contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas dos educandos jovens e adultos (IFPI, 2009, p.6).

O Projeto do Curso Técnico em Cozinha contempla o fator de desenvolvimento da Região por meio da apropriação de conhecimentos técnicos científicos que possibilitam a inserção sócio econômica do indivíduo. Para tanto, o conceito de desenvolvimento deve ser norteador das ações educativas. Nele há uma ampla percepção de valores e princípios que evoluíram ao longo dos tempos. Por esse motivo, o conceito de desenvolvimento muda ao longo dos tempos, principalmente, com o avanço das tecnologias. Assim, surge novos disciplinamentos da racionalização da vida em sociedade (VIEIRA, 2009).

No entanto, a escola precisa refletir esses conceitos em seus currículos escolares, e dentro de qual perspectiva suas ações estão dentro de um significado para vida em sociedade.

Conforme ainda Viera (2009, p. 36) “o desenvolvimento está condicionado às ações conjuntas de transformações nas formas de produção e nas forças que condicionam o perfil da procura, que é definida em função da renda”.

A oferta de trabalho e as condições que proporcionam suas oportunidades são as bases para o desenvolvimento, estes inseridos nas particularidades socioeconômicas de cada contexto histórico de um determinado País (FURTADO, 1961).

As condições que proporcionam o desenvolvimento necessitam ser pontuados de ações e cuidados na educação, pois possibilita diminuir e combater males sociais advindos da ausência de desenvolvimento, além mais, em primeiro momento há de conferir a práxis da inserção do aluno no mercado de trabalho e desenvolver condições que superem esta dinâmica para o invento de suas próprias oportunidades com intervenções diferentes do usual; em segundo momento criar desenvolver condições que conferem qualidade de trabalho, renda e produção, à aproximação do paradigma de sustentabilidade.

Sachs (2011) explica que a sustentabilidade envolve os fatores econômicos, sociais, ambientais, culturais e políticos como pressuposto de importância equilibrada entre si, considerando assim a diversidade que compõem o sistema, evitando a preponderância de um fator em detrimento de outros.

Para combater os problemas sociais recorrentes na vida em sociedade, que perpassam gerações é necessário romper com a mesma ordem de formação para manutenção de mercado e desenvolver atitudes e práticas em sala de aula que eleve os alunos à criatividade e ao pensamento crítico, elementos necessários para superação de realidades fragilizadas (FREIRE, 1986).

Conforme PPP do Curso Técnico em Cozinha PROEJA (2009),

há também a necessidade de que a oferta de um novo curso esteja sintonizada com as atividades econômicas predominantes na Região e as demandas locais por mão de obra qualificada, para que essa oferta possa significar oportunidades reais de geração de trabalho e desenvolvimento social (IFPI, 2009, p. 5).

O documento mencionado considera um grande desafio a ser enfrentado no cumprimento dessa diretriz: o de formar profissionais capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos e tecnológicos e da sua transferência e aplicação na sociedade em geral e no mundo do trabalho em particular.

Frente aos objetivos deste trabalho ao discutir sobre a Economia Solidária como espaços formativos e de alternativas e caminhos inovadores para inserção dos alunos no mercado de trabalho, estão relacionados com os objetivos e missão identificada no projeto de cursos do PROEJA.

A perspectiva do projeto de curso do PROEJA conduz à reflexão sobre alguns aspectos importantes: as possibilidades de inserção do aluno no mercado de trabalho e a capacidade criativa no desenvolvimento de atividades e práticas em sala de aula que possibilitem o empoderamento do aluno em novas diretrizes de trabalho e renda.

A LDB (9.394/1996) estabelece a modalidade de educação de jovens e adultos que leva em consideração as particularidades do público da EJA bem como, os fatores críticos de suas vidas, como trabalho e renda. Com essa finalidade, emerge uma oportunidade no meio acadêmico de contemplação em um único esforço de formação que prepare o indivíduo para o trabalho, o desenvolver de práticas, em sala de aula, a partir de aspectos da vida dos alunos, conferindo com esses por sustentabilidade nas ações e construção crítica do conhecimento.

Nunes (2009, p. 103) discorre sobre a construção do conhecimento em sala de aula a partir das demandas sociais de forma que, “a extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que articula ensino e pesquisa de forma indissociável e viabiliza relação transformadora entre Universidade e sociedade”.

As práticas em sala de aula devem partir de uma perspectiva transformadora. Para tanto, a reflexão, o debate das demandas sociais no ambiente acadêmico devem ser ação básica da escola que vise a qualidade da educação (GADOTTI, 2000).

No transcorrer da discussão teórica estão, em certa medida, correlacionados mercado de trabalho, desenvolvimento e educação de jovens e adultos, sendo revelada sua importância no plano de ação no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Desenvolvimento Institucional. Iniciar determinada empreitada de prática

educativa que considere esses elementos é agir necessariamente em espaço significativo da construção dos mesmos.

O projeto de curso observa também a oportunidade do aluno empreendedor do próprio negócio desenvolver ou aperfeiçoar sua capacidade empreendedora principalmente os que já atuam nessa área, sem qualificação específica, e dos que desejam nela ingressar.

Essa oportunidade reconhecida pelo projeto de curso é algo interessante, pois contempla parte do pressuposto do desenvolvimento no agir em novas formas de trabalho. Para tanto, a formação empreendedora requer conhecimentos específicos que sejam contemplados na matriz curricular, onde não se alinha com o proposto em currículo.

O referido Projeto de Curso constata o crescimento e a consolidação das atividades ligadas à hospitalidade e ao lazer, dentre elas, as atividades de bares, restaurantes, serviços de *buffets* e similares. Esse crescimento evidencia a necessidade de melhor infraestrutura e, principalmente, de mão de obra qualificada para a prestação desses serviços. Para tanto, é necessário criar cursos destinados a qualificar profissionais que pleiteiam sua inserção em um mercado de trabalho tão importante para o crescimento do Estado do Piauí.

A justificativa de determinado curso perpassa inicialmente pelas oportunidades instaladas em seus locais. No entanto, o desenvolvimento de regiões requer a capacidade criativa de encontrar e explorar formas produtivas diversas, pois “exagerar na capacidade endógena de determinado território para engendrar um processo virtuoso de desenvolvimento socioeconômico, acaba por subestimar os enormes limites à regulação local” (BRANDÃO, 2012 p.39).

Uma proposta curricular que concebe a educação como direito de todos e processo contínuo remete ao reconhecimento dos espaços sociais de produção de saberes na sociedade que precisam ser considerados, legítimos e evidenciados por meio de biografias e trajetórias da vida do educando.

Na educação problematizadora conforme Freire (1987, p. 8) precisa considerar os saberes dos educandos e relacionar de forma crítica ao contexto, portanto, ao objetivar seu mundo originário, já é virtualmente reflexiva.

Conforme fundamenta (LDB, artigo 35, inciso IV) a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relaciona a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Essa concepção de educação não se limita a uma formação meramente técnica, mas, que proporcione elementos e condições concretas de exercício da cidadania e de sujeitos autônomos que reorientem e reconstrua suas trajetórias no mundo do trabalho.

A matriz curricular do Curso de Educação Profissional Técnica em Cozinha PROEJA foi estruturada em regime semestral com carga horária total de 2250 horas, obedecendo à Resolução CNE/CEB nº 4/2005. A carga horária foi distribuída entre 1.305 horas para as disciplinas da Educação básica, 945 horas para as disciplinas de Formação Profissional e 150 horas para Estágio Curricular supervisionado, de caráter obrigatório. Observando a Portaria MEC nº 2.080/2005, a carga horária total do curso não ultrapassa 2.400 (PPP, 2009).

A consideração, por parte do documento que objetiva desenvolvimento socioeconômico, visão empreendedora do aluno, identificação dos potenciais locais para desenvolvimento de atividades produtivas e formas criativas e alternativas de geração de trabalho e renda requer uma ação mais específica e direcionada na matriz curricular que contemple, de forma otimizada, tais objetivos em consonância com formação cidadã do indivíduo. Para tanto, necessário se faz perceber a metodologia utilizada que reflita essas práticas em sala de aula.

Conforme Pochmann (2005)

A grave crise no emprego no Brasil não se deve apenas ao problema da escassez de postos de trabalho. Deve-se também ao problema de falta de renda, que faz com que segmentos sociais adicionais sejam remetidos para o mercado de trabalho quando deveriam estar fora dele (POCHMANN 2005, p.123).

Como bem expressa Freire (1987) que uma educação precisa ser dialogada com a realidade e saberes, porque, do contrário, não é possível denominar educação. Assim, a Economia Solidária, ao fazer parte da formação dos alunos compondo a matriz curricular é favorecer de forma significativa formação cidadã, criativa de forma a ressignificar as relações humanas e possibilidades de criação alternativas de trabalho por meio da criatividade.

A prática do desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária em sala, contempla os objetivos organizacionais, a otimização do desenvolvimento do conhecimento técnico adquirido na área específica, conforme critérios de análise socioeconômica do aluno de perspectivas concretas de utilização dos conhecimentos a serem adquiridos e princípios teóricos sobre educação de jovens e adultos que compreende uma formação cidadã, problematizadora, que considere os saberes dos educandos parte significativa de suas vidas, como o mundo do trabalho.

O PPP determina que o procedimento avaliativo deve considerar o perfil do educando que deseja formar-se para que seja mais completa e contextualizada possível. Discorre o mesmo documento que os instrumentos escolhidos para a avaliação devem atender não só às exigências do mercado de trabalho, mas, o permanente avanço, flexibilidade e dinamismo dos recursos tecnológicos e priorizar o aspecto da formação para o exercício da cidadania, avaliando a capacidade de compreensão e atuação sobre os fenômenos sociais e posicionamento diante da própria formação escolar (IFPI, 2009 p.40).

Segundo PDI o Instituto Federal do Piauí se expressa como uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com outras e diversas práticas pedagógicas (IFPI, 2010 p.9).

Sua missão Institucional é promover uma educação de excelência, direcionada às demandas sociais, destacando-se como Instituição de referência nacional na formação de cidadãos críticos e éticos, dotados de sólida base científica e humanística e comprometidos com intervenções transformadoras na sociedade e com o desenvolvimento sustentável (IFPI, 2010 p.13).

O Instituto Federal do Piauí, antes iniciada com a denominação Escola de Aprendizizes Artífices do Piauí, depois passou por várias denominações como Escola Industrial, Escola Técnica, Centro de Educação Tecnológica, e hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Esteve voltada para oferta de educação para o ofício às camadas mais pobres, expressadas à época como os “desvalidos da sorte”. Hoje, além do ensino, realiza pesquisa e extensão e programas do Governo Federal, fruto de políticas públicas, como modalidade de ensino PROEJA, Mulheres Mil, programa FIC dentre outros (IFPI, 2010).

Quanto aos objetivos Institucionais do Instituto Federal do Piauí, o PDI (IFPI, 2010) ressalta as metas prioritárias dos cursos integrados e da educação de jovens e adultos a seguir:

- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- Desenvolver a formação empreendedora e o cooperativismo;
- Implementar e acompanhar a flexibilização dos currículos dos cursos de nível médio e superior.

Ainda de acordo com o PDI, a matriz curricular de cada curso deve ser organizada de forma a apresentar conteúdos e atividades que irão propiciar os conhecimentos e situações de aprendizagem necessárias para o desenvolvimento das competências e habilidades exigidas no perfil do profissional formado pelo IFPI.

O referido documento direciona o foco de desenvolvimento deste modelo pedagógico que acontece de forma dinâmica por meio da articulação entre teoria e prática. Assim, os alunos discutirão com seus professores as questões atuais do curso, como também os problemas encontrados na realidade do mercado de trabalho, buscando nos conteúdos curriculares as explicações teóricas que respaldem as intervenções necessárias. O método didático a ser privilegiado é o da problematização. As atividades didáticas ocorrerão através de aulas teóricas e de práticas (IFPI, 2010 p.92).

Dessa maneira, o IFPI reafirma o compromisso de transformações da comunidade na qual está inserida, por intermédio da flexibilidade curricular e da interdisciplinaridade como estratégia de educação significativa, de modo a atender os objetivos de educação de qualidade.

Buscar uma educação significativa é oferecer elementos necessários aos educandos que sirva para transformação de sua realidade em detrimento de uma prática da adaptação do homem a realidade (FREIRE, 1997).

Conforme Pochmann (2005)

O desemprego constitui uma das mais difíceis situações sociais e que a inexistência de atendimento social adequado ao desempregado reflete não apenas o estágio de atraso, conservadorismo e individualismo de uma sociedade, mas também o fato de o desempregado se conduzir mais facilmente ao desespero social, à violência, às drogas, enfim, ao quadro de desamparo e de regressão numa sociedade que já tem muito desgastado o tecido social (POCHMANN, 2005, p.124).

Frente às necessidades socioeconômicas e ações de um serviço público de combate ao desempregado, é necessário desenvolver mecanismo, no ambiente acadêmico, especificamente no processo de ensino aprendizagem, uma nova racionalidade que ofereça, significativamente, instrumentos e elementos formativos que subsidiem a mudança, não somente de uma realidade, mas de uma inovadora forma de organização do trabalho e produção de forma sustentável.

A Economia Solidária constitui uma nova racionalidade que valoriza a cooperação que em tempos de crise e escassez, é muito utilizada como mecanismo de superação. Para seu alcance é necessário espaço formativo que favoreça o desenvolvimento de oportunidades de trabalho de forma coletiva (NUNES, 2009).

A Economia Solidária constitui a possibilidade de prática educativa e de criação e estímulo de novas formas de trabalho e renda para os alunos, pois ao término de sua formação, estarão munidos, não somente de elemento que possibilite sua inserção produtiva, mas também uma forma significativa e viável de desenvolvimento do próprio trabalho.

4.3 Entrevistas com coordenação de curso e equipe pedagógica e aplicação de questionário com alunos do PROEJA

O trabalho traça um diálogo sobre as contribuições da Economia Solidária na prática de sala de aula, como instrumento de otimização de inserção do aluno no mercado de trabalho, por meio de novas formas de trabalho e renda. Para isso, o procedimento de entrevista, utilizado para investigar como acontece o planejamento e orientação do ensino na educação de jovens e adultos, frente às suas condições de inserir o aluno no mercado de trabalho, compreende a entrevista realizada com

os participantes da coordenação de curso, equipe pedagógica e aplicação de questionário aos alunos do PROEJA.

A realização da pesquisa envidou esforços para investigar a capacidade de inserção do aluno no mercado de trabalho pela educação de jovens e adultos no IFPI Zona Sul, de modo a identificar o que revela as práticas do PROEJA a partir das leituras realizadas ao longo deste trabalho sobre a perspectiva do desenvolvimento e da educação de adultos, no que tange ao mercado de trabalho.

A análise do PROEJA do Campus Teresina Zona Sul sobre a capacidade de inserir o aluno no mercado de trabalho foram consideradas como principais orientações teóricas o que discorre Furtado e Pochmann, de forma a relacionar o que expressa esses autores e as informações identificadas nas entrevistas com a coordenação pedagógica e de curso e o disposto em nos projetos da escola: PDI e PPP, para assim, evidenciar a aproximação no que discorre a teoria, o planejamento e a prática.

Nessa etapa, foi realizada entrevista semiestruturada com a coordenação de curso identificada como P1 e equipe pedagógica como P2 e P3. Foi realizado um diálogo para informar sobre o tema da pesquisa seus objetivos, a leitura do termo do Comitê de Ética em pesquisa, bem como a sua autorização para realização da pesquisa e o esclarecimento sobre o sigilo de sua identidade. Convidados a participar da pesquisa e após o aceite, as entrevistas com esses profissionais ocorreram na data agendada.

Durante a análise da pesquisa foi observado diversas dificuldades com relação à modalidade de educação de jovens e adultos e quanto ao distanciamento sobre práticas que permeiam a realidade desses alunos.

Pesquisador: Como acontece a Modalidade de educação de jovens e adultos no IFPI Zona Sul?

P1: Os cursos da educação de jovens e adultos são voltados para pessoas que não tiveram possibilidade de estudo em tempo adequado. Entretanto, existe aí uma particularidade, porque, na realidade, são mais jovens que estão buscando essa modalidade de ensino e querem ingressar nessa carreira, o que tem contribuído para aumento da procura. Dessa forma, fica claro a necessidade de ampliação e nosso trabalho é oferecer condições para eles se empregarem mais rápido.

P2: Quando da minha chegada nesse Instituto, em novembro de 2010, fiquei substituindo uma professora na coordenação pedagógica e tive a oportunidade de acompanhar as turmas do PROEJA, podendo perceber que essa modalidade de ensino é uma nova oportunidade para quem não estudou na época adequada. Além disso, eles veem no curso uma possibilidade de retorno para o mercado de trabalho.

P3: Os alunos do PROEJA são alunos que estão afastados da escola, por vários motivos, e muitos olham esse curso como uma grande oportunidade de continuar os estudos e, principalmente, conseguir trabalho, e essa é uma oportunidade que eles não querem perder, principalmente naquilo que mais os afeta que é o mercado de trabalho para conseguir se empregar, eles são interessadíssimos no curso, mesmo com suas limitações.

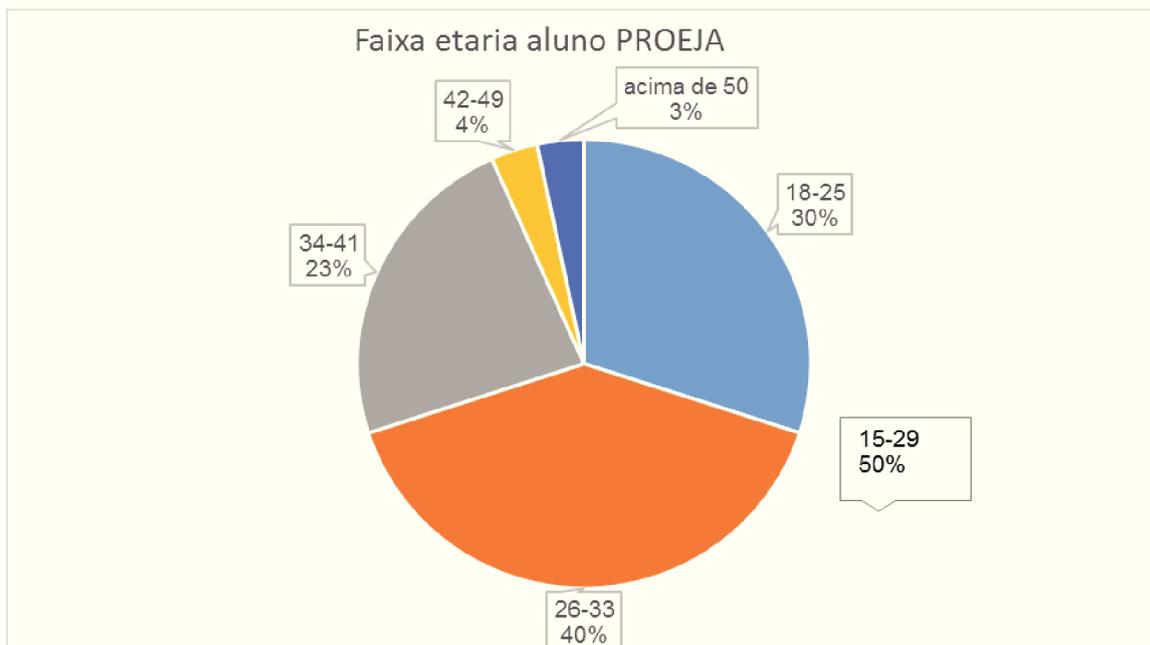
O relato de P1 revela a presença de número significativo de jovens na EJA o que denota problema para o desenvolvimento de regiões devido essa faixa etária compreender momento crucial para mobilidade social do indivíduo (POCHMANN, 2004).

A faixa etária considerada jovem para políticas públicas compreende dos 15 a 29 anos de idade (NERI,2014). O número de jovens nessa faixa etária é cada vez mais constante na modalidade EJA , em decorrência da necessidade inicial de entrada no mercado de trabalho ou “compreende um universo de jovens que estão sem ocupação acadêmica e laboral”. (COSTA; ULYSSEA, 2014)

Nos relatos de P1, P2 e P3 ficaram evidentes as necessidades de formação que os capacite para concorrer a vagas no mercado de trabalho. Esses alunos vêm de experiências negativas devido sua baixa escolaridade que justifica, em muitos casos, o perfil de alunos do PROEJA.

Essa realidade é revelada conforme questionário socioeconômico aplicado com os alunos ao ingressar no curso, ilustrado no gráfico 12 por faixa etária.

Gráfico 12 – Faixa etária dos alunos do PROEJA



Fonte: (IFPI, 2012)

No gráfico 12 existe um indicativo significativo da presença de alunos jovens na faixa etária de 15 e 29 anos perfazendo 50% do total, o que justifica uma ação mais específica que corrobore para uma abordagem educativa favorável de alternativas à inserção no mercado de trabalho.

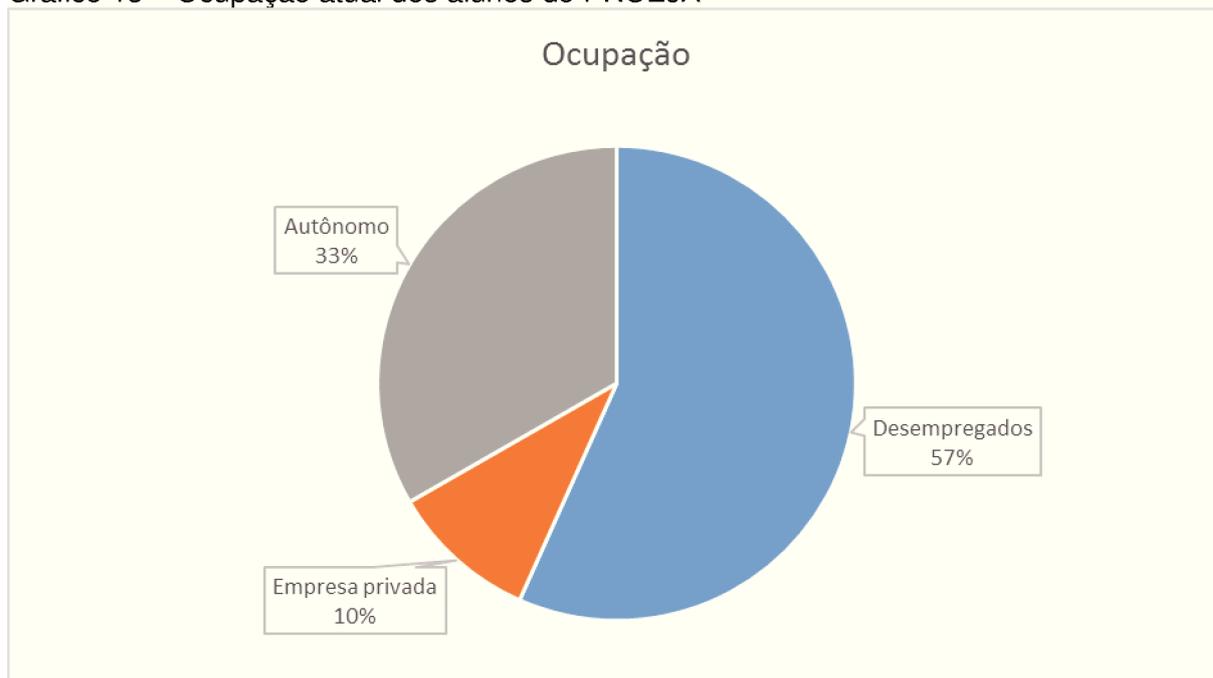
Em P2 evidencia-se a negativa dos alunos no mercado de trabalho e a busca do curso tem como motivação a melhoria para sua recolocação no mercado de trabalho.

O jovem na maioria das vezes tem opção pela entrada no mercado de trabalho, em detrimento à escola, devido a necessidade de complementação de renda familiar. Esse cenário compõe o perfil socioeconômico dos alunos do PROEJA/IFPI, onde que 83% de sua renda familiar é até um salário mínimo (IFPI, 2015).

Por outro lado, a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho deveria ser melhor trabalhada na educação de jovens e adultos, especificamente, em componente curricular que venha capacitá-los para essa necessidade real de suas vidas.

Para os alunos, na faixa etária considerada jovem para as políticas públicas, após formados, de acordo com aplicação de questionário, a situação permanece com nível de desemprego entre os 57%, conforme aponta o gráfico 13.

Gráfico 13 – Ocupação atual dos alunos do PROEJA



Fonte: autor (2016)

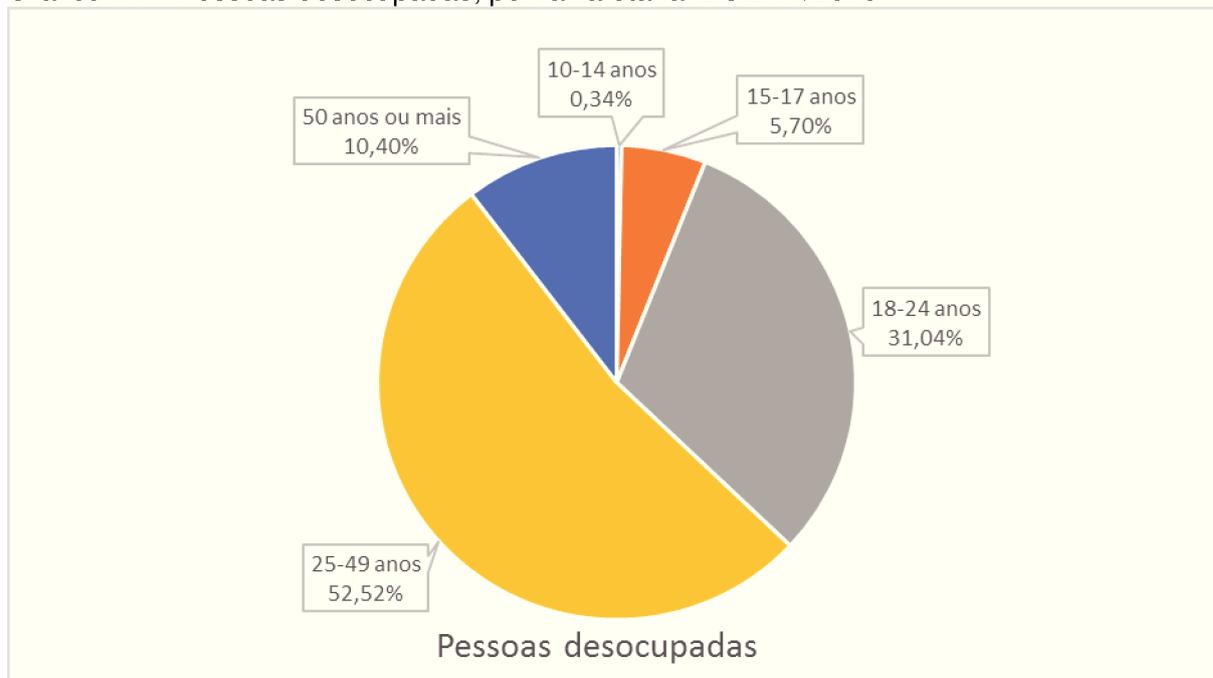
O cenário de 33% na ocupação de trabalho autônomo representa parte expressiva da motivação dos alunos que buscam conhecimento para melhor empreender suas atividades e de interesse também pelos demais participantes devido à dificuldade de conseguir trabalho, o que foi visualizado em pergunta aberta aos participantes sobre as dificuldades/facilidades encontradas em sala de aula.

Por outro lado, entre as respostas dos alunos do PROEJA no questionário aplicado na pesquisa, 45,45% relatam da necessidade de conhecimento de como abrir e administrar um negócio próprio e/ou informações sobre o mercado de trabalho.

A preocupação relatada pelos participantes da pesquisa denota um interesse ocasionado pela própria dificuldade de conseguir trabalho e ou desejo de empreender a própria atividade, haja vista a parte de suas motivações compreender a recolocação no mercado de trabalho.

Conforme IBGE, por meio de pesquisa mensal de emprego em regiões metropolitanas, a taxa de desocupação tem aumentado nos últimos meses, observados por faixa etária, ilustrado no gráfico 14 abaixo.

Gráfico 14 – Pessoas desocupadas, por faixa etária IBGE 11/2015



O expressivo número de pessoas desocupadas, na faixa etária estratégica, com vida economicamente ativa, entre 18 a 24 anos compõe 31,04% e a parte da

faixa entre 25 a 49 anos, que compreende ainda jovem para políticas públicas de 15 a 29 anos, tem incremento significativo para uma ação no sentido de criar condições de trabalho e renda, com aspectos diferentes, que sejam voltados para cooperação e a Economia Solidária.

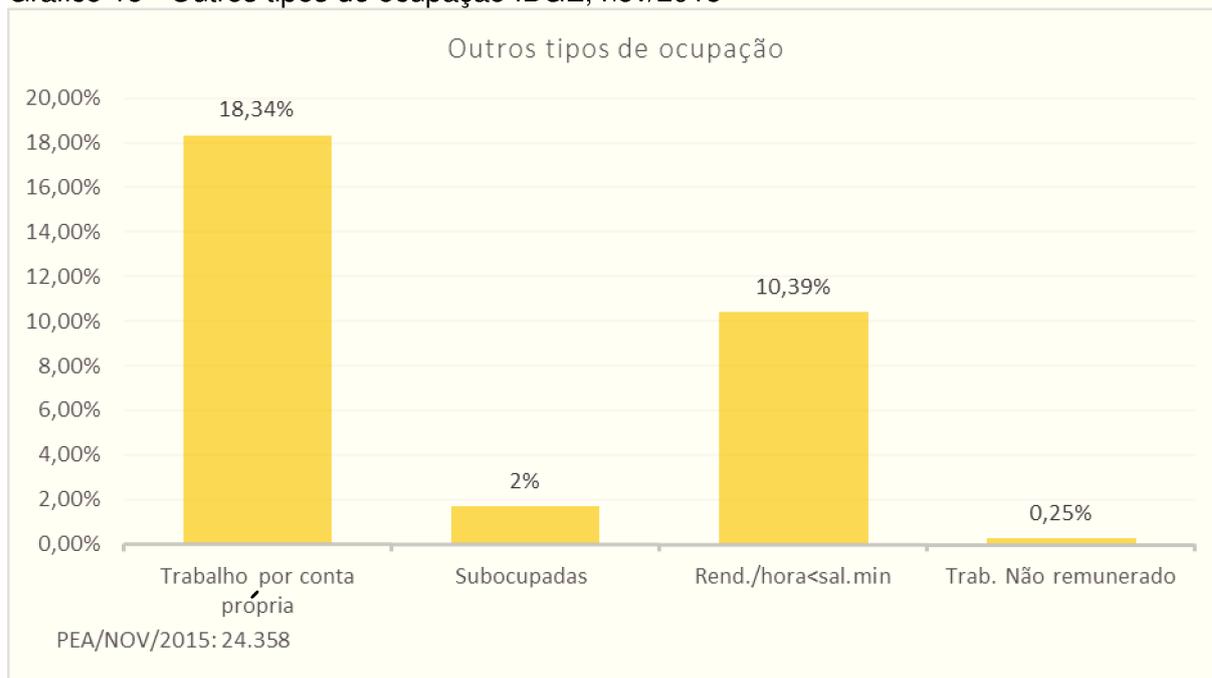
Ademais, os pobres e menos favorecidos estão em condições desiguais no que se refere a formação, anos de estudo, experiência, renda familiar e condições estruturais que lhes possibilite planejar e disputar as vagas existentes no mercado de trabalho. Esse cenário é reflexo da realidade da educação de jovens e adultos, do número crescente de pessoas mais jovens nessa modalidade e da negativa em postos de trabalho.

Discorre Pochmann (2015)

as mudanças no comportamento do mercado de trabalho foram mais fortes na taxa de desemprego que na evolução do salário médio real do ocupado. Nos primeiros sete meses de 2015, o salário médio real decaiu 4,7%, enquanto a taxa de desemprego subiu 41,5% (POCHMANN 2015, p.09).

Tal situação é agravada por tipos de ocupação que fragiliza e configura situações precárias de trabalho com aspectos de insuficiência de direitos e garantias trabalhistas em comparação ao trabalho formal e com melhor remuneração. A seguir o gráfico 15 mostra as condições de pessoas subocupadas com rendimento inferior ao salário mínimo e trabalhadores por conta própria:

Gráfico 15 - Outros tipos de ocupação IBGE, nov/2015



A presença de jovens até 29 anos, no PROEJA, a motivação por outros para melhorar a capacidade empreendedora, o índice elevado de desempregados, bem como a fragilidade da capacidade da renda familiar dos alunos, estes indicativos corroboram para uma ação na educação de jovens e adultos que venha a contribuir para esse perfil socioeconômico, e anular seu ciclo vicioso, proporcionando, assim, práticas virtuosas de educação de jovens e adultos.

A dificuldade em recolocação no mercado de trabalho continua após formados, pois conforme Pochmann (2012) formas criativas e alternativas precisam ser empreendidas no combate a escassez de oportunidade de trabalho submetida pela crise do sistema.

Então, as formas criativas desenvolvidas no âmbito da economia, na qual se insere a vida laboral das pessoas, requerem esforços formativos para constituição de uma nova atitude e/ou comportamento que venha criar seus próprios espaços produtivos. Esse processo precisa ser desenvolvido em ambiente escolar.

O trabalho é elemento determinante na vida das pessoas, pois por esse meio o jovem prepara-se para a vida social onde é utilizado com significativa formação moral (GADOTTI, 1998).

A presença de jovens nessa modalidade mostra o problema estrutural de acesso à educação formal, mas consorciado à problemática de trabalho e renda, motiva esses alunos a buscarem o ambiente escolar para sua inserção e manutenção no mercado de trabalho.

O conhecimento da realidade dos alunos é ponto determinante para elaboração do planejamento educacional que configure uma educação significativa e contextualizada, essa realidade é verificada pelo questionamento da pergunta que segue.

Pesquisador: Como você conhece a realidade socioeconômica dos alunos do PROEJA?

P1: Esse conhecimento se dá no dia a dia na convivência em sala de aula no contato direto com o aluno.

P2: qualquer pessoa que entra no Instituto preenche um questionário sócio econômico, mas o conhecimento que tenho deles são alunos muito carentes que muitas vezes são mulheres os filhos já estão assim, já estão na idade que elas conseguem voltar para escola para estudar entendeu, pois é, através do questionário sócio econômico mas, também pelo dia a dia em sala de aula, a gente faz o acompanhamento da frequência, por que o aluno do PROEJA ele pode a partir da situação dele receber uma bolsa de 150,00 reais são pessoas carentes, e isso é para ajudar a tirar copias, comprar livros, transporte, então, são pessoas que muito carentes no geral.

P3: Através de um questionário que eles respondem para entrar no Instituto, por que na verdade para ter acesso ao PROEJA precisa ter certo perfil, e é parte do processo seletivo.

A aproximação com os alunos é parte importante do processo ensino aprendizagem e tais atitudes representam algo significativo porque considera a contingência e as particularidades que envolvem o sujeito (FREIRE, 1997).

Por outro lado, ao pontuar o mercado de trabalho, como parte determinante na questão da ascensão social do indivíduo, requer uma sistematização de informações e um planejamento que resulte em direcionar e colocar em prática tais preocupações, que se expressam nos objetivos organizacionais. O trabalho, como perspectiva de desenvolvimento, solicita planejamento, prioridade e foco, pois um espaço educativo que pensar a transformação de realidades é criar novas práxis no ambiente acadêmico (NUNES, 2009).

A sintonia de partes estratégicas no ambiente acadêmico é importante para traçar metas e desenvolver mecanismos e práticas para melhorar o alcance dos objetivos institucionais, favorecendo as melhores práticas que resultem na otimização da inserção do aluno no mercado de trabalho e sua permanência. Dessa forma, a Economia Solidária rompe com manutenção indesejada do exército de reserva de mão de obra, uma vez que a precarização do trabalhador é mais acentuada nos processos de escassez de trabalho (SINGER, 2003).

Os arquivos referentes aos questionários socioeconômicos devem ser utilizados como partes integrantes das práticas educativas na modalidade de educação de jovens e adultos, porque, em geral, como foi revelado por P2 existem informações pertinentes e importante para melhor planejamento da educação, porém, pouco utilizado ou concretizado na prática.

Como informa o gráfico 14, a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho ainda é preocupante, isto se dá pela modalidade PROEJA como motivação maior de melhorar suas chances de ingressar no mercado de trabalho, compondo 65% para formação profissional para o mercado de trabalho (IFPI, 2015).

Sobre as motivações dos alunos do PROEJA ao buscarem este curso de técnico em cozinha no IFPI os entrevistados relataram os seguintes depoimentos:

P1: Nesse aspecto temos dois pontos bem distintos, temos alunos com faixa etária mais velha e **na maioria, deles já trabalho com isso, eles fazem refeições ou eles produzem doces para festas, tinha outros que**

vendiam comidas na rua em barracas, então eles, buscam no curso um conhecimento maior para melhorar suas atividades e melhorar suas rendas nesse processo, já os nossos alunos mais novos, eles procuram esse curso, por que querem se recolocar no mercado de trabalho alguns vem de desemprego e dificuldade de conseguir trabalho e ou estão tendo a oportunidade agora de poder dar continuidade aos estudos.

P2: ok! São duas coisas que observo, muitos vêm por que não tem o certificado do ensino médio e aí precisam estar inseridos no mercado de trabalho, ai voltam para ter esse certificado, que no nosso caso têm o certificado do ensino médio e a qualificação técnica também, e a outra se eles estão desempregados e querem volta a com a qualificação para melhorar sua entrada no mercado de trabalho.

P3: A motivação deles é entrar no mercado de trabalho e então eles procuram esses cursos.

Em relato de P1 é revelado a necessidade de empreendedorismo pelos alunos e sua experiência mostrada mais como um tipo de empreendedorismo de necessidade dentro de uma conjuntura de escassez de oportunidade de trabalho e de outros fatores que os qualifique para pleitear vagas no mercado cada vez mais concorrido.

Existem preocupações dos alunos identificados nos relatos de P1, P2, P3 que é a recolocação no mercado de trabalho devido estarem desempregados, que por vezes se justifica pela escassez das oportunidades e por outras pela falta de qualificação profissional desses alunos que ficaram comprometidas no início de suas vidas acadêmicas devido à necessidade de ajudar na composição da renda familiar, o que é identificado no perfil socioeconômico do aluno do PROEJA.

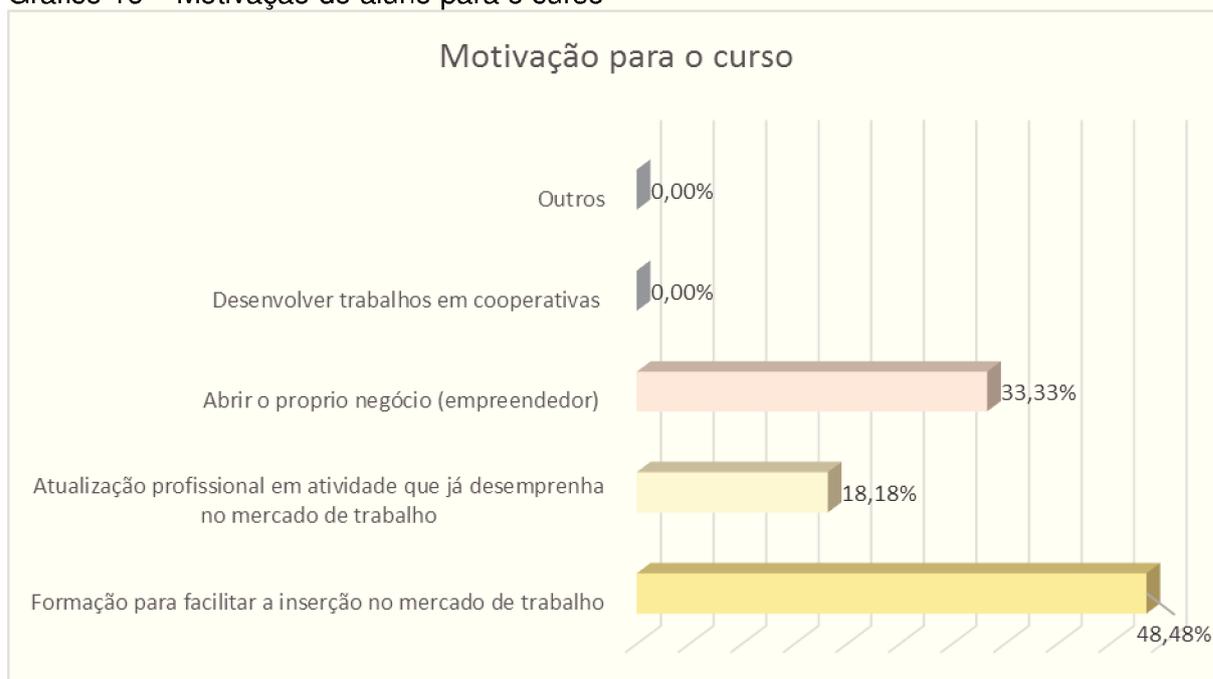
Para Pochmann (2004)

A ligação com o setor produtivo é fundamental, além da operacionalização de uma rede de disponibilização de vagas para que possam ser encaminhados os beneficiários capacitados para uma atividade empreendedora, assalariada, autônoma e comunitária (POCHMANN, 2004 p. 394).

Em análise à realidade dos alunos do PROEJA sobre o questionamento de que tipo de atividade foi desenvolvido que facilitou ou orientou para melhorar sua inserção no mercado de trabalho foi registrada nenhuma atividade.

Ao investigar sobre a motivação do aluno para o curso o resultado é ilustrado da seguinte forma, no gráfico 16.

Gráfico 16 – Motivação do aluno para o curso



O percentual de 33,33% de alunos que desejam iniciar sua própria atividade, confere a própria realidade do público da educação de jovens e adultos de negativa em postos de trabalho, acentuada pela prática da escassez de postos de trabalho bem como sua preparação para disputar vagas ofertadas no mercado de trabalho.

Com isso, o seu retorno às salas de aula para facilitar sua inserção no mercado de trabalho que perfaz 48,48% e revelado em P1 e P2 justifica a realidade do PROEJA e outra alternativa encontrada pelos alunos é empreender a própria atividade. Nesse sentido, seria necessário suporte de formação para que esses alunos venham otimizar oportunizar o próprio trabalho.

Por outro lado, essa empreitada individual desses aspirantes a empreendedores configura cenários de insucesso que afetam especialmente os pequenos produtores de produtos e serviços, conforme IBGE (2013) 52,5% das empresas fecham suas portas até o quarto ano de atividade.

Dessa maneira, a Economia Solidária é um mecanismo estratégico que possibilita fortalecer a constituição de empreendimentos coletivos possibilitando empreendedorismo social.

Contudo, neste mesmo cenário 92% dos alunos responderam que não foi viabilizado seu acesso ao mercado de trabalho e apenas 8% responderam ser

viabilizado de forma limitada. Aliás, isto é pouco expressivo para o desenvolvimento de atividades que envolve a temática, trabalho coletivo e ou cooperativismo.

Em análise ao Projeto Político Pedagógico do Curso, a partir da matriz curricular, não foi encontrado direcionamento específico em disciplina para desenvolver a formação empreendedora, sendo esta parte motivacional dos alunos ao ingressarem na escola, observação e reconhecimento dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem de formação que subsidia essa necessidade, consoante aos objetivos institucionais de desenvolvimento socioeconômico, por meio do empreendedorismo e cooperativismo.

Nesse mesmo relato, a evidência de desemprego e busca por melhores condições para recolocação no mercado torna parte motivadora desses alunos. Para tanto, uma reorientação no sistema educacional representa um desafio pedagógico e uma oportunidade de educar para o relacionamento cooperativo entre as pessoas envolvidas nesses dilemas, pois isto se dá pela prática onde o verdadeiro aprendizado para uma nova forma de resolver problemas no que tange ao trabalho é exercido quando recíproco (SINGER, 2005).

Segundo Pochmann (2004) sobre o novo contexto do mercado de trabalho

A despeito da evolução positiva dos indicadores educacionais, registra-se uma piora no comportamento do mercado de trabalho, com elevação do desemprego e queda do rendimento dos ocupados, inclusive dos trabalhadores com maior grau de instrução (POCHMANN, 2004, P.396).

Conforme o que é expresso em CONFINTEA (1997), existe desenvolvimento quando um conjunto significativo da sociedade está participando desse objetivo e quando este é centrado no ser humano sendo, assim, requisito fundamental para as pessoas viver e enfrentar seus desafios.

O ambiente acadêmico precisa abdicar da visão conservadora, superado do trabalho como imposição pela sobrevivência para uma nova passagem do sistema educacional para o mundo do trabalho, tendo em vista as reais necessidades sociais que ultrapassem a manutenção, o individualismo e privilegie a cooperação e a solidariedade como estratégia de superação da escassez de oportunidade de trabalho e renda.

Pesquisador: Como a coordenação tem desenvolvido seus trabalhos junto aos alunos do PROEJA?

P1: O acompanhamento como é feito no dia a dia da convivência do aluno e nosso trabalho está ligado ao diálogo com os professores para direcionar

melhor os assuntos (contextualizar), tentar incorporar a vivência pessoal dos alunos para que os objetivos sejam atingidos no final.

P2: o meu trabalho no PROEJA era mais acompanhar frequência tentando evitar evasão, está sempre entrando em sala de aula, observando, conversando com professores sobre os alunos que faltam, então eu ligava para os alunos para ver o que estava acontecendo para tentar resgatar e evitar a evasão, basicamente o trabalho que eu fazia era esse, e também a parte de frequência eu que solicitava a bolsa auxílio deles, pois, estes e mediante a frequência nas aulas.

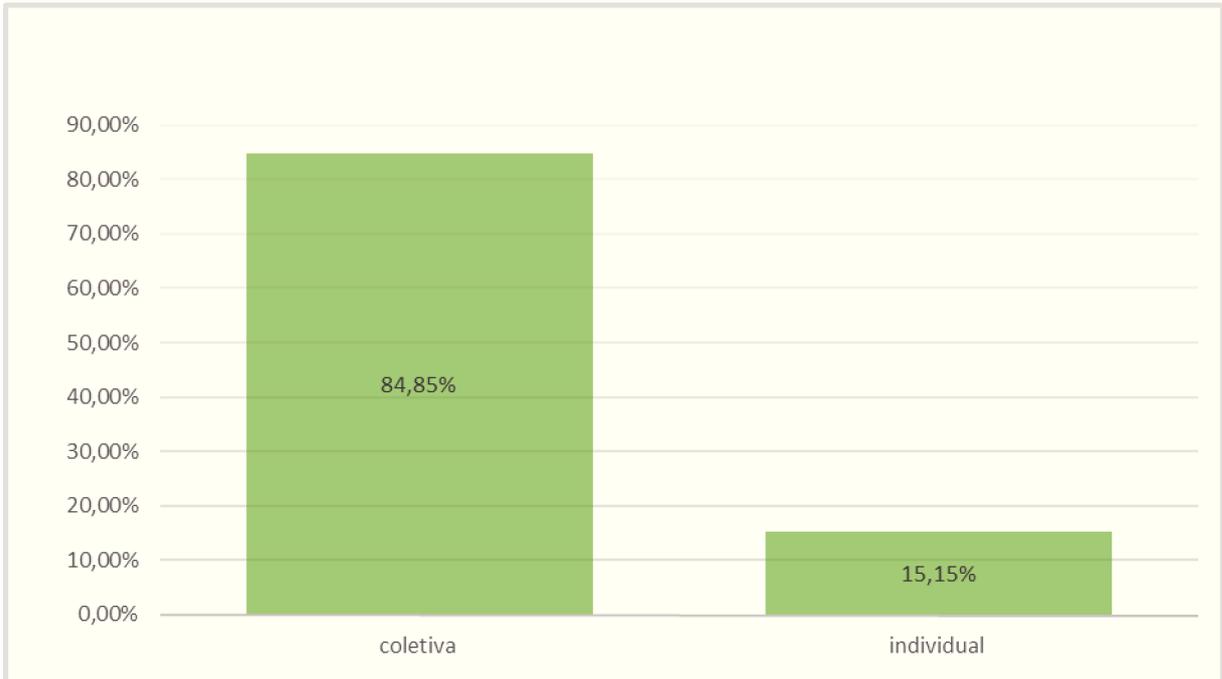
P3: Na coordenação pedagógica sempre tem uma pessoa responsável pelo curso do PROEJA, o trabalho geralmente é acompanhar frequência, o dia a dia do aluno em sala de aula, as bolsas que eles recebem, acompanhamento das notas e reuniões com os professores para trabalhar as dificuldades da realidade dos alunos.

O reconhecimento de prática ou pressuposto importante para a educação requer transposição em ações reais e tangíveis em sala de aula que contemple essa observação como algo significativo. A consideração de algo significativo na formação do educando, primeiro deve ser composto em disciplina que trate a matéria e depois a contextualização por meio desses assuntos (FREIRE, 1987).

A Economia Solidária oferece espaço ímpar de construção de um ambiente que contribui para uma formação cidadã, valores de solidariedade e cooperação, que servem de enfrentamento dos problemas de trabalho e renda por meio de estimular a criação de empreendimentos coletivos e proposta de nova orientação na educação de práticas educacionais mais contextualizadas e significativas para o educando (NUNES, 2009).

Os alunos do PROEJA têm uma preferência pelo trabalho em grupo, conforme suas respostas em questionário: qual sua preferência de estudo/atividade em sala de aula? Segundo seus relatos em pergunta aberta aprendem melhor trocando experiências com os outros, veja gráfico 17 abaixo.

Gráfico 17 – Preferência de estudo em sala de aula



Partir de uma perspectiva estratégica de educação é utilizar mecanismos e formas que aproveitam a concepção da experiência e da multiculturalidade, estes desenvolvidos em trabalhos participativos (GADOTTI, 1998).

Para Machado (2008, p17) “é pressuposto básico que o docente da educação profissional seja, essencialmente, um sujeito da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e à ação crítica e cooperativa”.

Discorre PPP (IFPI, 2009, p. 45) os conteúdos curriculares na EJA devem considerar as capacidades prévias do educando que exigem dentre outros objetivos:

- Contextualizar os conhecimentos sistematizados, valorizando as experiências dos alunos e sem perder de vista a (re) construção do saber formal;
- Promover momentos coletivos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem a fim de que todos os agentes envolvidos nesse processo possam refletir, repensar e reorientar decisões e ações;
- Ministras aulas interativas, por meio do desenvolvimento de projetos, seminários, debates, atividades individuais e outras atividades em grupo.

Como visto as atividades coletivas, além de serem capazes de proporcionar o ensino aprendizagem confere parte significativa da vida das pessoas nos momentos de crise ou dificuldade de outras ordens econômicas, sociais, escassez etc...

Esse cenário torna viável e fornece um indicativo substancial ao empreender atividades que contribuam nas práticas educativas e resultem em potencial para enfrentamento no mercado de trabalho.

As atividades da Economia Solidária reúnem atitudes e comportamentos de pessoas que não somente percebem força na organização coletiva, mas principalmente, talvez, o único valor disposto para os menos favorecidos, a cooperação e a solidariedade.

Por outro lado, em momento de baixo desenvolvimento econômico coloca a oportunidade de trabalho em escassa então, a Economia Solidária é uma via muito recorrida e que, em certa medida, contribui para diminuir as falhas que a reestruturação do mercado não consegue atingir que segundo Singer (2001), por tempos esses momentos de dificuldade no que tange o trabalho e outras formas de necessidades, a economia solidaria contribuiu para o avanço nas relações humanas na superação por meio da cooperação como princípios de superação de tais problemas.

Pesquisador: Quais aspectos da realidade dos alunos do PROEJA se tornam mais preponderantes para desenvolvimento das ações educacionais?

P1: A grande importância do PROEJA é a questão da oportunidade, por que a maioria desses alunos eles quiseram estudar, o que acontece é que eles não tiveram tempo, eles tiveram que trabalhar muito cedo, tiveram que cuidar de famílias, e também a necessidade de entrar no mercado de trabalho.

P2: É trabalho, entrada no mercado de trabalho!

P3: O mercado de trabalho.

O trabalho é ponto determinante da vida dos educandos para possibilitar ascensão social e fundamental para o desenvolvimento, pois, em geral considerar uma práxis “quanto mais oportunidade de acesso à educação e trabalho há considerável chances de conferir desenvolvimento em determinadas regiões”, esta necessidade é evidenciada no PDI em suas finalidades institucionais “com ênfase no desenvolvimento social, econômico em nível local, regional e nacional” e PPP em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) entre seus objetivos: Promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; Fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento.

Com estes, fortalecer as capacidades produtivas regionais com ampliação da participação social estimulando de forma criativa a exploração das potencialidades locais que conferem na diversidade socioeconômica, ambiental e cultural capazes de promover o desenvolvimento social através da geração de empregos com visão empreendedora.

As barreiras ocasionadas pelas situações socioeconômicas têm efeito replicador ao longo dos tempos, pois, estas limitações tendem a afetar não só a pessoa mais as partes que compõem o núcleo familiar, no entanto, todos os membros da família aferem sua parcela negativa de dificuldade de acesso social. (SINGER, 2003)

Conforme PPP “a educação profissional requer compreensão das relações existentes no mundo do trabalho, com o objetivo de articulá-las com os conhecimentos teóricos e habilidades práticas específicas”, consoantes a LDB a finalidade da educação e o preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, o trabalho com a problemática recorrente em determinados momentos de crises econômicas, configura escassez e cada vez mais, as mesmas respostas e ações práxis na formação do aluno não são mais eficientes para esse novo cenário que se agrava a cada tempo (IFPI, 2009, p.14).

A realidade da educação de jovens e adultos no Campus Teresina Zona Sul é parte de uma problemática maior, em nível de Brasil, que está justificada na LDB artigo 37 que trata da modalidade de educação de jovens e adultos como parte de uma política pública para diminuir os índices socioeconômicos negativos historicamente constituídos. Assim, a existência de fatores que ilustram essa realidade, identificada em pesquisa com os alunos, registra:

- Em sua totalidade dependem de algum incentivo do governo e ou auxílio financeiro escolar;
- São oriundos de escola pública;
- Em média 3,67 de pessoas na família dependem do rendimento de até 1 salário mínimo (83%), e em média 1,25 pessoas contribuem para o rendimento familiar;
- 57% dos alunos após formados encontram-se desempregados;
- Presença de 75% de mulheres na EJA;
- 50% alunos com faixa etária entre 15-29 anos;
- 30% dos alunos acima de 34 anos de idade.

Com isso, formas diferentes de possibilitar novas ocupações no mercado de trabalho é revelado como necessário, pois somente o agir, pensar e planejar de forma criativa que afere resultados diferentes, pois “uma nova definição de uma racionalidade econômica, ou que seja, uma racionalidade especial, apontam para a postura da cooperação desenvolvida por meio da Economia Solidária (RAZETO, 1993), também reforça a LDB que os currículos escolares devem refletir sobre novas demandas dentro do cenário socioeconômico.

A fragilidade escolar somada às condições econômicas do aluno da educação de jovens e adultos exclui sua possibilidade de competir para os postos de trabalho dispostos no mercado que, por vezes, são aproveitados pelas pessoas oriundas de melhores condições.

O aluno do PROEJA, muitas vezes, não lhe resta a mínima chance de conquistar uma vaga no mercado de trabalho e por isso retorna as salas de aula convicto que, melhor nível de instrução proporciona favoráveis condições de pleitear tais oportunidades.

Pesquisador: Que conteúdos são desenvolvidos em sala de aula que aproprie os alunos de outras formas de trabalho e renda?

P1: Nós fornecemos formação técnica e essa qualificação que permitirá que eles consigam emprego.

P2: Eles vêm em procura deste curso, por que já trabalham na área e outra grande maioria por que estão desempregados e querem se recolocar no mercado de trabalho. Então, precisam dessa formação, mas, não temos nenhuma disciplina ou projeto de extensão que capacite eles para isso, fornecemos os conhecimentos da formação técnica em cozinha.

P3: Nada específico, fica geralmente a cargo da coordenação de extensão, eles encaminham para as empresas, mas, nada assim em sala de aula ou algum tipo de projeto.

Formas alternativas de trabalho e renda são necessárias no cenário econômico, pois, os postos de trabalho cada vez mais escassos configuram a nova realidade ocasionada pela crise no sistema (NUNES, 2009).

A escola deve refletir de forma crítica e criativa as novas configurações que dificultam a vida das pessoas em sociedade e desenvolver e ampliar as diversas oportunidades possíveis que sirvam de enfrentamento desses problemas. (GADDOTI, 2000).

Em questionário aplicado com os alunos não foi identificado a abordagem sobre trabalhos coletivos (cooperativismo), a formação empreendedora, bem como formas distintas de apropriação de trabalho.

Conforme Pochmann (2012)

A reprodução do passado sem a possibilidade de fazer valer a transição dos sistemas de educação e formação contemporâneos, no novo mundo do trabalho repleto de novidades, as escolhas nacionais estão sendo feitas. O retorno dos investimentos na formação profissional para a inserção e trajetória profissional de novo tipo faz parte da superação mais rápida dos atrasos contidos nas dimensões sociais (POCHMANN 2012, p.503).

A Instituição da Secretaria Nacional de Economia Solidária teve base de fundamentação o reconhecimento do Estado brasileiro configura um processo de transformação social, que tem seus entraves ao desenvolvimento provocado pela crise do trabalho que se agrava desde 1980 (SENAES, 2014).

Diante de novos cenários, as respostas utilizadas no passado não conseguem mais suprir tais situações. Torna-se necessária a criação de novas respostas que superem os paradigmas existentes.

A Economia Solidária reúne aspectos que oferecem o desenvolvimento da formação cidadão do sujeito e possibilita a organização de atividades produtivas de forma coletiva.

No entanto, um desafio na realidade econômica que se desdobra de tempos em tempos, os postos de trabalho cada vez mais escassos, é razoável buscar formas alternativas e criativas de produzir e organizar. Para Brandão (2012) essa criatividade deve partir da diversidade que existe no Brasil que considera uma considerável oportunidade de mudança de realidade para o mesmo.

Pesquisador: Quais os desafios na formação do aluno do PROEJA você acredita que a coordenação pode ajudar?

P1: Assim, outra abordagem, para entender essa diferença dessa modalidade, pois, é um público diferenciado, que eles têm outras atividades, tem outras vivências, e eles precisam que o professor dê o assunto de maneira mais didática, mais específica, e aí esse é o maior desafios dos alunos no PROEJA. Acreditamos que se os assuntos forem voltados para as experiências práticas dos alunos e das situações que envolvem seus objetivos como conseguir trabalho, aí sim, se pode melhorar a EJA.

P2: Primeiro acredito que de fato se tivesse cursos de capacitação de aperfeiçoamento para os professores que atuam com os alunos do PROEJA **e uma forma para eles entenderem melhor o mercado de trabalho, pois, eles além da dificuldade no mercado de trabalho o mesmo acontece pós formados.**

P3: A dificuldade maior professor, é a motivação dos alunos, muitos já vêm desmotivados, com a autoestima baixa, **muitas vezes devido estarem desempregados**, e acredito que devemos trabalhar muito nisso, e outros que passam por cima de todas as dificuldades.

O disposto na LDB art. 37 “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A política pública de educação que confere obrigatoriedade de oferta regular dessa modalidade de ensino e de condições de implementação de suas políticas e alcance dos objetivos institucionais.

Conforme os relatos, a formação do PROEJA técnico para alcance de melhores resultados na formação do aluno, precisa planejar medidas e ações que venham favorecer alternativas de trabalho para os alunos.

Frente ao desafio, um espaço adequado a atender aos pressupostos da modalidade de educação de jovens adultos conforme Freire; Nunes; Singer (1997;2000;2009) e as possibilidades de reunir em único espaço um aprofundamento das questões limitantes para os alunos como expressa o excerto da problemática de oportunidade de trabalho. Encontra viabilidade considerável pela Economia Solidária por meio da Economia Solidária nas práticas de ensino em sala de aula.

Para Freire (1987) sobre a dialética na educação acontece.

No processo da descodificação os indivíduos, exteriorizando sua temática, explicitam sua “consciência real” da objetividade. Na medida em que, ao fazê-lo, vão percebendo como atuavam ao viverem a situação analisada, chegam ao que chamamos antes de percepção da percepção anterior. Ao terem a percepção de como antes percebiam, percebem diferentemente a realidade, e, ampliando o horizonte do perceber, mais facilmente vão surpreendendo, na sua “visão de fundo”, as relações dialéticas entre uma dimensão e outra da realidade (FREIRE, 1987 p.63).

A educação de adultos por meio da Economia Solidária atende aos anseios profissionais de educação e às necessidades de desenvolvimento, sendo estes, focados na possibilidade de trabalho e renda dos alunos.

Para encontrar melhores formas de compreensão do mundo do trabalho, que evite a continuação de negativas em postos de trabalho, requerem práticas educativas que orientem e melhore as capacidades do aluno, não somente concorrer no mercado de trabalho, mas, criar e inventar suas próprias formas e condições de produzir.

Contudo, o conhecimento se produz no diálogo no debate e interlocução e, dessa forma, se levantam as falhas, lacunas e busca o acerto que é construído baseado na argumentação. E esse, é favorecido por meio da cooperação que é desenvolvida nas experiências das atividades de Economia Solidária.

O esquema abaixo mostra a dinâmica e os resultados encontrados na Economia Solidária:



Figura 3 – Processo das ações e resultados da Economia Solidária
Fonte: Autor (2016)

Dentre os indicativos encontrados foram discutidos à luz da teoria, o público da EJA configura um novo cenário com um número significativo de pessoas mais jovens compondo 50% 15 a 29 anos, sendo essa a faixa etária que justifica as políticas públicas. Em 2003 foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES sediada no Ministério do Trabalho e Emprego, reconhecendo o Brasil em processo de transformação social que tem como fator atenuante a ampla crise do trabalho. Inicia a primeira ação de utilizar a Economia Solidária como estratégia de geração de trabalho e renda a nível de governo federal que para Nagem e Silva (2013) para obtenção de melhores resultados somente por vias de políticas públicas de Estado.

Dentro dessa leitura, foi formulada a hipótese de a possibilidade da Economia Solidária contribuir, de forma significativa, para esse cenário de melhoria de inserção do aluno no mercado de trabalho e que possa atender aos objetivos e necessidades que vão conferir o desenvolvimento.

Antes de elencar os indicativos evidenciados neste trabalho para necessidade de utilização da Economia Solidária, como perspectiva de melhoria na inserção do aluno no mercado de trabalho com vistas ao desenvolvimento da Região, este de início, corrobora para particularidades de um público socialmente excluído e que tem aporte em políticas públicas de oferta em modalidade de educação de jovens e adultos instituído na LDB: 9.394/96 sua formação deve contemplar “o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A temática do desenvolvimento vem sendo muito discutido nos ambientes acadêmicos como um novo repensar sobre tais necessidades e as formas para condução política e econômica da nação em atingir aspecto qualitativo no que tange contemplar os aspectos econômicos, sociais, ambientais, políticos e culturais.

A caracterização da investigação, com os envolvidos na pesquisa, foi possível evidenciar a realidade socioeconômica da educação de jovens e adultos e as práticas envolvidas no processo educacional.

Os indicativos encontrados foram discutidos à luz da teoria, o público da EJA configura um novo cenário com um número significativo de pessoas mais jovens compondo 50% 15 a 29 anos, sendo essa a faixa etária que justifica as políticas públicas.

A própria “natureza” do público da educação de jovens traduz processos de exclusão social que compromete de significativa e atenuante a longo prazo as capacidades de desenvolvimento do local.

A preocupação maior nesse estágio da vida é que os jovens estão na iminência da progressão social. Esse ciclo tende a permanecer com o agravante do avanço na idade do trabalhador, bem como a longa duração desempregado, que reflete outro indicativo no público da EJA, onde 66% dos alunos têm acima de 33 anos.

Nesse mesmo cenário, apresenta-se alto nível de desempregados 57% e atividades autônomas 33% compondo a realidade atual. A realidade de atividades autônomas, muitas vezes é caracterizada por informalidade, ausências de direitos trabalhistas, remunerações abaixo do salário mínimo. Nesse mesmo processo, existem presença de 75% do público feminino o que, de outro lado, reforça as desigualdades nas questões de gênero.

A situação socioeconômica do aluno do PROEJA é observada também pelo auxílio que recebem do governo para totalidade dos alunos, de um lado, para tentar suprir suas necessidades básicas e de outro como auxílio escola com o objetivo de atingir sua permanência no curso. Foi identificado que em média 3,67 de pessoas na família dependem do rendimento de até 1 salário mínimo e que 83% das famílias dos alunos têm renda de até 1 salário mínimo e, em média 1,25 pessoas contribuem para o rendimento familiar.

Por outro olhar, há motivação significativa dos alunos para o empreendedorismo com 33,33% dos alunos com desejo de iniciar o próprio negócio e com preferência para o desenvolvimento de atividades coletivas 84,85%. Este cenário contribui para utilização da Economia Solidária como uma alternativa estratégica para os alunos desenvolverem suas atividades de forma coletiva, e essa necessidade torna mais evidente ao identificar ausência de abordagem sobre trabalhos coletivos (cooperativismo), formação empreendedora, bem como formas distintas de apropriação de trabalho.

A escassez de trabalho nos dias atuais visto como regra geral de reestruturação do sistema, esta preocupação foi revelada em pergunta aos participantes sobre os desafios na formação do aluno da educação de jovens e adultos, sendo a dificuldade de conseguir trabalho e entender melhor o mercado.

O ser desenvolvido para uma condição necessária ao desenvolvimento, nos remete a uma percepção não óbvia, mas, o básico para que uma sociedade possa chegar, não a um estágio de desenvolvimento, que lhe é submetido por outras culturas, mas considerar os aspectos que conferem o paradigma à academia como o desenvolvimento sustentável e imprimir nossa identidade, valores, atitudes e comportamentos é elemento essencial para desenvolver a criatividade e melhor usar as riquezas da diversidade existente no País.

Os princípios teóricos e práticos da Economia Solidária como um tipo de atividade coletiva que possibilita a inserção produtiva do indivíduo, com vista aos objetivos de conseguir trabalho e renda, que trata de organização que prioriza a cooperação, solidariedade, gestão participativa, partilha justa dos resultados, condicionam o indivíduo a uma vida mais participativa em sociedade.

As perspectivas dos postos de trabalho, ao longo dos tempos, não são otimistas. A escassez é uma ocorrência marcante nos cenários de reestruturação do

sistema e a emergência na formação de indivíduos, com capacidade criadora amplia as capacidades em superar o problema da escassez de trabalho, essa ocorrência, deve passar necessariamente pela educação.

Para tanto, os desafios na construção desse novo agir e pensar sobre a Economia Solidária, primeiro nos remete à dinâmica cultural na qual foram submetidas as pessoas sobre a práxis do individualismo pertinentes à cultura empresarial em relação ao desenvolvimento de atividades coletivas, o que suscita a percepção de colocar um único caminho em questão e dentro de um complexo de relações quanto mais pensar esforços em aproximar ações a diferentes particularidades, é razoável a percepção de poder contribuir para a máxima da diversidade.

A adesão de uma política de Economia Solidária como força estratégica para superação da realidade de pobreza do país, exclusão social e a construção de uma rede de empreendimentos solidários que possibilite o fortalecimento das questões relacionadas a comercialização e gestão da atividade produtiva, atende a perspectiva sobre o desenvolvimento ao proporcionar ampliação das capacidades das pessoas mais vulneráveis a situação de escassez da oportunidade de trabalho, no sentido de, favorecer a criação e organização do próprio trabalho, de forma coletiva, criativa e sustentável.

Um termo significativo e bastante comum na literatura sobre educação de adultos é o contexto, referindo as práticas educativas que devem levar em consideração a realidade dos alunos, ou seja, seu contexto como parte inicial para compreensão significativa da realidade.

Por outro lado, no âmbito sobre o desenvolvimento, existem algumas características como a escassez de trabalho, mudanças (incertezas) que são marcantes nesse cenário e que marcaram o questionamento deste trabalho em investigar a capacidade do curso Técnico em Cozinha, na modalidade PROEJA, em melhorar a inserção do aluno em um cenário do mercado de trabalho cada vez mais escasso permeado por incertezas e mudanças constantes.

Assim, as possibilidades de favorecer uma formação em que o aluno esteja preparado para esse novo recorrente e de oportunidades de trabalho cada vez mais escassas, foram consubstanciadas em uma educação que atenda a criatividade por meio da capacidade de organização e geração do próprio trabalho, como forma de

enfrentamento dessas particularidades que marcam esse cenário, e para aqueles com poucos recursos e mais vulneráveis a essa ação é utilizar a cooperação e solidariedade como instrumento viável de superação.

Com este olhar, a educação de jovens e adultos precisa contemplar novas perspectivas que superem a “formação” para o mercado de trabalho, pois, se a lógica é caracterizada por mudanças e escassez, então, o educar precisa reorientar sua prática de formação para fazer jus a essa nova realidade.

O acompanhamento da prática em sala de aula no PROEJA, técnico em cozinha, carece de planejamento para uma educação que contemple o previsto nos documentos analisados, voltados para a prática que reflita de forma contextualizada, a vida dos alunos e que ofereça ações e instrumentos nas práticas de sala de aula que extrapolem o tradicional e o comodismo, possibilitando condições que cumpram os objetivos institucionais para o desenvolvimento de regiões.

A observação sobre os novos paradigmas para o desenvolvimento pelas quais estão inseridos os órgãos tomadores de decisões, seus executores e agentes, precisam refletir sobre essas novas demandas e, especificamente, as instituições educacionais, no sentido de traduzir em práticas quer seja em sala de aula, projetos de extensão, parcerias com instituições que possam contribuir para a formação desse novo cidadão que, por meio da sua atuação em sociedade, precisa pensar o mundo de forma sustentável e responsável.

Parte importante dessas competências, consideradas substanciais para engendrar uma formação que atenda as perspectivas de uma educação crítica e autônoma que tem a contribuir para o pensamento e comportamento para a cooperação, solidariedade, criatividade, participação ativa em sociedade, que para este patamar desejado, foram encontrados por meio dos relatos apenas a formação técnica necessária à execução de suas atividades pertinentes.

As perspectivas sobre educação autônoma, crítica, cidadã, voltadas para contribuição do desenvolvimento regional, por meio de uma abordagem mais sustentável, isto é, que considere os aspectos de desenvolvimento econômico, social, ambiental, político e cultural, foram encontrados em considerável medida, nos documentos analisados e na literatura que foi referenciada neste trabalho, como diretrizes e orientações no planejamento e execução das práticas educacionais.

Contudo, o planejamento da educação de jovens e adultos sobre os objetivos institucionais, as diretrizes e ações amparados pelos autores que versam sobre educação e desenvolvimento, oferecem pouco alinhamento que se traduzem em práticas educacionais.

O planejamento da educação de jovens e adultos precisa ser realizado com os sujeitos envolvidos na educação, como professores, técnicos, alunos e comunidade em prol de encontrar práticas que venham contribuir para uma educação mais crítica e autônoma, de forma que amplie a capacidade dos alunos superarem seus problemas de oportunidade de trabalho, que foram revelados pela pesquisa que, de certa forma, a condição das políticas públicas da modalidade de educação de jovens e adultos figuram esse perfil socioeconômico.

Existe um imperativo na discussão acadêmico sobre o mercado de trabalho que a cada reestruturação do sistema requer medidas que respondam eficientemente ou parcialmente a essas mudanças, a evidência dessa escassez de trabalho é revelada pelo perfil dos alunos do PROEJA e aumenta ao longo dos períodos e do seu histórico socioeconômico, de certa forma, é razoável afirmar que uma mudança no ambiente educacional se faz necessária e emergencial.

Se a mudança e a escassez são algo inerentes ao sistema, então, a educação de jovens e adultos, logo, precisa responder, de forma eficiente com práticas educacionais que seja, por meio de projetos que possibilitem alternativas de trabalho, alterações na matriz curricular dentre outros, de forma que, os mais afetados pela ação negativa do sistema sejam pouco afetados.

Faz-se necessário, portanto, proposta de mudança na prática educativa que venha contribuir de forma significativa, a iniciar pelo debate com a comunidade acadêmica e instituições que planeja e fomenta a educação e o desenvolvimento, por meio de fóruns, seminários, reuniões, grupos de estudos, agentes tomadores de decisões as características e importância da Economia Solidária e o novo cenário da educação e mercado de trabalho.

Assim, com apoio formado por meio de debate e discussão com membros e agentes envolvidos, faz-se necessário realização de proposta para conselho deliberativo acadêmico local, e assim, levar à apreciação de órgão responsável.

A referida proposta deve ser fundamentada na estruturação da matriz curricular do PROEJA técnico em cozinha Campus Teresina Zona Sul, na utilização

de componente curricular Economia Solidária como competência necessária à formação do aluno da educação de adultos.

A justificativa de possibilitar, em sala de aula, a contextualização da vida dos alunos com o mundo do trabalho foi verificado como aspectos críticos e determinantes para a ascensão social dos alunos e em consequência contribuir para o desenvolvimento de regiões.

A possibilidade de oferecer por intermédio da Economia Solidária, capacidades que amplie as perspectivas dos alunos para desenvolver o próprio trabalho, utilizando-se das competências da criatividade, cooperação, solidariedade, autonomia e postura cidadã, oferecendo alternativas de enfrentamento a manutenção do mercado de trabalho e a busca pelas oportunidades de trabalho escassas.

Oferecer espaços de aprendizado, debate e construção de atividades pertinentes ao curso técnico em cozinha que vislumbre a organização de segmentos coletivos de produção.

Desenvolver competências para visão solidária, de cooperação e responsabilidade social que prioriza a utilização de produtos oriundos de produção agroecológicos, de produção da agricultura familiar, de forma que resulte na elaboração de uma alimentação mais saudável.

Oportunidade de replicação das práticas educativas em Economia Solidária em outros cursos e níveis de formação, que ofereça uma sociabilidade que supere a lógica da competição e individualismo para uma de cooperação e solidariedade.

Viabilidade de desenvolver a interdisciplinaridade por meio de projetos conjuntos com professores, técnicos, parceiros e instituições de amparo, fomento e planejamento da educação e desenvolvimento regional.

Nesse sentido, em um único esforço possibilitar educação de qualidade que forneça uma perspectiva crítica e autônoma para o sujeito, contribuir para o desenvolvimento da comunidade ao possibilitar capacidades de desenvolver coletivamente o próprio trabalho, possibilitar a diminuição do nível de desemprego, especialmente em locais com poucas oportunidades de trabalho, viabilizar uma cultura voltada para cooperação e solidariedade que valorize o ser humano e a natureza.

Contudo, as preocupações existentes para o desenvolvimento de um povo, requer ser pontuada pelas reais necessidades encontradas na coletividade e seu enfrentamento pela justa medida que os confere como diferentes, assim, a Economia Solidária atende, em razoável fundamentação, observadas nos objetivos e diretrizes da Constituição Federal, que em certa medida, derivam os Projetos de Desenvolvimento Institucional e Projeto Político Pedagógico, os quais permeiam, também, as diretrizes sobre a educação de jovens e adultos e do desenvolvimento regional.

As pessoas nas organizações requerem uma mudança de mentalidade em romper com a rigidez nas práticas de ensino e estruturação do currículo escolar que atenda as novas necessidades e mudanças que ocorrem no aspecto social, econômico, político e ambiental que ocorre em sociedade. Com este, para êxito em melhores práticas de ensino e inserção de novos modelos na Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul, é necessária uma mudança na cultura organizacional que esteja conectada com as mudanças e aos melhores efeitos dos serviços prestados a comunidade.

Contudo, espera-se que este possa contribuir para melhor compressão da realidade da Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul curso Técnico em Cozinha, para melhoria de inserção do aluno no mercado de trabalho, conforme indicativos revelados na pesquisa e a análise frente aos princípios da Economia Solidária se mostram razoáveis como um componente curricular significativo por contribuir para uma educação autônoma, criativa, cidadã e com mecanismos que favorecem a inserção do aluno no mercado de trabalho, por meio de empreendimentos coletivos.

Por outro lado, oferecer aporte e subsídios de informação e conhecimento para reflexão dos envolvidos na Educação de Jovens e Adultos no Campus Teresina Zona Sul, para flexibilizar formas que venha potencializar a inserção socioeconômica do aluno, contribuir para uma cultura organizacional que priorize o planejamento com observância as diretrizes no PPP e PDI, o envolvimento da comunidade acadêmica para com os objetivos, resultados e melhorias das práticas de ensino, que por intermédio desta realidade analisada, tenha a contribuir para replicação em outros cenários de outros cursos que de forma análoga, estão inseridos nas mesmas finalidades educacionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como bem expressa Celso Furtado (1996), “só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”, este estudo centrou suas motivações em investigar a capacidade de inserção do aluno no mercado de trabalho pela educação de jovens e adultos do IFPI Campus Teresina Zona Sul.

Tentando encontrar respostas a essas indagações, a busca de novas abordagens práticas e teóricas em sala de aula que caracterizam o atual modelo de Educação de Jovens e Adultos, possam contribuir sobremaneira para as questões gerais sobre o desenvolvimento e, especificamente, sobre a qualidade de inserção do aluno no mercado de trabalho, de modo a relacionar os princípios e critérios presentes na Economia Solidária que pudessem contribuir para a fundamentação de nossa proposta.

Como partimos de cenários sociais e econômicos, que mudam a todo o momento, onde a escassez da oportunidade de trabalho é uma característica da reestruturação do sistema, então, faz sentido e em certa medida viável uma nova abordagem em sala, que responda significativamente à melhoria da inserção do aluno no mercado de trabalho.

No entanto, o desenvolvimento da Economia Solidária, como componente curricular, é passo importante para atendimento de uma nova abordagem que possibilite qualidade de inserção no mercado de trabalho, visto essa, pelo estímulo do aluno na criação das próprias oportunidades de trabalho de forma coletiva.

Na prática, o contexto educacional é disposto nesse processo de “formação” para um mercado com significativa limitação da capacidade de absorção de mão de obra, pois a ação deve, necessariamente, ser planejada e executada na formação da ampliação das capacidades dos sujeitos em criar e inventar o próprio trabalho.

Embora a percepção de que o mundo está se transformando de forma acelerada, entretanto, ainda é privilegiado o “velho” ensino sem perspectivas ao processo de construção criativa, mantendo um modelo de formação que produz seres inábeis, impossibilitados de criar, pensar, construir e reconstruir conhecimento, com vistas a mudança de suas realidades socioeconômicas.

No Brasil, e especialmente em regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, o aumento do desemprego, da pobreza e da exclusão social, culminam na expansão

de jovens sem perspectivas de emprego, de saúde e de vida com poucas possibilidades de um viver com dignidade, onde possam materializar suas condições de existência.

Em primeiro momento, o enfrentamento de uma determinada situação problemática requer o reconhecimento de um saber como ponto de partida, e, em segundo, sua instituição como componente curricular para início de uma nova política de educação de jovens e adultos.

Contudo, não se quer traduzir de forma generalizada e romanceada a educação para o trabalho e desenvolvimento dos cursos Técnicos do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul, mas uma abordagem razoável diante do cenário revelado neste trabalho de cunho teórico e da realidade dos sujeitos envolvidos nesse processo, é suficiente para um novo agir e pensar a educação, por outro lado, de forma à complementariedade, ampliar qualitativamente a capacidade do curso Técnico em cozinha em inserir o público da EJA na vida laboral.

Os objetivos e princípios que regem a Educação de Jovens e Adultos e a Economia Solidária são similares, revelados em análise teórica e diretrizes descritas no Projeto Político Pedagógico e Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Sobre a educação de adultos, Freire discorre que esta deve desenvolver a cooperação, solidariedade, participação coletiva e pensamento com vista aos objetivos coletivos, sendo a educação significativa quando considera parte integrante da vida do aluno, estas particularidades, têm significativa relação com a Economia Solidária.

Dentre os objetivos de formação dos indivíduos, é objetivo primordial contido nos documentos analisados, o desenvolvimento regional, por meios dos cursos oferecidos pelo Campus.

A missão Institucional, ao compreender os objetivos a serem atingidos, deve necessariamente ter reconhecimento do cenário socioeconômico para qual a contribui, e o entendimento deste requer ações que condicionem a tais objetivos, com desdobramentos práticos acadêmicos que contribuam para a eficiência dos serviços prestados.

Os aspectos mais relevantes identificados é a contribuição para uma nova abordagem no ambiente acadêmico, especificamente na educação de jovens e adultos, para um pensar em um mundo do trabalho que privilegie a solidariedade, a

cooperação, a formação cidadã, que estes, venham estimular o novo, o criativo, o encontrar rotas e caminhos alternativos nas formas de educar, de se organizar e conseguir trabalho.

Surge, dessa nova abordagem, uma escola com redirecionamento da missão para sujeitos pensantes que inventem suas próprias condições de trabalho, formação de ambientes de aprendizagens coletivas, educar mais significativo (considera o contexto e experiências da vida dos alunos), interdisciplinaridade, estímulo à criatividade, à autonomia, transformações em termos de valores percepções.

O desenvolvimento humano requer a formação integral do indivíduo, preparado para atuar em uma sociedade marcada pela diversidade, em ininterrupto processo de transformação. Este sugere o ser desenvolvido para sustentabilidade que considere a vida, a dignidade humana frente aos problemas de escassez de recursos e trabalho, que podem ser restringidos com aumento da cooperação e solidariedade entre as pessoas.

Este trabalho, como práxis acadêmica, não tem a pretensão de ter concluído esta pesquisa, devido seus inúmeros enfoques e percepções de um campo às vezes tão árido de tensões ideológicas, mas neste ponto de análise, que foi debruçado os esforços deste trabalho, tenho a sensação de missão cumprida.

Conclui-se, assim, que a necessidade da utilização da Economia Solidária na educação de jovens e adultos contempla em ordem teórica e evidências de fatos ao revelar de indicativos que os justifique. Com isto, no âmbito do mercado de trabalho a Economia Solidária possibilita oportunidade às pessoas desenvolver o próprio trabalho, criando uma alternativa ao que ocorre na busca pelo emprego.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, Telmo. **Educação e economia popular solidária: mediações pedagógicas do trabalho associado**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010. 199 p.
- ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, p. 632-636, n. 104, out. /dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n104/03.pdf>. Acesso: 29 mai 2015.
- ALENCASTRO, Lúcia Helena; FERNANDES, Márcia Silva. **Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Autogestão e educação popular para o mercado comunitário. Org. BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. Curitiba: PROEC, 2007. 87-102 p.
- ARROYO. Miguel. Educação e Exclusão da Cidadania. In: BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo, p. 35-96. **Educação e Cidadania: quem educa cidadão?** – 14 ed. – São Paulo: Cortez, 2010.
- ARRUDA, Marcos. **Humanizar o infra-humano: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e Economia Solidária**. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. **Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2012. 238 p.
- BRANDÃO, Carlos. Celso Furtado: subdesenvolvimento, dependência, cultura criatividade. **Revista de economia política de las Tecnologias de la información y de la comunicación**. Vol. XIV, v.1, Ene – Abr/2012.
- BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. (Orgs.). ORTEGA, A; ALMEIDA, F. **Desenvolvimento territorial: segurança alimentar e Economia Solidária**. Campinas: Editora Alínea, 2007.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 28 mai 2015.
- BUENO, Cristiane Aparecida Ribeiro; FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. In: **IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da região sul**. A relação entre educação e desenvolvimento para o banco mundial: a ênfase na “satisfação das necessidades básicas” para o alívio da pobreza e sua relação com as políticas para educação infantil. Disponível em: < <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1024/128> > acesso: 28 mai 2015. 15 p.

CONFINTEA: Conferência Internacional sobre a educação de adultos (V: 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro. Brasília: Série: **SESI/UNESCO – educação do trabalhador**, 1999. 67.p

CORAGGIO, José Luis. La Economía Social como vía para outro desarrollo social. 2002. Disponível em: < <http://www.redetis.iipe.unesco.org/publicaciones/economiasocialcoraggio.pdf> > Acesso em 28 jun 2015.

CORAGGIO, José Luis. Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidária. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais** V.15, N.2 / novembro 2013. 14 p. disponível em:< <http://unuhos.pedagogia.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/viewFile/4731/4585>> acesso: 26 jun 2015.

COSTA, Joana Simões de Melo; ULYSSEA, Gabriel. O fenômeno dos jovens nem-nem. p. 115-137 . (Org.) CORSEUIL, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhôa. **Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros**. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014. 324 p

DEMOUSTIER, Danièle. **A economia social e solidária: um novo modelo de empreendimento associativo**. Tradução: Nicolas Nyimi Campanário, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 2006. 230 p.

DI PIERRO, Maria Clara. **Construção Coletiva: Contribuições a Educação de Jovens e Adultos**. – 2. Ed. Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2008. 363 p.

DI PIERRO, Maria Clara; JOIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Nov. 2001, Cad.CEDES vol.21 no.55 Campinas. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010132622001000300005&script=sci_arttext Acesso: 24 jun 2015

FIGUEIRA, Fernanda Freire; HAMASAKI, Andréia Midori. **Cultura organizacional e Autogestão: um processo em construção**. (Org.) BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens. Curitiba: PROEC, 2007. 119-132 p.

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para liberdade**. 5 ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981. 149 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93 p.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 122 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 107 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. Ed., São Paulo: Paz e Terra, 1996. 54 p.

FREIRE, Paulo. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor** / Ira Shor;; tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. 116 p.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento**. In: CAIDEN, Gerald & CARAVANTES, Geraldo. Reconsideração do conceito de desenvolvimento. Caxias do Sul: Educus, 1988.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo, editora Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 92 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. SÃO PAULO: Cortez, 1998. 336 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. – São Paulo: Petrópolis, 2000. 217 p.

GADOTTI, Moacir. **Educação e conflito: Introdução a pedagogia do conflito**. 10. ed. – São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991. 143 p.

GADOTTI, Moacir. **Educar para a sustentabilidade: uma contribuição à década da educação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: editora e livraria Instituto Paulo Freire, 2009. 127 p.

GADOTTI, Moacir. **Escola cidadão**. 9 ed. – São Paulo: Cortez, 2003. 78 p.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. **O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil**. 2000. Disponível em: < www.educacao.rs.gov.br/pse/binary/.../DownloadServlet?...genese > acesso: 24 jun 2015. 18 p.

GRINSPUN, Mirian P.S. – **Educação Tecnológica: desafios e perspectivas**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002. 231 p.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**: tradução Claudio Carina; revisão técnica Luisa Valentini. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2013. p. 21-61

IASKIO, Emerson Leonardo Schimdt. **O que é Economia Solidária**. (Org.) BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens. Curitiba: PROEC, 2007. 155-174 p.

IBGE (**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**). 2012. Disponível em: < <http://portal.mte.gov.br/caged/> > acesso: 02 jul 2015.

_____. Pesquisa Anual de Serviços. 2013. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/caged/>>acesso: 02 jul 2015.

_____. Pessoas desocupadas por faixa etária IBGE 11/2015. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/caged/>>acesso: 02 jul 2015.

_____. Outros tipos de ocupação IBGE, nov/2015 – Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/caged/>>acesso: 02 jul 2015.

ICAZA, Ana M. S.; TIRIBA, Lia. **Economia popular**. In: CATTANI, Antonio David (Org.). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ-IFPI. PDI; PPP, 2009.

_____. Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI / Instituto Federal do Piauí (2010-2015).

_____. Projeto Político Pedagógico – PPP do Curso de Educação Profissional Técnica em Cozinha Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA do Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul, 2009.

_____. Questionário Socioeconômico dos alunos PROEJA Curso Técnico em Cozinha, 2012.

LEHER, Roberto. A ideologia da globalização na política de formação profissional brasileira. **Trabalho e educação**, Belo horizonte, n.4 ago/dez, 1998. Disponível em:< <http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/viewFile/1530/1181>> acesso: 02 jun. 2015. 134 p.

LECHAT. Noëlle Marie Paule. As Raízes Históricas da Economia Solidária e seu Aparecimento no Brasil. In: **Palestra proferida na UNICAMP**: por ocasião do II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares dia 20/03/2002. Disponível em:< http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf >. Acesso: 01 jul. 2015. 12 p.

LECHAT Noëlle M. P.; BARCELOS, Eronita da Silva. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social**. Florianópolis v. 11 n. 1 p. 96-104 jan./jun. 2008. Disponível em:< <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5381>> acesso: 10 mai 2015. 9 p.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica**. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. 8-22 p.

MANZANO, Marcelo Prado Ferrari. **Custo de demissão e proteção do emprego no Brasil**. In: OLIVEIRA, Carlos Eduardo Barbosa de; MATTOSO, Jorge Eduardo Levi. Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1996. 253-268 p.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes. 2000. 220 p.

Ministério da Educação: **Secretaria de Educação profissional e Tecnológica Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, documento base** – MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em: 10 mai de 2014

_____. Ministério da Educação: **centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. – MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso: 29 jun 2015.

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, 2015. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/caged/>> acesso: 01 jul 2015.

_____. **CAGED** (Cadastro geral de empregados e desempregados). Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/caged/>> acesso: 01 jul 2015.

_____. Conselho Nacional de Economia Solidária 1º Plano Nacional de Economia Solidária (2015- 2019). Disponível em:<<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A4DA189CA014E079A96245953/Plan.o%20Nacional%20de%20Economia%20Solid%C3%a1ria.pdf>>. Acesso: 29 mai 2015.43.p

_____. I Conferência Nacional de Economia Solidária – CONAES. “Economia Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento”. **SENAES/MTE**: Brasília, junho de 2006. 26 p. disponível em:< http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B59B49C012B5DE9018F1B32/TxtComplementar_ConfNacEconSolid%C3%A1ria_Ans.pdf> acesso: 24 jun 2015.

_____. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – CONAES. “Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável”. **SENAES/MTE**: Brasília, Junho de 2010. 49 p. Disponível em:< http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1324&Itemid=1> acesso: 13 mai 2015.

_____. As origens recentes da Economia Solidária no Brasil. **MTE**, 2015. Disponível em:< <http://portal.mte.gov.br/ecosolid%C3%A1ria/as-origens-recentes-da-economia-solid%C3%A1ria-no-brasil.htm>> acesso: 25 jun 2015.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica** / Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n. 1, (jun. 2008 -). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. 23-38 p.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e**

Política V. 21, Nº 46: 159-175 jun. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v21n46/10.pdf>. Acesso: 27 jun 2015. 19 p.

NERI, Marcelo Côrtes. **Onda jovem na educação profissional: determinantes e motivações.** (Org): CORSEUIL, Carlos Henrique; BOTELHO, Rosana Ulhôa. Desafios à trajetória profissional dos jovens brasileiros. – Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 21-71

NICOLADELI, Sandro Lunard. **Economia Solidária: a consolidação jurídica de uma política pública.** (Org.) BERGONSI, Sandra Suely Soares; LACERDA, Gustavo Biscaia. Cooperativismo, Economia Solidária e inclusão social: métodos e abordagens. Curitiba: PROEC, 2007. 137-154 p.

NUNES. Débora. **Incubação de empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação.** – São Paulo: Annablume, 2009. 350 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** – 15. Ed. – São Paulo, Cortez, 2007. 118 p.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação.** São Paulo: Boitempo, 2008.

POCHMANN, Marcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Revista Estudos Avançados.** vol.28 no.81 São Paulo May/Aug. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200003&script=sci_arttext acesso: 26 mai 2015. 38 p.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa. **Centro de Estudos Educação e Sociedade: Campinas - SP**, vol. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004. Disponível em:<<http://www.cedes.unicamp.br>> acesso: 26 mai 2015.

POCHMANN, Marcio. Trabalho e formação. **Educ. Real.** Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 491-508, maio/ago. 2012. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade acesso: 26 mai 2015.

RAZETO, L. **Economia de solidariedade e organização popular.** (Orgs). GADOTTI, M. E GUTIERREZ F. Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez, 1993. p. 34-58.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** – Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 151 p.

SENAES, (Secretaria Nacional de Economia Solidária): **Atlas digital da Economia Solidária: Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).** 2013, disponível em: <http://sies.ecosol.org.br/atlas>. Acesso: 23 jul 2015.

SILVA, Leonardo Santos. Cooperativismo: possibilidades de desenvolvimento social na Educação de Jovens e Adultos. **III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. UNITAU** - Taubaté-SP, 2014. 22 p. Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_154/MPH0402_1427390994.pdf
Acesso: 26 jun 2015.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2003. 360 p.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127 p.

SINGER, Paul.; KRUPPA, S. M. P. **SENAES e a Economia Solidária**: democracia e participação ampliando as exigências de novas tecnologias sociais. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundação Banco do Brasil: 2004.

SINGER, P. **A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil**. (Org.) SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, Paul. Economia Solidária versus economia capitalista. **Revista Sociedade e Estado**. Vol.16 nº.1-2 Brasília Jun/Dez.2001. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922001000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 jun 2015.

SINGER, Paul. A Economia Solidária no governo federal: origem da secretaria nacional de Economia Solidária. **Ministério do Trabalho e Emprego: Mercado de trabalho | 24 | ago 2004**. Disponível em: <portal.mte.gov.br/data/files/.../conf_textopaulsinger.pdf> . Acesso em: 02 jun 2015. 5 p.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. 2006 **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul.-dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 25.jun.2015.

TIRIBA, Lia. Educação popular e pedagogia (s) da produção associada. **Cad. Centro de Estudos Educação e Sociedade**: Campinas - SP, vol. 27, n. 71, p. 85-98, jan./abr. 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n71/a06v2771.pdf>. Acesso: 01 jul 2015.

VIEIRA, Edson Trajano. Agropecuária familiar e cadeias produtivas sustentáveis. I: Desenvolvimento rural: Desafios do Planejamento econômico e ambiental. **Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento - IPPLAN** (coord.). – São Carlos: Editora Cubo, 2014. 87 p.

VIEIRA, Edson Trajano. Industrialização e políticas de desenvolvimento regional: o vale do Paraíba paulista na segunda metade do século XX. **Tese de doutorado em História econômica – USP, São Paulo**, 2009. 178 p.

VIEIRA, Nair de moura. **Cooperação e inclusão social**. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2011. 113-135 p.

ANEXOS

Anexo 1 – aplicação de questionário com egressos do PROEJA Técnico em Cozinha
Campus Teresina Zona Sul

Questionário

(Ex-alunos do PROEJA Técnico em Cozinha do Campus Teresina Zona Sul)

1. Qual a sua idade?

15-20 anos 21-26 27-32 33- 38 39 – 44 acima de 45

2. Qual o seu sexo? Masculino Feminino

3. Estado civil?

casado (a)

solteiro(a)

divorciado(a)

viúvo (a)

4. Tem filhos? Sim Não : Quantos? _____

5. Você se considera?

Branco Negro Pardo Indígena Amarelo

6. Utiliza algum benefício social do governo? _____

7. Meio de transporte utilizado para vir à escola?

ônibus carro moto bicicleta metro a pé

8. Anteriormente você estudava em escola?

pública particular

9. Você está trabalhando?

Empresa privada serviço público autônomo desempregado

empreendedor Atividades coletivas (Associações/cooperativas)

10. Qual sua motivação para este curso?

Formação para facilitar a inserção no mercado de trabalho

Atualização profissional em atividade que já desempenha no mercado de trabalho

Abrir o próprio negócio (empreendedor)

Desenvolver trabalhos em cooperativas

- Outros
11. Por que escolheu o IFPI para estudar?
- Influencia da família e amizades
- Escola gratuita
- Credibilidade da Instituição
- Oferece curso de sua preferencia
- Outros. _____
12. Quais eram suas horas livres por dia para estudar?
- 1 hora
- 2 horas
- 3 horas
- 4 horas
- acima de 5 horas
13. Você teve algum tipo de encaminhamento para o trabalho através do IFPI?
14. Quais as possibilidades ofertadas pelo IFPI para você se inserir no mercado de trabalho?
15. Houve algum tipo de projeto ou disciplina que possibilitasse a compreensão da realidade do mercado de trabalho?
- Projetos ou disciplina de empreendedorismo
- Feiras
- Incubadoras de empresas
- Outros. _____
16. Você tem acesso ao computador?
- sim não
17. Tem filhos? _____ Quantos ? _____
18. Reside em casa?
- própria alugada financiada cedida
19. Qual a renda familiar?
- menos de 1 salário mínimo
- 1 a 2 salários
- 2 a 3 salários
- 3 a 5 salários
- 5 a 7 salários

acima de 7 salários

20. Quantas pessoas dependem da renda? _____ quantas contribuem?

21. Quais as dificuldades/facilidades encontradas em sala de aula?

22. Preferência de estudo/atividades em sala de aula?

Individual

Grupo

Anexo 2 – Roteiro para entrevista com coordenador (a) e equipe pedagógica de curso:

1. Qual a sua formação acadêmica?
2. Quanto tempo desenvolve o trabalho de coordenador (a)?
3. Fala como acontece a modalidade de educação de jovens e adultos no IFPI zona sul?
4. Como você conhece a realidade socioeconômica dos alunos do PROEJA?
5. Você sabe falar das motivações dos alunos do PROEJA ao buscarem este curso de Técnico em Cozinha no IFPI?
6. Como a coordenação tem desenvolvido tem desenvolvido seus trabalhos junto aos alunos do PROEJA?
7. Que conteúdos são desenvolvidos em sala de aula que aproprie os alunos de outras formas de trabalho e renda?
8. Fale um pouco dos trabalhos junto aos professores sobre a educação de jovens e adultos?
9. Quais aspectos da realidade dos alunos do PROEJA se tornam mais preponderantes para desenvolvimento das ações educacionais?
10. A coordenação desenvolver alguma estratégia que otimize a inserção do aluno no mercado de trabalho?
11. Gostaria que falasse das possíveis informações/conhecimento dos alunos pós formados (egressos) sobre sua nova realidade? Existem algum sistema de informação ou banco de dados?
12. Que dificuldades você enfrenta como coordenador (a)?
13. Quais os desafios na formação do aluno do PROEJA você acredita que a coordenação pode ajudar?
14. Você gostaria de realizar algum comentário sobre o qual não perguntei sobre sua atuação na coordenação?

Anexo 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa "Economia Solidária: instrumento para o desenvolvimento na educação de jovens e adultos no IFPI Teresina Zona Sul". Nesta pesquisa pretendemos possibilitar a utilização da Economia Solidária nas práticas de ensino estimulando a criação e organização de empreendimentos solidários à inserção do aluno da Educação de Jovens e Adultos do Curso Técnico em Cozinha do Campus Teresina Zona Sul no mercado de trabalho.

Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, aplicação de questionário com questões fechadas e abertas com os alunos e entrevista semiestruturada com os participantes da equipe pedagógica e coordenação de curso, tal procedimento não oferece risco aparente aos participantes da pesquisa, por outro lado a pesquisa pretende contribuir para uma metodologia de ensino mais direcionada para o trabalho, apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável e solidária, espaços educacionais que reflitam parte significativa da vida dos alunos e desenvolvimento de empreendimentos de Economia Solidária a partir da área de atuação do curso, caso faça necessário haverá ressarcimento de possíveis despesas que incorrerem para os participantes da pesquisa.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar.

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor.

NOME DO PESQUISADOR _____
TELEFONE: _____ Obs: inclusive ligações
a cobrar
E-MAIL _____

Eu, _____, portador do documento de
Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “Economia
Solidária: instrumento para o desenvolvimento na educação de jovens e adultos no IFPI
Teresina Zona Sul” de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a
qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de
participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e
esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 20____

Assinatura do (a) Participante

Anexo 4 – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: INCUBADORA DE EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS: INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO IFPI TERESINA ZONA SUL **Pesquisador:** Leonardo Santos da Silva **Área Temática:**

Versão: 2

CAAE: 50456115.0.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER Número do Parecer: 1.366.598

Apresentação do Projeto:

Este trabalho analisa a contribuição da Economia Solidária por meio de incubadoras na formação de empreendimentos solidários, na aprendizagem de Jovens e Adultos do curso técnico em cozinha do Campus Teresina Zona Sul (transcrito do projeto)

Objetivo da Pesquisa:

Possibilitar a utilização da Economia Solidária nas práticas de ensino estimulando a criação e organização de empreendimentos solidários à inserção do aluno da Educação de Jovens e Adultos do curso técnico em cozinha do Campus Teresina Zona Sul no mercado de trabalho (transcrito do projeto)

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas operacionais 01/13.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante para as ações de políticas públicas na área de gestão.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Atende as recomendações da Resolução 466/12 e as normas operacionais 01/13.

Continuação do Parecer: 1.366.598

Recomendações:

Ao término da pesquisa inserir na Plataforma Brasil o relatório final, em atenção as normas operacionais da Resolução 466/12.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Atendida a solicitação do parecer anterior e justificada pelo pesquisador responsável.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 11/12/2015, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou o Projeto de **Pesquisa: APROVADO.**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|------------------------|--------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_586979.pdf | 03/12/2015 18:36:15 | | Aceito |
| Folha de Rosto | folha_de_rosto.pdf | 02/12/2015 22:46:04 | Leonardo Santos da Silva | Aceito |
| Declaração de Instituição e Infraestrutura | autorizacao.pdf | 27/10/2015 10:01:39 | Leonardo Santos da Silva | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Dissertacao.pdf | 22/09/2015 12:28:58 | Leonardo Santos da Silva | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | IMG_20150922_100043230.pdf | 22/09/2015 12:24:29 | Leonardo Santos da Silva | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento | IMG_20150922_100024331.pdf | 22/09/2015 12:22:57 | Leonardo Santos da Silva | Aceito |

| | | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|--|
| / Justificativa de Ausência | | | | |
|--------------------------------------|--|--|--|--|

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Continuação do Parecer: 1.366.598

TAUBATE, 14 de dezembro de 2015

Assinado por:
Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Anexo 5 – Autorização para realização da pesquisa no Instituto Federal do Piauí Campus Teresina Zona Sul

AUTORIZAÇÃO

Eu Erika Lourrane Leôncio Lima, abaixo assinado, responsável pela Coordenação do Curso Técnico em Cozinha na modalidade PROEJA do Campus Teresina Zona Sul do Instituto Federal do Piauí, Endereço: Avenida Pedro Freitas, 1020 — bairro São Pedro, autorizo a realização do estudo de proposta de trabalho intitulada "Incubadora de empreendimentos solidários: Instrumento para o desenvolvimento no PROEJA", a ser conduzido pelo pesquisador abaixo relacionado, realizada por meio de entrevistas, aplicação de questionário e coleta de informações de documentos pertinentes ao curso Técnico em cozinha na modalidade PROEJA, como: Projeto Político Pedagógico, Projeto de Desenvolvimento Institucional e questionário sócio econômico dos alunos. Fui informado pelo responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Declaro ainda ter lido e concordar com o parecer ético emitido pelo CEP da instituição proponente, conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas corresponsabilidades como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Erika Lourrane Leôncio Lima, 20.. dem.....de 20.M.-5

Local e data



Erika Lourrane Leôncio Lima

Coordenadora do Curso Técnico em Cozinha

IFPI - Campus Teresina Zona Sul

Assinatura e carimbo do responsável institucional

Pesquisador: Leonardo Santos da Silva (Mestrando em Gestão e Desenvolvimento Regional — Universidade de Taubaté – SP